

02 Editorial

03 Notícias da Rede

Portugal

- PNAI 2008-2010 – A reacção da REAPN
- Encontros Regionais de Associados
- A participação como condição para a inserção social
- Qual_IS - Qualificar a intervenção social
- Comunicar com qualidade
- Informação - Percursos individualizados de mudança
- Pontes rumo à inclusão
- Pobreza Infantil - Uma aposta da REAPN
- Envelhecimento Activo... da teoria à prática
- Inclusão das comunidades ciganas
- Inclusão activa

27 Notícias da Rede

Europa

- 19ª Assembleia-geral da EAPN
- *Capacity building*

31 Dossier

Ano Europeu do Diálogo Intercultural

- Diálogo Intercultural
- Saber receber, saber acolher...
- Projecto *BrandingYou* – Construa a sua Marca pessoal
- Chapiro – Um modelo de Economia Social
- Grandes encontros em pequenos passos
- Diversidade.com
- Num universo de diferenças
- O que se passa em Portugal com os portugueses ciganos?

54 Europa Social em Análise

- Presidência Checa da UE
- Relatórios Estratégicos Nacionais sobre a Protecção Social e Inclusão Social

59 Destaque

- PNAI 2008-2010 – Breves notas de/para reflexão

62 Opinião

- Desafiar a precariedade do sector não lucrativo português

Num mundo cada vez mais globalizado, o diálogo entre civilizações, culturas e povos assume um papel fundamental. É cada vez mais necessário que as sociedades e as diferentes culturas convivam entre si, respeitando-se mutuamente e garantindo a manutenção da paz no mundo.

As sociedades contemporâneas são cada vez mais sociedades interculturais, ou seja, sociedades nas quais os conjuntos culturais são chamados a interagir, devendo tirar partido das suas diferenças.

O Diálogo Intercultural tem sido, desde há muito, um princípio apoiado pela União Europeia e as suas instituições. Nesta perspectiva, o ano 2008 foi declarado Ano Europeu do Diálogo Intercultural por parte do Parlamento Europeu e dos Estados Membros da União Europeia, precisamente porque se reconheceu a necessidade de despertar os cidadãos europeus para a importância de desenvolver uma atitude positiva face à diferença, uma cidadania europeia activa, aberta ao mundo, respeitadora da diversidade cultural e baseada nos valores comuns da União Europeia.

Em termos europeus, o diálogo intercultural está intimamente associado à aspiração fundamental da construção europeia: a aproximação dos povos da Europa. O Tratado que instituiu a Comunidade Europeia atribui à Comunidade a missão de criar uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus e de contribuir para o desenvolvimento das culturas dos Estados Membros, respeitando a diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.

A compreensão recíproca e o diálogo constituem a base que cimenta as diferentes partes da nossa sociedade e que impedem que ela se fragmente. No entanto, todos nós, no nosso dia a dia, somos testemunhas de situações gritantes de intolerância e de discriminação com base na origem étnica/racial, na deficiência, na idade, no sexo, na orientação religiosa e sexual.

Em Portugal e no resto da Europa continuam a existir determinados grupos da população que são perseguidos e alvo de actos discriminatórios graves. Ser negro, ser imigrante de leste ou ser membro de etnia cigana significa, em muitas situações, não ter acesso a um emprego ou trabalhar em situação de grande precariedade, desprotegido de quaisquer direitos e mal remunerado. Significa ainda, não ter acesso a uma habitação condigna ou até não ter mesmo habitação de todo. Significa viver numa sociedade real, material e "simbolicamente" marginalizada.

Por todas estas razões faz sentido termos um Ano Europeu dedicado a este tema e apoiar uma massa crítica de projectos concretos de diálogo intercultural em numerosos sectores. Nesta Revista procuramos dar voz e visibilidade a algumas experiências levadas a cabo nos domínios da cultura, da educação, da aprendizagem ao longo da vida, juventude, cidadania, luta contra a discriminação e exclusão social, luta contra o racismo e xenofobia e de integração dos imigrantes.

Um mundo novo é urgente.

Pe. Agostinho Jardim Moreira



Presidente da Direcção da REAPN

A reacção da REAPN

Desde 2001 que a Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN), no âmbito da sua missão de contribuir positivamente para a elaboração e implementação de políticas de combate à Pobreza, e enquanto um dos principais actores nacionais e europeus que intervêm neste domínio, tem acompanhado os diferentes Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI). Assim, este documento surge com o intuito de dar continuidade a esta forma de participação procurando sublinhar as novas principais preocupações em relação a algumas lacunas e dissonâncias do PNAI 2008-2010 apresentando igualmente um conjunto de recomendações.

Impressão geral

Em relação às questões directamente relacionadas com a pobreza e a exclusão social, reconhecemos um importante progresso em termos de diagnóstico da situação social com o qual, na generalidade, concordamos.

No entanto, gostaríamos de sublinhar que tais diagnósticos continuam a carecer de uma abordagem mais qualitativa e que melhor pudesse traduzir as opiniões dos actores mais interessados: as pessoas que vivem em situação de pobreza. A este nível, o PNAI continua a ser manifestamente omissivo o que continua a constituir uma preocupação muito forte para a REAPN. Esta omissão torna-se particularmente visível na avaliação da implementação e impacto do PNAI 2006-2008 onde existe uma total ausência de indicadores qualitativos e que demonstrem qual o verdadeiro impacto que boa parte das medidas obteve na resolução dos problemas de pobreza e exclusão social. Além disso, essa avaliação apresenta apenas os indicadores de resultado positivo tendo por base informações exclusivamente de carácter governamental deixando completamente de lado os indicadores de não execução de determinadas medidas, não existindo um reflexo do insucesso na redefinição de velhas medidas ou na planificação de novas.

Finalmente, mas não menos importante, tratando-se de planificar o futuro próximo, parece-nos que este PNAI não teve em consideração a actual e em progressão galopante conjuntura económica e social negativa (aumento dos preços dos cereais, aumento do preço dos combustíveis, crise financeira, etc.) que irá conduzir, a muito curto prazo, a um agravamento dos fenómenos de pobreza e exclusão social na Europa e que, dadas as características do nosso modelo de desenvolvimento e actual situação dos fenómenos de pobreza, se irão fazer sentir em Portugal de forma particularmente acentuada. Tendo presente este

cenário e os riscos que o mesmo comporta para um país como Portugal, e sabendo que muitas das suas causas ultrapassam a capacidade de intervenção política de curto prazo (forte inter-dependência da conjuntura externa) seria absolutamente fundamental que o PNAI tivesse definido e pudesse implementar de forma mais evidente e prioritária medidas que reforcem o trabalho em rede e a cooperação inter-institucional (pública e privada). A emergência social que se adivinha vai exigir maior criatividade e flexibilidade e uma definitiva coordenação de esforços e de políticas que tem que ser incentivada e monitorizada. Como sempre afirmámos que este esforço deveria poder contar com as disponibilidades financeiras que, no âmbito dos Fundos Estruturais Comunitários (Quadro de Referência Estratégico Nacional), poderiam contribuir para a concretização de tais desafios.

Conteúdos

Em relação aos principais desafios e prioridades mencionadas, e conforme já era esperado, não existem grandes novidades. Este PNAI, embora reconheça no diagnóstico novos desafios, optou por manter as mesmas prioridades do PNAI 2006-2008. Se é verdade e aceitável que tais prioridades definidas em 2006 continuam a manter uma forte actualidade, e um período de três anos não seria suficiente para a sua total e eficaz concretização, não é menos verdade que ao não avançar com novas prioridades este PNAI se revela pouco ambicioso e com uma fraca visão estratégica e de antecipação / prevenção de alguns problemas que se adivinham ou que não foram totalmente resolvidos pelas prioridades anteriormente definidas.

Ainda em relação às prioridades, e conforme a REAPN havia sublinhado no seu documento de propostas para o PNAI 2008-2010, ficamos particularmente decepcionados por não ter sido incluída qualquer

prioridade ou meta específica para três áreas que consideramos instrumentalmente fundamentais para uma boa implementação de estratégias de combate à pobreza: medidas que favoreçam uma apropriação do Plano por parte das diferentes instâncias que têm o papel de implementar as medidas de política nele inscritas (educação, saúde, habitação, emprego, acção social); a qualificação das respostas sociais, particularmente em áreas de intervenção que maioritariamente intervêm com públicos mais desfavorecidos; e a definição de uma prioridade específica em relação à definição de standards sociais mínimos que se deveria consubstanciar na adopção de uma estratégia de inclusão activa.

Sobre a terceira prioridade (“Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas”) acolhemos com muito agrado o tão esperado reconhecimento das Minorias Étnicas como um dos grupos-alvo, constituindo esta alteração um importante reconhecimento de uma forte e urgente solicitação de uma boa parte das ONG, reforçada por várias recomendações da Comissão Europeia. No entanto, e em relação às medidas e metas propostas, sublinhamos uma vez mais a fraca ambição das mesmas.

Relativamente às outras prioridades registamos com apreço o reforço da componente do combate à pobreza infantil, embora nos pareça que uma parte das medidas propostas (e de resto já em implementação) carece de uma forte coordenação em termos territoriais e de uma mais eficaz coordenação de políticas. Os aumentos de diferentes prestações monetárias já existentes e a introdução de algumas novas só por si poderão não obter qualquer resultado no que ao combate à pobreza diz respeito. Uma vez mais chamamos à atenção que a pobreza infantil é um fenómeno que tem que ser combatido de forma global e com um forte enfoque transversal nas famílias.

Em relação à Inclusão Activa¹, um dos eixos em relação aos quais gostaríamos de ter visto definida uma prioridade explícita, muito nos surpreende que quase nada seja dito sobre esta estratégia. Sabendo que em termos europeus a inclusão activa assumiu um relevante papel enquanto um dos fortes pilares de combate à pobreza, estranhámos que um instrumento da natureza do PNAI seja totalmente omissivo em relação à mesma. Parece-nos que tal atitude se arrisca a negligenciar a área do Emprego e a elaboração de propostas que favoreçam a Inclusão Social pela via de uma mais estreita relação com as prioridades de Emprego². Estranhámos ainda mais esta ausência quando, paralelamente, é solicitado aos Estados

Membros da União Europeia, através de uma recomendação da Comissão Europeia³, que reforcem estas componentes pondo em marcha estratégias de Inclusão Activa.

Concretamente em relação às medidas e metas propostas, este PNAI parece-nos pouco ambicioso e não ter dado suficiente atenção a algumas críticas e recomendações formuladas ao longo da implementação do anterior plano. As metas continuam a ser relativamente vagas e essencialmente baseadas em indicadores de carácter quantitativo. De resto, e em relação aos indicadores, persiste uma ausência de mecanismos e instrumentos para aferição de indicadores de carácter mais qualitativo e que sejam capazes, de uma forma objectiva e observável, proporcionar uma participação mais alargada em termos de observação e monitorização de resultados, nomeadamente partindo da experiência dos próprios beneficiários das medidas. Ficamos altamente desconcertados com o facto de não ser proposta nenhuma forma para que (pelo menos a título experimental) fosse possível ensaiar tal tipo de construção e observação de indicadores.

Em relação ao âmbito de intervenção do PNAI, registamos positivamente que a nossa permanente preocupação com uma desconcentração da implementação das medidas e uma aposta num maior envolvimento estratégico do Poder Local e das Redes Sociais Locais na implementação do PNAI tenha tido eco. Porém, julgamos que devido ao facto de tais estruturas desconcentradas não terem sido suficientemente envolvidas em todo o processo venha a ser extremamente difícil conseguir os necessários consensos e visões estratégicas comuns para uma boa e coordenada implementação do Plano. A este nível será particularmente importante futuramente fazer um esforço adicional para que, pelo menos ao nível das Plataformas Supra-Concelhias da Redes Sociais Locais, sejam criadas as condições para uma maior coordenação estratégica de implementação, acompanhamento e avaliação do PNAI, fazendo com que tais estruturas sejam igualmente capazes de garantir uma participação suficientemente alargada garantido nomeadamente que a voz das pessoas em situação de pobreza possa ser ouvida de forma consequente. Na nossa opinião tal não acontecerá se a coordenação do PNAI não puser em marcha uma metodologia específica de informação e sensibilização especificamente dedicada a este objectivo.

1. Abordagem integrada entre um rendimento mínimo adequado, garantindo um apoio para inserção num mercado de trabalho decente e com acesso a serviços de qualidade.

2. Nomeadamente aquelas incluídas no Plano Nacional de Emprego.

3. Commission Recommendation on the Active Inclusion of people excluded from the labour market, Brussels, 30.09.2008.

No que diz respeito às questões relacionadas com a Discriminação registamos com agrado a intenção de tais problemáticas serem tratadas de forma transversal ao longo do PNAI. No entanto, não podemos deixar de sublinhar que ao não existirem suficientes medidas concentradas e específicas para esta área da inclusão social existe um perigoso risco de futuramente verificarmos um desequilíbrio na sua implementação por parte de diferentes áreas de política. Tal poderá ser evitado se estas intenções se concretizarem com a paralela implementação de mecanismos de permanente vigilância sobre as políticas sectoriais. Por outro lado, e se nos apraz registar esta evolução, continuamos a insistir que o mesmo tipo de preocupação transversal deveria existir em relação à pobreza, ou seja, garantir que as diferentes políticas sectoriais estivessem em permanência submetidas a um mecanismo de vigilância (*poverty proofing*) sobre o impacto que as mesmas poderão exercer sobre a redução ou aumento dos fenómenos de pobreza.

Sobre as questões de orçamentação e de financiamento das diferentes medidas, se é possível aceitar o argumento que as mesmas se encontram devidamente consolidadas nos orçamentos sectoriais, continuamos a insistir que, no sentido de obter uma maior transparência sobre o esforço dedicado ao PNAI, e para facilitar uma mais objectiva avaliação da implementação e do custo / benefício de cada medida seria indispensável ter um orçamento específico para o PNAI. A ausência deste instrumento irá impedir, uma vez mais, a possibilidade de, com o detalhe que se impunha, sabermos qual o verdadeiro investimento feito nas políticas de inclusão social e verificar a sua implementação também a este nível, obtendo indicadores que nos permitiriam melhor planificar futuras acções ou a meio-termo da implementação inverter alguns dos recursos em áreas de maior prioridade ou emergência. Pelas mesmas razões, o que lamentamos, ficamos também impossibilitados de saber qual o verdadeiro esforço do Estado Português e das instâncias comunitárias nos casos em que determinadas medidas são financiadas por Fundos Estruturais enquadradas pelo Quadro Estratégico de Referência Nacional.

Sobre as propostas para a nova Governação do PNAI⁴, a REAPN nutre sentimentos antagónicos. Por um lado, reconhecemos o esforço feito no sentido de encontrar mecanismos de maior coordenação das políticas sectoriais que se consubstancia na proposta de criação de uma Plataforma de Planos Nacionais que com todo o interesse acolhemos e que, de resto, corresponde a uma velha ambição da REAPN. Mas, por outro lado, a decisão de extinguir a Comissão Interministerial de Acompanhamento do PNAI, substituindo-a por um

grupo de pontos focais merece-nos as mais altas reservas. Existe um forte risco de tal grupo de pontos focais ficar reduzido a um grupo de técnicos sem qualquer tipo de representação política ministerial com suficiente peso e poder de decisão o que, claramente, significaria um retrocesso face à anterior estrutura (Comissão Interministerial). A este nível preocupa-nos igualmente o facto de ver que, se por um lado é feito um esforço para conseguir um maior envolvimento do Poder Local e das suas estruturas representativas, ao mesmo tempo a restante sociedade civil (nomeadamente as ONG's) são remetidas para um papel secundário mantendo-se na estrutura que substituirá a Comissão Interministerial (e que tememos que seja apenas uma estrutura técnica sem qualquer capacidade de interlocução política) mas não integrando de pleno direito e em formato de lei a Plataforma de Planos Nacionais. Esta atitude parece-nos poder comportar um grave retrocesso num processo de participação que havia progredido muito positivamente nos últimos anos e que poderá ser posto em causa por estes novos mecanismos de Governação.

Como já havia acontecido no anterior PNAI, na nossa opinião nota-se uma lamentável falta de coordenação entre as três áreas da Estratégia Nacional de Protecção Social e Inclusão Social. Se o PNAI afirma a vontade e o esforço de construir uma maior coordenação das políticas esta estratégia⁵ deveria ser o primeiro exemplo de coordenação o que, claramente não aconteceu⁶.

Finalmente, consideramos particularmente grave que nenhuma referência seja feita em relação ao futuro pós-2010. Este Plano é o último de um ciclo de dez anos, um período em que os Estados Membros se comprometeram com objectivos bastante relevantes e sobre os quais importa ter uma visão avaliativa mas também prospectiva. A este nível estranhmos a total ausência de uma referência explícita ao Ano 2010 – Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza – e consequente apresentação de uma estratégia para a preparação de tal ano. Conforme sublinhado e recomendado pela Comissão Europeia, tratando-se de um Ano Europeu particularmente especial, era suposto que o Estado Português tivesse já uma estratégia clara sobre o que pretende fazer neste ano e a tivesse inscrito neste PNAI

4. Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2008, de 9 de Setembro.

5. Em que confluem três pilares: Pensões, Cuidados de Saúde e Cuidados de Longa Duração e Inclusão Social.

6. E que de resto ficou patente na forma como a participação das ONG's é promovida no pilar da Inclusão Social e está totalmente ausente nos restantes pilares.

Propostas / Recomendações⁷

1. “Localizar” o PNAI

Sublinhamos a necessidade de envolver fortemente as estruturas e actores locais, nomeadamente através do reforço das Redes Sociais Locais, facilitando o processo de monitorização do Plano e a interlocução com todas as políticas sectoriais que contam com diversas iniciativas de nível local. Salientamos ainda a persistente dificuldade em tornar o PNAI um documento compreensível a todos os actores do nível técnico da intervenção, devendo apostar-se em acções de informação e formação que visem dotar os profissionais do “sistema de intervenção social” de um conhecimento mais aprofundado sobre o Plano e sua “matriz” de intervenção (pedagogia da inclusão social).

2. Maior participação e enquadramento institucional da mesma

A participação de representantes do Poder Local e de estruturas descentralizadas do Estado na monitorização e avaliação do PNAI, bem como dos próprios beneficiários das medidas, é um requisito fundamental. A este nível, é ainda altamente recomendável implementar mecanismos que permitam uma mais coerente e sistemática participação da sociedade civil, nomeadamente das ONGs que, sobretudo ao nível local, se encontram mais próximas dos problemas e dos destinatários finais de cada medida e meta deste Plano.

3. Mais evidente identificação de meios

Torna-se também fundamental para uma efectiva e eficaz concretização do PNAI 2008-2010 e de todas as suas medidas e metas que se identifiquem os meios, humanos e financeiros, necessários e, por outro lado, os meios disponíveis e mobilizáveis para o cumprimento das metas propostas. A ideia não é nova e persiste: verifica-se que a escassez de meios, recursos financeiros e técnicos, se reafirma como justificativo de um possível insucesso na implementação do PNAI. A este nível torna-se urgente voltar a sublinhar a necessidade de fazer concorrer os Fundos Comunitários disponíveis – nomeadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – para a concretização de algumas das medidas propostas.

4. Preparação do futuro

É urgente que no âmbito do PNAI se promova uma reflexão estratégica sobre o futuro e que este período

2008-2010 seja especialmente dedicado à preparação desse mesmo futuro. 2010 marcará o final de um processo, parte integrante da Estratégia de Lisboa, e é fundamental que, desde já, se comece a delinear, de forma participada (envolvendo todos os actores num processo de participação transparente e adequado a diferentes níveis de decisão e participação), quais irão ser as novas estratégias para dar continuidade ao esforço de combate à pobreza. Por estas razões solicitamos que, com a maior urgência, seja criado um Comité de preparação do Ano 2010 – Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza, estrutura na qual manifestamos desde já todo o interesse e empenho em participar.

5. Mais e melhor Governação

Por fim, mas não menos importante, salientamos a necessidade de uma maior coordenação e *mainstreaming* das políticas de inclusão social o que vem reflectido na preocupação anteriormente explicitada referente à constituição e efectiva articulação entre os “pontos focais” e naturalmente a posição desvalorizada da sociedade civil. Deve ser prioritário envolver de forma consolidada os contributos dos diversos planos sectoriais numa estratégia coerente de inclusão social expressa no PNAI. Para tal torna-se imperativa a promoção do envolvimento de todos na sua construção, garantindo a coordenação e real complementaridade entre planos contando com uma contratualizada congregação de esforços na sua implementação e avaliação. A coesão social é promovida também neste esforço conjunto pelo prosseguimento de um objectivo comum – o do combate à pobreza e exclusão social.



⁷ Estas propostas e recomendações resultam do trabalho conjunto de várias organizações no âmbito do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS), estrutura na qual a REAPN participa activamente integrando o seu Secretariado Executivo desde a sua constituição em 2004.

No respeito pelo princípio da subsidiariedade que enforma a sua acção, a REAPN procura, aos mais diversos níveis, envolver os membros da sua comunidade, os seus associados, em momentos de reflexão conjunta e partilhada, promovendo a sua participação estratégica em diferentes espaços e estruturas da organização, na luta activa e responsável contra a pobreza e a exclusão social. Neste sentido, a REAPN decidiu organizar 3 Encontros Regionais¹ de Associados privilegiando assim um nível de actuação intermédio, ou seja, potenciando as estruturas regionais da REAPN na promoção do conhecimento Interinstitucional.

Estes encontros foram subordinados ao tema "*PNAI 2008-2010: prioridades do novo plano, até ao Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social*", com o objectivo específico de preparar o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social – 2010, e numa altura em que se iniciou um novo Plano Nacional de Acção para a Inclusão (aprovado em Setembro de 2008). Nestes eventos foi apresentado o Programa de Trabalho da REAPN para 2009, a tomada de posição da REAPN face ao novo PNAI, bem como o *tool kit* nacional para o Ano 2010².

Sendo 2010 o Ano Europeu dedicado à luta contra a pobreza e exclusão, este constitui uma oportunidade única para desenhar e implementar acções que favoreçam uma reflexão alargada sobre este tema e que permitam um envolvimento e um comprometimento maior das entidades públicas e privadas competentes. Fazendo eco de uma reivindicação antiga da *European Anti-Poverty Network*, a REAPN encontra-se particularmente empenhada em participar activamente na preparação da celebração deste ano europeu, a par da definição de uma nova estratégia europeia de inclusão social.

Os objectivos que presidiram à realização destes Encontros procuraram, por um lado, cimentar o *modo de estar* da REAPN, reforçando os laços de pertença dos associados à organização. Pretendeu-se ainda promover a participação dos associados ao nível da preparação do Ano 2010, tendo em consideração as temáticas de *Pobreza Infantil, Pobreza nos Idosos e Imigração e Minorias Étnicas* (temáticas privilegiadas no PNAI 2008 – 2010). Para o efeito, foram organizados momentos práticos de auscultação com a dinamização de *workshops*.

Pobreza Infantil

Em Portugal cerca de 1 em cada 5 crianças vive em situação de pobreza. Estes números estão associados a problemáticas mais alargadas ao nível da pobreza

nas famílias, como por exemplo, o desemprego - cerca de 22% das crianças vive em famílias afectadas pelo desemprego, o que tem repercussões na pobreza infantil.

Grande parte das pessoas presentes nos *workshops* trabalha em instituições de acolhimento de crianças, sendo opinião generalizada de que as condições de acolhimento – de uma forma geral – não são satisfatórias, tanto ao nível dos meios disponibilizados, como do financiamento das instituições.

O facto de existirem cerca de 11.000 crianças e jovens institucionalizados em Portugal, associada à falta de condições financeiras das instituições, cria outro conjunto de problemas. Por norma, a institucionalização é realizada longe das famílias de origem, o que cria dificuldades de integração no meio e origina a quebra de laços familiares, tornando difícil a tarefa da mediação familiar. Existe ainda o problema da adopção depois de uma determinada idade da criança (a "barreira" dos 6 anos idade a partir da qual qualquer processo de adopção se torna difícil).

Foram também apontados vários problemas ao nível da qualificação dos técnicos e da sua formação, sendo considerada inadequada e insuficiente. Por outro lado, o envolvimento dos parceiros sociais é fraco e as próprias instituições têm respostas muito padronizadas. Como recomendações destacam-se: o apoio à formação, o reforço da cooperação entre parceiros, a aposta na motivação das equipas de trabalho das instituições e na formação parental.

Pobreza nos Idosos

Esta questão remete-nos para várias problemáticas: carência económica, associada a baixas pensões de

1. De um universo de 833 associados participaram nestes Encontros cerca de 102 associados. Estes eventos tiveram lugar em Novembro último (dia 18 – Região Centro; dia 21 – Região Sul; dia 23 – Região Norte)

2. Mais informações sobre estes temas em www.reapn.org

reforma, parque habitacional degradado, Sistema Nacional de Saúde deficitário, equipamentos sociais inadequados e insuficientes. Associados a estes problemas surgem outros igualmente graves e que resultam muitas vezes da própria condição de idoso: isolamento familiar e conseqüente pobreza de afectos, falta de apoio familiar, relacionamentos sociais e humanos débeis, sentimentos de vergonha para esconder a necessidade de recorrer aos familiares. Os idosos são um grupo que sofre bastante com o isolamento geográfico e social e o problema não se limita às zonas rurais mais isoladas. É crescente o número de idosos isolados em prédios, nas grandes zonas urbanas.

Ao nível dos serviços sociais prestados os principais problemas incidem sobre: o défice de equipamentos nas regiões do interior, a visão negativa de muitos desses equipamentos (lares e centros de dia) por parte da restante população, a falta de profissionais qualificados que possam contribuir para assegurar algumas actividades e cuidados de saúde (fisio-terapeutas, psiquiatras, animadores culturais e outros); a falta de trabalho em parceria entre as instituições. As recomendações relativas ao combate à pobreza nos idosos foram variadas e muitas referem-se a problemas específicos, tais como, os problemas associados a doenças que afectam a população idosa: Alzheimer e outros de foro psiquiátrico, apontando-se soluções como o reforço da atenção do Sistema Nacional de Saúde e o trabalho em parceria entre instituições. Do ponto de vista estrutural, os participantes destacaram: a aposta no empreendedorismo e na inovação como forma de combater a imagem negativa das instituições que trabalham com os idosos e também como solução para a melhoria das condições financeiras. O trabalho com as famílias, a um nível mais cultural, promovendo uma cultura de solidariedade para com os mais idosos (temática específica para o Ano Europeu 2010); criação de uma Comissão de Protecção de Idosos, como forma de prevenção do isolamento, maus-tratos e violência; colocar a pobreza dos idosos como uma prioridade política e social e fundamentalmente a aposta na promoção do *Envelhecimento Activo*.

Imigração e Minorias Étnicas

Os técnicos e dirigentes das instituições que trabalham nesta área falam claramente na existência de um quadro cultural altamente desfavorável para estes grupos: preconceitos e estereótipos, associando-os à violência em determinados bairros das grandes cidades, ao crime organizado, à proliferação de certas doenças, ao trabalho desqualificado, mal pago e sem direitos, e também a práticas ilegais de tráfico de droga,

prostituição e mendicidade nas ruas. Esta “imagem” é, contudo, veiculada em grande parte pelo contributo negativo de certos *media*, apostados no sensacionalismo e no facilitismo das notícias.

Do ponto de vista das instituições que trabalham com imigrantes ao quadro cultural atrás descrito crescem várias questões que se colocam no dia-a-dia destas populações e que é urgente combater: a dignificação do trabalho dos imigrantes, a simplificação da carga burocrática no processo de legalização, dificuldades de reconhecimento das habilitações literárias e profissionais; aquisição de habitação própria, problemas com a adaptação à língua portuguesa, discriminação e abuso de poder por parte de certas autoridades e também de alguns serviços de acção social.

Existem, todavia, alguns obstáculos por parte destas comunidades que dificultam o trabalho a desenvolver e não facilita a integração social e económica destes grupos: o desconhecimento de serviços que lhes poderiam ser úteis em termos de acesso a direitos e à sua integração; inexistência de uma cultura de solidariedade entre as diversas comunidades, associadas à “guetização”, que podem gerar movimentos solidários entre o próprio grupo, mas criam estigmatização em relação à restante sociedade e – inerente a este último – dificuldade em ultrapassar os estigmas existentes relativos ao bairro, cor da pele, país de origem, etnia, muitas vezes associados a comportamentos desviantes e à incapacidade de integração.

O conjunto de recomendações destaca o papel dos mediadores e “peritos de experiencia” que desempenham um trabalho fundamental entre entidades públicas e comunidades imigrantes e minorias étnicas. Uma vez mais, é recomendado o trabalho em parceria, sendo a formação uma aposta forte a este nível, direccionada não só aos técnicos de acção social e mediadores, mas também às autoridades policiais, funcionários públicos dos serviços de atendimento e finalmente a sensibilização dos *media* para uma abordagem correcta e positiva destas populações.



A participação

como condição para a inserção social

Saúde, educação, formação e emprego, protecção social e direitos e cidadania foram os temas debatidos nos três Encontros Regionais que a Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal promoveu no passado dia 10 de Outubro de 2008¹. Beneficiários das medidas de política social de todo o país debateram estes temas e partilharam as suas experiências de vida com alguns representantes de entidades públicas, como sejam Governos Cívicos, Centros Distritais de Segurança Social, Centros de Emprego, entre outros. Para dar a conhecer o que foi debatido em Guimarães, Viseu e Beja, a REAPN elaborou um documento com as principais conclusões.

A consagração do Dia internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 de Outubro pretende criar uma consciência favorável no sentido de sensibilizar a opinião pública em geral para a necessidade de se erradicar a pobreza e a miséria em todos os países, em particular nos países em vias de desenvolvimento, necessidade que se converteu numa das prioridades do desenvolvimento do Milénio, nos anos 90 (ONU). A eliminação da pobreza requer a formação de uma consciência pública. A REAPN congratula-se com o facto de cada vez mais este Dia ser assinalado em vários pontos do país, pela intervenção de um número cada vez maior de entidades que representam a sociedade civil tentando chamar a atenção para a importância premente de combater a pobreza. O fenómeno da pobreza é cada vez mais abordado em diferentes instâncias da vida pública nacional; nunca como hoje se falou tanto de crise, de dificuldades económicas, de pobreza. A realidade é cada vez mais visível, palpável e atinge cada vez mais cidadãos e cidadãs.

Para assinalar esta data a REAPN organizou três Fóruns Regionais de pessoas que experienciam situações de pobreza, com o objectivo de lhes dar voz e de promover a discussão em torno das políticas sociais que as afectam. Podemos concluir que os problemas das pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social são multidimensionais e transversais a todas as áreas políticas. É difícil encontrar uma solução para os problemas relativos à habitação se não se tiver em conta a situação de emprego, o bem-estar físico e psíquico, o agregado familiar, o acesso a serviços, sejam eles os de saúde, ou os de apoio à infância e à terceira idade.

Na área da saúde, para além dos problemas de saúde física e psíquica, os participantes consideram que existem baixos níveis de informação e de conhecimento quanto à prevenção de certas doenças, ao funcionamento dos próprios serviços, e aos seus direitos enquanto utentes. A falta de acessibilidade e a distância dos serviços de saúde (Centros de Saúde), a falta de

recursos humanos nesses serviços (médicos e enfermeiros) foram outros dos aspectos referenciados.

O desemprego e a falta de formação específica são comuns à maioria dos beneficiários. As ofertas formativas e de reconversão profissional existentes foram objecto de crítica, uma vez que não contemplam as suas necessidades específicas. São necessários horários mais flexíveis, que permitam a conciliação com a vida familiar, conteúdos programáticos e metodologias mais personalizadas e mais adequados às necessidades do mercado de trabalho. A excessiva burocratização nos processos de emprego e na criação do próprio emprego foi também abordada. Para os participantes, as medidas existentes “são boas”, mas é necessário fazer melhor.

Para os participantes a luta contra a pobreza deve ser “um combate de todos”, tendo o Estado um papel determinante. Também determinante é o papel das instituições de intervenção social, contudo, segundo os participantes, constituem um recurso insuficiente. Os idosos e as pessoas com deficiência foram apontados como os grupos que têm menos apoios por parte do Estado. Os primeiros com pensões e reformas muito baixas que não garantem, muitas vezes, a sua sobrevivência; os segundos com uma grande escassez de respostas a nível de instituições de apoio, falta de condições das escolas para acolher crianças com deficiência, dificuldade, por parte da família, em conciliar a vida profissional e familiar. Como não poderia deixar de ser, o Rendimento Social de Inserção (RSI) foi também abordado nos três encontros. Para além das dúvidas levantadas quanto à forma como é definida a sua atribuição, foram apontados outros aspectos como a excessiva burocratização do processo, e a desarticulação entre as estruturas de apoio e a grande rotatividade dos técnicos de acompanhamento.

¹. No âmbito da celebração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de Outubro)

Conclusões

1. As dificuldades e os constrangimentos à participação surgem, logo à partida, com as dificuldades em aceder à informação. Esta parece não se encontrar facilmente acessível no dia-a-dia das pessoas. Este ponto foi transversal a todos os *workshops* temáticos: o acesso à informação e o grau de informação são, desde logo, o principal obstáculo à participação;
2. A maioria dos participantes apresentou constrangimentos de várias ordens que são inibidores da participação e do exercício pleno da cidadania, particularmente ao nível da saúde, da estrutura familiar e do mercado de trabalho. Por outro lado, os serviços públicos, entre outros, parecem não possuir mecanismos eficazes para se tornarem, eles próprios, motores da promoção da participação;
3. No que respeita às pessoas com formação académica e experiência profissional, os maiores constrangimentos à participação prendem-se com situações de desemprego, mau emprego ou emprego precário, associados a baixos rendimentos ou rendimentos insuficientes para fazer face ao dia-a-dia;
4. É necessário que as pessoas adquiram ou recuperem patamares de integração em redes de sociabilidade, proporcionadas pela família, pelo trabalho e/ou por outras estruturas relacionadas com as diversas dimensões da vida social, como por exemplo, o voluntariado e o associativismo. São estas mesmas estruturas que asseguram as condições e potenciam o desenvolvimento de níveis de participação mais elevados (ex.: grupo de auto-ajuda ligados à doença mental, plataformas de procura activa de emprego e/ou outros grupos cívicos);
5. É fundamental que as organizações com responsabilidade directa e indirecta na área da saúde, do emprego e da protecção social em geral, procurem desenvolver mecanismos de aproximação às pessoas no sentido de adequarem as suas respostas às necessidades daquelas. Essas organizações deverão também ser agentes de intermediação entre a população e os decisores, tornando-se, para além de prestadoras de serviços, num canal de comunicação entre estas duas instâncias e, como tal, agentes centrais de potenciação de processos de participação;
6. A multidimensionalidade dos problemas ficou patente ao longo dos trabalhos. Não é de todo possível separar as necessidades das pessoas em função de divisões administrativas: os problemas

relativos à habitação, emprego, saúde e protecção social, ... A solução para estes problemas só será conseguida se for definido um pacote integrado de medidas e encontrada uma solução global. Por outro lado, apelou-se à simplificação de processos e ao estabelecimento de parcerias entre os diversos serviços. Por exemplo, os serviços de emprego deveriam estar em articulação com os da saúde, com os da segurança social e com os da educação;

7. Foi referido o carácter imprevisível das ajudas (ex: situações de subsídio de desemprego, Rendimento Social de Inserção, etc). Frequentemente os processos de atribuição são longos e provocam situações de fragilidade financeira. Este tipo de situação é desencorajante para as famílias, uma vez que as pessoas têm necessidade de planificar a sua vida, assegurar as despesas fixas mensais. Tal significa que qualquer alteração nas prestações sociais deva ser comunicada atempadamente aos seus beneficiários;
8. Analisando os obstáculos específicos que as pessoas enfrentam no caminho para a inclusão social, particularmente no domínio de serviços de proximidade - assistência à infância, ajuda nos transportes, formação específica - sugere-se que a estratégia a seguir deva ser vasta para ter em conta a complexidade dos problemas.



As conclusões destes encontros têm um significado muito especial, porque reflectem na primeira pessoa as necessidades, as angústias e as dificuldades que todos os dias as pessoas que vivem em situação de pobreza e /ou exclusão social enfrentam. É com certeza um importante instrumento que poderá servir aos nossos governantes para reflectir e avaliar sobre o que se faz e como se faz ao nível das políticas sociais de forma a que estas pessoas possam ter uma participação activa na sociedade e tenham uma vida digna.

NOTA:

O documento na íntegra encontra-se em:
http://reapn.org/eventos_visualizar.php?ID=145

Durante muito tempo a intervenção social, em Portugal, esteve baseada na assistência e na beneficência e, para tal, considerava-se que não eram necessários instrumentos de qualidade, tais como instrumentos de avaliação, de monitorização, de recolha de dados para o desenvolvimento de diagnósticos de necessidades e para o conhecimento das expectativas dos utilizadores. Muito embora, a sedimentação deste tipo de práticas no sector crie resistências à mudança organizacional e à introdução de novas lógicas e formas de gestão, começa a haver pressões em torno deste processo, no sentido da incorporação de sistemas de gestão de qualidade nas organizações sem fins lucrativos (OSFL). No decurso dos últimos anos, a ideia de qualidade, largamente utilizada no meio industrial, tem vindo progressivamente a ganhar expressão nas políticas e nas práticas de intervenção social.

Em Portugal, as organizações que actuam primeiramente no campo da protecção social são genericamente designadas como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e encontram-se abrangidas por um estatuto especial. O Estatuto das IPSS define-as como instituições não lucrativas, privadas, constituídas com "*o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos*" e possuindo como *objectivos principais: o apoio a crianças e jovens, à família, à integração social e comunitária, a protecção na velhice e invalidez e na diminuição de meios de subsistência e capacidade para o trabalho, a promoção e a protecção da saúde, a educação e formação profissional e a resolução de problemas habitacionais* (Decreto-Lei 119/83). Na Constituição da República Portuguesa é mencionado que o Estado apoia e fiscaliza o funcionamento destas organizações na prossecução dos objectivos de solidariedade social, ou seja, o Estado assume um papel fiscalizador no sentido de apurar se estas instituições estão a cumprir os objectivos para os quais foram criadas e as condições em que o fazem. O Estado, mediante acordos de cooperação, concorda em financiar uma percentagem dos custos dos serviços sociais das IPSS (entre 70 e 80% em função das valências e das capacidades), enquanto estas se comprometem a cumprir um determinado número de regras, como sejam, o fornecimento de serviços numa base universal e a não discriminação dos utentes.

Neste âmbito, com vista a garantir a todos os cidadãos o acesso a serviços de qualidade, em 2003 foi criado pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas, o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança nas Respostas Sociais, programa baseado

no modelo de Excelência da EFQM (European Foundation for Quality Management), um modelo de gestão empresarial que permite a auto-avaliação da qualidade organizacional. Com este programa pretende-se constituir um referencial normativo num Sistema de Qualificação das Respostas Sociais, agregando todos os requisitos aplicáveis a uma determinada resposta e harmonizando, a nível nacional, as regras de funcionamento para os serviços prestados pelas instituições públicas, privadas e IPSS's.

A incorporação da qualidade nas organizações sem fins lucrativos de solidariedade social portuguesas é pois, um processo relativamente recente e surge sobretudo por uma exigência externa que as obriga a determinadas regras, assim como uma contínua actividade de avaliação.

A necessidade de padrões de qualidade e de processos de qualificação nas organizações não lucrativas de solidariedade social é um factor decisivo para o seu desenvolvimento e legitimação social. A passagem de uma lógica assistencialista para uma lógica de prevenção e promoção do desenvolvimento social passa, sem dúvida, por uma intervenção ao nível da qualificação que motive e apoie as organizações envolvidas a desenvolverem uma rápida evolução, ganhando flexibilidade para responderem continuamente a novos desafios, facultando respostas sociais mais eficazes e criando uma visão estratégica que actualmente não possuem. Na concretização da sua missão, a REAPN tem procurado direccionar uma boa parte das suas actividades e esforços para a importância da qualidade e da qualificação, apostando em acções formativas para capacitar as organizações para este desafio, procurando sobretudo dotá-las de melhores competências instrumentais e técnicas para uma maior capacidade de inovação e eficácia no combate à pobreza.

Entre 2004 e 2007, a REAPN foi a entidade interlocutora do Projecto ACREDITAR – Agência de Consultoria Social, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto e a União Distrital das Instituições de Solidariedade Social – Porto. O projecto, financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL (Fase II) teve como principal objectivo promover o desenvolvimento de estratégias e modelos capazes de sustentar o crescimento e a progressiva qualificação do Terceiro Sector.

Em 2008, aproveitando os ensinamentos que resultaram deste projecto e na sequência da abertura de candidaturas ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), a REAPN apresentou ao Eixo 3, Medida 3.1.2. – Formação-Acção para Entidades de Economia Social, o Projecto QUAL_IS – Qualificar a Intervenção Social, para as regiões do Norte, Centro e Alentejo e ao Eixo 8, o Projecto QUAL-IPSS para a região do Algarve.

Os projectos aprovados abrangem na totalidade 89 organizações sociais sem fins lucrativos e visam apoiá-las na construção de percursos de qualificação organizacional adaptados à sua dimensão, cultura, áreas de intervenção e públicos abrangidos, promovendo a melhoria dos seus processos de gestão e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros técnicos e trabalhadores. Os projectos prevêm uma componente de formação-acção padronizada com vista a proporcionar serviços de formação e consultoria definidos em função de necessidades comuns aos destinatários do projecto e uma componente de formação-acção individualizada, com vista a prestar serviços de formação e de consultoria em função das necessidades específicas de cada uma das organizações envolvidas, tendo por base o diagnóstico organizacional e o plano de melhorias e de qualificação organizacional. Todo o programa de intervenção baseia-se num trabalho directo e individualizado com as organizações, de maneira a que as ferramentas e as sugestões de melhoria resultem totalmente adaptadas aos contextos das entidades beneficiárias.

Para a REAPN, o mais importante é que a implementação de processos de qualificação ajude a uma melhor execução das actividades, em coerência com a missão e os valores deste tipo de organizações, bem como, a localizar as falhas do sistema e a melhorar os processos de prestação de serviços, tanto no que diz respeito aos clientes externos como aos clientes internos. Outro dos argumentos que nos preocupa e interessa especialmente é que um bom sistema de qualidade proporcione um marco de transparência na

gestão, que beneficie, a organização que o implanta, como a própria imagem que projecta na sociedade. Um terceiro argumento é que a qualidade uma vez implementada sirva de estímulo à participação de todos os actores que representam um papel nas organizações: direcções, executivos, associados, trabalhadores, voluntários e utilizadores, assim como todos os outros *stakeholders* com as quais elas se relacionam.

Em muitas ocasiões, parte-se do entendimento de que as organizações sociais não lucrativas prestam serviços que não têm por objectivo obter lucro e que isso pode justificar a má qualidade na gestão e na atenção aos utilizadores dos serviços, ou seja, como realizam o que podem e como podem, baseando em necessidades peremptórias, nada nem ninguém as obriga a fazê-lo bem. Esta ideia é falsa. Primeiro, porque a qualidade deve impregnar a consciência de todos as pessoas implicadas numa organização, e no caso das ONG fundamentada em determinados valores, como por exemplo, valores *orientados para as pessoas*, como o respeito pela dignidade humana e a defesa dos seus direitos, a solidariedade entre as pessoas das organizações e entre estas e utilizadores dos serviços; *valores centrados na organização*, ou seja, a gestão da organização deve ser feita em função das necessidades e expectativas dos seus destinatários finais e, *valores orientados para a sociedade*, na medida em que a transparência na gestão dos recursos e a demonstração da sua eficiência devem presidir à gestão dos escassos recursos deste tipo de organizações, e a responsabilidade social e o compromisso permanente das organizações face a essa responsabilidade é o que definitivamente assegurará a sua legitimidade e, portanto, a sua continuidade.

Quando se deseja implementar a qualidade numa organização social, umas das primeiras acções a realizar é consciencializar toda a equipa humana para o compromisso de realizar os esforços necessários que lhes permita dar um salto qualitativo no afrontamento das exigências da nossa sociedade actual. A qualidade não é algo relativo a um departamento, tem que estar incluída nos planos de gestão, abarcando toda a organização. A participação de todas as pessoas sejam voluntários, profissionais ou utilizadores é, assim, um valor primordial para conseguir uma maior motivação e uma co-responsabilização de todas as pessoas implicadas na organização. O êxito na gestão e o cumprimento da missão de forma mais eficaz e eficiente não vem só por si, não se improvisa, é o resultado de uma planificação estratégica realizada por técnicos competentes que compreendem a sua importância e

estão dispostos a assumir o objectivo da qualidade! Para mudar as coisas, para desenvolver as organizações, já não servem apenas as intenções, é necessário traçar um plano estratégico que estabeleça o que se quer, como se quer, com que meios, em que tempo e como se avaliará.

Estamos conscientes que o trabalho que iniciámos, está apenas a começar e que é muito longo o caminho que nos falta percorrer, mas não nos restam dúvidas de que este é um momento chave para o Terceiro

Sector, e em particular para todas as organizações que aceitaram este desafio e se comprometeram a iniciar esta caminhada.



Comunicar com qualidade

Ivo Domingues
ivodomingues58@gmail.com

Um idoso internado num lar sabidamente enganava as funcionárias, pois pegava nos medicamentos que, durante a refeição, lhe haviam sido entregues na providencial caixinha de doseamento, metia-os no bolso e abandonava-os entre as plantas do jardim. Os aviões carregados de ogivas nucleares levantaram voo numa base aérea militar porque a sentinela deu o alarme da existência de ruído continuado na rede da vedação, que se veio a verificar ser provocado por um urso inesperadamente surpreendido por aquele obstáculo na sua caminhada nocturna. Uma funcionária administrou dose de antibióticos a criança afectada por infecção que duplicou a terapia porque a mãe havia oralmente informado a colega que recebera a criança do horário da posologia e esta esqueceu-se de informar a funcionária que a substituiu.

O que têm de semelhante estes casos tão diferentes? Eles têm de comum a mesma causa – problemas de comunicação interna. A grande maioria dos problemas das organizações são problemas de comunicação interna. Se propusermos a qualquer membro de qualquer organização comentar esta afirmação, a concordância é aquiescente, espontânea e fácil. Se a concordância sobre a importância da comunicação interna nas organizações é tamanha, então parece ser legítimo formular a seguinte ideia: a comunicação interna é determinante da qualidade e da produtividade das organizações.

Todas as organizações possuem sistemas de informação que alimentam os processos de tomada de decisão operacional e estratégica. Composto de *hardware*,

software, documentos, arquivos, regulamentos, memorandos, *post-ite* e conversas, oferece memória à organização, estimula processos de significação, preenche discursos de legitimação, sustenta relações de dominação interactiva. As organizações podem ser vistas como Sistemas de Informação, assentes em processos de registo e consulta de dados relativos a pessoas e a operações. Para ser eficiente e eficaz, o Sistema de Informação deve permitir a dirigentes e funcionários ter a informação certa, no lugar certo, no tempo certo, na quantidade certa, no suporte certo e no código certo quando dela necessita para monitorar a sua conduta. Aqui, os sistemas informáticos constituem infraestrutura tecnológica da maior importância para normalizar os dados e os processos da sua produção, arquivo, actualização e consulta. As competências das pessoas no uso dessas ferramentas constituem outro factor de grande importância para a eficácia e a eficiência dos Sistemas de Informação.

As organizações também podem ser vistas como Sistemas de Comunicação, viabilizados pela actuação diária das pessoas que nelas trabalham e consomem os seus produtos ou serviços. Para ser eficiente e eficaz, o Sistema de Comunicação deve satisfazer diversos requisitos humanos. Todos os funcionários, fornecedores e clientes da organização devem estar dotados de habilidades e susceptibilidades que permitam levar em conta o que é dito e ouvido, escrito e lido, para partilharem significados e informações. Todos os participantes devem ser capazes de construir sentidos sobre a realidade, negociados entre sentidos preferenciais oferecidos e sentidos diferentes ou

alternativos. Todos devem ser capazes de usar o código linguístico para representar os diversos aspectos e objectos da realidade e para argumentar nos encontros dialógicos diariamente realizados. Aqui, são os conhecimentos e as capacidades das pessoas para significar e legitimar que fazem a diferença entre processos comunicacionais eficazes e ineficazes, eficientes e ineficientes.

Foi aquela ideia simples – a da importância da comunicação interna para a eficácia e eficiência organizacional – que inspirou a concepção do Projecto SIQ: Sistemas de Informação com Qualidade. Envolvendo 20 organizações do sector social que partilham um ano de desenvolvimento, beneficiando da colaboração entre a REAPN e o Instituto de Ciências Sociais / UM, é seu o seguinte objectivo geral: melhorar a qualidade das organizações do sector social através da optimização do Sistema de Informação e Comunicação. Esta melhoria é viabilizada por estes objectivos específicos: desenvolver competências de gestão do Sistema de Informação e Comunicação; qualificar quadros para desenvolver funções de Gestão do Sistema de Informação e Comunicação e de Gestão da Inovação; melhorar o desempenho dos quadros de chefia de topo e intermédia em Tecnologias da Informação e da Comunicação.

O conceito do projecto SIQ pode ser representado no diagrama abaixo apresentado:



A primeira fase do projecto orienta a atenção para a criação do modelo de gestão do Sistema de Informação, materializado nos seus produtos concebidos e validados por formadores e formandos na fase da formação padronizada. A segunda fase, articulada com a primeira, permite o diagnóstico do Sistema de Informação e a elaboração do Plano de Desenvol-

vimento Organizacional. Por fim, a terceira fase, permite a adopção e implementação do plano de melhoria em cada organização com o apoio simultâneo de formadores e consultores. Assim, o que este projecto traz de novo são dois factores complementares: a concepção, validação e adopção de referenciais de gestão e de intervenção, fundamentadores das soluções de melhoria; a formação orientada para o desenvolvimento de competências consideradas mais adequadas em cada organização.

Os produtos deste projecto são factor de muito importância para a gestão de Sistemas de Informação. Concretamente, um referencial normativo que serve de guia à gestão daqueles sistemas, um referencial para provimento do cargo de gestor de Sistemas de Informação e um referencial para diagnóstico de Sistemas de Informação. Merece particular relevância o primeiro documento. Inspirado no modelo EFQM e na Gestão da Qualidade Total, oferece sistema de critérios e indicadores considerado muito útil pelos técnicos das organizações envolvidos na formação padronizada. Sendo adoptado como referencial para o diagnóstico e melhoria do SI, é o mais importante documento de todo o projecto.

Outro factor de grande importância é a formação. Assumindo duas modalidades complementares, a formação padronizada permite formar técnicos que podem exercer o cargo de gestores de SI, eventualmente acumulado com o cargo de gestão da qualidade. A formação individualizada permite formar funcionários em processos e práticas de informação e/ou de comunicação de modo a corrigir défices de conhecimentos e competências que mais perturbam a eficácia e a eficiência de cada organização.

O envolvimento das organizações, revelado na assiduidade às sessões de formação e na procura da solução considerada mais conveniente para o seu caso, deixa criar expectativas elevadas quanto aos resultados deste processo de melhoria do desempenho organizacional. Estamos convictos de que os líderes das organizações que abraçaram este desafio jamais verão os processos de informação e de comunicação da mesma forma e que estimularão melhorias promotoras de ganhos de eficácia e de eficiência. Este é objectivo do projecto e dever de todas as partes envolvidas. Porque o futuro sempre chega, silencioso e implacável. Convém, por isso, estarmos preparados para o receber e, se possível, para o antecipar.

Percursos individualizados de mudança

Ana Rita Redondo
reapn.in_formacao@megamail.pt

Com o propósito de assegurar a missão da REAPN, o Núcleo Distrital de Santarém apostou mais uma vez na inovação e deu “corpo” ao projecto “InFormação”. Este Projecto é financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), medida 6.1 – Formação para a Inclusão, que visa a autonomização dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), criando condições para a sua inclusão activa. O projecto trabalha directamente com as Instituições responsáveis pelos formandos enquanto beneficiários de RSI e contempla um curso de formação para 15 formandas e ainda a criação de um Centro de Inclusão (CI) com resposta dirigida às formandas e às suas famílias.

O projecto *InFormação* surge da necessidade diagnosticada pelo Núcleo Distrital de Santarém (em particular, de um conjunto de entidades não governamentais de solidariedade social que acompanham processos de inserção, no âmbito da medida Rendimento Social de Inserção) de intervir junto dos públicos desfavorecidos, nomeadamente aqueles que se encontram a beneficiar do Rendimento Social de Inserção, apostando na sua progressiva autonomização, criando desta forma condições para a sua inclusão activa.

A medida do Rendimento Social de Inserção tem, em si mesma, imensas potencialidades, nomeadamente ao nível dos Programas de Inserção, porque prevê a progressiva autonomização dos seus destinatários, através de um trabalho pluridisciplinar, individualizado e que crie as condições para que estes possam assumir um papel activo na sociedade pela via do emprego. No entanto, por diferentes variáveis (perfil dos destinatários da medida, dificuldades de articulação entre os diferentes parceiros, dificuldade de efectuar um acompanhamento de proximidade junto destes públicos por parte das equipas de RSI, dificuldade de desenvolver Programas de Inserção adaptados às características de cada individuo) verifica-se recorrentemente uma dificuldade de integrar estes públicos e de conseguir reverter a sua situação de desfavorecimento social. Estes públicos acumulam assim de forma quase invariável *handicaps* sociais, educacionais, profissionais, impossibilitando assim a sua autonomização progressiva dos serviços sociais e uma inserção no mercado de trabalho enriquecedora, quer do ponto de vista de remuneração, quer do ponto de vista pessoal.

Este cenário é repetido em diferentes territórios e ao longo dos vários anos em que a medida do RSI tem vindo a ser implementada, tornando-se necessário intervir de forma cirúrgica de forma a favorecer uma mudança. Assim, o projecto *InFormação* pretende trabalhar com as instituições que ao nível do distrito

acompanham directamente os beneficiários do RSI, desenvolvendo um curso de formação designado “Percursos individualizados de Mudança” com a duração total de 800 horas, que pretende, acima de tudo, ajudar a delinear os seus Programas de Inserção visando um percurso individualizado que favoreça a sua inclusão activa.

Objectivos gerais

1. Estimular o desenvolvimento de um conjunto de competências “prévias” junto de jovens e adultos com baixas qualificações, beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), consideradas fundamentais para o trabalho e para as mais variadas esferas de participação social, capazes de favorecer a sua inserção em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), Centros Novas Oportunidades (CNO).
2. Dinamização de uma resposta integrada ao nível da formação/qualificação e do acompanhamento sócio-familiar dos formandos através da articulação de esforços entre as várias entidades parceiras.
3. Generalização de políticas de formação mais pró-activas dirigidas à população com baixas qualificações e em processo de inserção (beneficiários do RSI) com o objectivo de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho, no sistema educativo ou em sistemas de formação que confirmem certificação e garantir a igualdade de oportunidade no acesso a bens e serviços públicos.
4. Sensibilização das entidades empregadoras, não só as de grande dimensão, mas muito em especial as de pequena e média dimensão, de forma a garantirem o acolhimento de formandos e conferirem aos indivíduos a capacidade de poderem realizar as suas opções de formação e qualificação.

O *InFormação* aposta no desenvolvimento de formação em competências pessoais, sociais e profissionais, e na

Informação - Percursos individualizados de mudança

garantia de soluções à medida baseando-se no reconhecimento da importância das competências pessoais e sociais (*soft skills*) para lidar com as actuais características dos contextos de trabalho e de vida, nomeadamente:

- Competências de comunicação em todas as suas formas, mas também auto-expressão;
- Uso e compreensão básica das tecnologias de informação e de comunicação;
- Capacidade de aprender com autonomia;
- Capacidade para reagir e lidar com a incerteza e a imprevisibilidade;
- Capacidade para gerir relações interpessoais com sucesso;
- Capacidade para gerir o tempo e o seu próprio trabalho de uma forma autónoma.

A principal inovação deste projecto reside no curso de formação “**Percursos Individualizados de Mudança**”, que prevê o desenvolvimento de competências transversais que capacitem as formandas para a sua eficaz inclusão em meio social e profissional. O curso visa a participação e *empowerment* do público-alvo, pela elaboração de forma pró-activa de planos individuais integrados, respeitando as suas características, perfil, capacidades e limitações ajudando cada um dos formandos a compreender-se e encontrar-se a si mesmo, desenvolvendo competências pessoais e sociais, as quais propiciam condições de aproveitamento no decorrer da formação qualificante em contexto mais laboral enquanto estratégia facilitadora da aproximação ao mercado de trabalho e permitindo que, de forma transversal, a equipa do projecto possa “trabalhar” as dificuldades sentidas no decorrer da inserção dos formandos. Temas como Auto-Estima, Educação para o Consumo, Matemática para a Vida, Interculturalidade, Higiene e Segurança no Trabalho e Projecto de Vida, são exemplo de alguns módulos contemplados nas 400 horas de formação em sala. A formação em sala divide-se em dois blocos, um primeiro onde são trabalhados temas relacionados com o Desenvolvimento Pessoal e Social das formandas enquanto seres únicos e individuais e outro bloco que contempla o Desenvolvimento profissional. O primeiro tem como objectivo desenvolver competências pessoais e sociais que impulsionem a valorização pessoal e o segundo tem o objectivo de desenvolver competências básicas que permitam a inserção e permanência das formandas no mercado de trabalho. Nestas 400 horas de formação em sala, estão previstas 8 visitas de estudo. As restantes 400 horas, estão organizadas em formato de Formação em Contexto de Trabalho, e serão realizadas em locais

escolhidos pelas formandas de acordo com a sua vocação e motivação.

O outro factor de inovação deste projecto reside no CI. Este Centro prevê o acompanhamento directo às 15 formandas e ao seu agregado familiar, nomeadamente através de actividades de atendimento personalizado, na mediação entre os seus interesses/competências e o mercado de trabalho/formativo e através de acções de (in)formação de temáticas ajustadas às necessidades. Tudo isto exige, por parte do CI, uma estreita articulação com os Centros de Novas Oportunidades locais, com as entidades empregadoras e com as instituições de apoio ao RSI.

Até à data, o projecto já realizou 135 horas de formação em sala, 3 visitas de estudo a organizações de natureza diversa e 3 actividades, uma com a participação activa das formandas - “Apresentação na Primeira Voz/Mostra de talentos” no âmbito do Encontro de Associados do Núcleo. Uma outra actividade foi dirigida a equipas de RSI, onde realizámos um *workshop* formativo com a participação da Eva Vera, coordenadora do projecto ACCEDER promovido pela Fundación Secretariado Gitano, entidade parceira da REAPN. O lançamento do CI, foi a última actividade realizada em 2008 onde foram apresentados os objectivos do Centro e foram auscultadas as necessidades dos presentes para a sua inclusão sócio-profissional. Associando esta actividade à época natalícia, foram distribuídos presentes aos filhos menores das formandas.

Dados técnicos do projecto**Nome**

INFORMAÇÃO – Percursos Individualizados de Mudança

Duração

15 de Outubro de 2008 a 16 de Julho de 2009.

Destinatários

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção - jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos.

Objectivos

1. Desenvolver competências pessoais, sociais e relacionais dos formandos;
2. Encaminhar os formandos para Centros de Novas Oportunidades e promover a sua integração sócio-profissional;
3. Dinamizar uma resposta integrada ao nível da formação/qualificação e do acompanhamento sócio-familiar dos formandos, articulando recursos entre as várias Entidades Parceiras.

Sentido de um breve olhar

O desenvolvimento do sistema português de protecção social tem acompanhado, embora com atraso e de forma menos consistente, o modelo das sociedades industrializadas europeias, no qual o Estado ocupa uma função fundamental. Prova disso é a crescente responsabilização do Estado, ora por via do alargamento dos direitos sociais, ora por via do incremento de políticas sociais e de emprego. Mas nem toda a oferta de protecção social provém do Estado, ou seja, dos poderes e dispositivos públicos. Uma boa parte dela deriva da sociedade civil, seja do Mercado, isto é, do universo composto por empresas privadas com fins lucrativos, seja do Terceiro Sector, isto é, de um conjunto extenso e diferenciado de organizações não lucrativas de iniciativa dos cidadãos que, com crescente relevância, operam nos domínios social e de emprego, sem esquecer formas menos organizadas geradas no seio dos grupos primários, redes de solidariedade, de entajuda e colectividades locais.

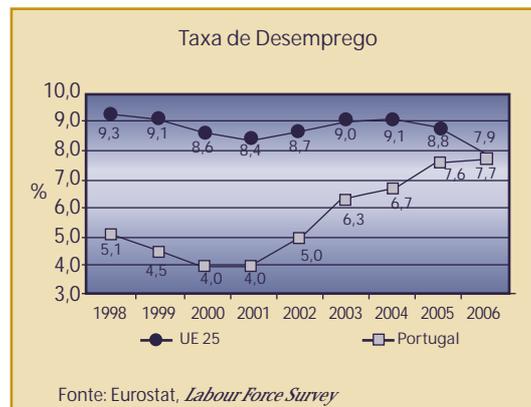
As transformações políticas, mas também económicas, sociais e culturais, ocorridas em dois momentos históricos recentes – o 25 de Abril de 1974 e, mais recentemente, a adesão à então CEE, em 1986 – trouxeram consigo alterações na racionalidade das políticas públicas em matéria de protecção social e de emprego. No primeiro caso, através do processo de democratização, foram constitucionalmente consagrados direitos sociais e foi impulsionado o desenvolvimento (tardio) do Terceiro Sector, cujas virtualidades são hoje incontornáveis. No segundo, por força do processo continuado de integração, foram sendo sucessivamente transpostos para a escala nacional princípios e objectivos comuns. É, por isso, notória a *europização* das políticas sociais e de emprego em Portugal, sobretudo nos últimos dez anos.

A ideia transversal a estas políticas é a de que as situações de pobreza e de exclusão só podem ser combatidas através da participação activa na vida social e de trabalho, e não apenas através do usufruto de um rendimento sem contrapartida. Mas a verdade é que Portugal continua a apresentar dos mais elevados valores no que toca a indicadores de pobreza e, mais recentemente, de desemprego. As razões são múltiplas, profundas, de natureza distinta e a elas as estratégias de emprego e de inclusão não parecem conseguir

responder por inteiro. Assim, levantam-se, em seguida, algumas questões sobre as quais importa reflectir mesmo que de forma breve: i) Pobreza persistente e desemprego crescente; ii) Desfasamento entre o que é formalmente instituído pelos programas e a sua aplicação prática; iii) Rigidez excessiva na aplicação de alguns programas; iv) Risco de criação de mercados de trabalho secundários; v) Desajustamentos de alguns programas face a novos públicos.

Tendências recentes

No quadro da União Europeia, Portugal possui dos mais altos valores de pobreza e de desemprego. A última década foi marcada pelo crescimento acentuado do desemprego, tradicionalmente baixo quando comparado com valores médios da União Europeia. Porém, a situação alterou-se e, entre 2001 e 2006, a taxa de desemprego passou de 4% no primeiro ano para 7,7% no segundo. Em 2007, a taxa subiu para 8%, não só dobrando o valor de 2001, como ultrapassando mesmo a média europeia. Esta evolução, visível no quadro abaixo, constitui um problema a que o país não estava habituado, ao contrário de outros parceiros.



No que toca à pobreza, os números recentes apontam no sentido de uma quebra ligeira do risco de pobreza, o que indicia o carácter positivo dos efeitos conjugados das múltiplas medidas entretanto implementadas.

1. Este texto condensa e resume, com cortes e ajustamentos, o Overview português desenvolvido no âmbito do Projecto Europeu *BRIDGES FOR INCLUSION*, promovido pela REAPN. Cf. CALEIRAS, Jorge (2008) *A Articulação das Estratégias de Emprego e de Inclusão Social. Um Overview Português* Porto, REAPN.

Pontes numo à inclusão

De uma taxa de pobreza relativa de 23% em 1995, passou-se para uma taxa actual de 18% (relativa a 2006, últimos dados conhecidos). Como se pode observar no quadro seguinte, a descida desde 2004, embora pouco expressiva, parece ser sustentada.

	EU-SILC	2004	2005	2006 (P.)
Após transferências sociais		20	19	18
Após transferências relativas a pensões		27	26	25
Antes de qualquer transferência social		41	41	40

P. - Valor provisório
EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

No quadro pode igualmente observar-se a relevância das transferências sociais no amortecimento do risco de pobreza, nomeadamente das transferências relativas a pensões. Em 2006, a taxa de risco de pobreza era de 40% antes de qualquer transferência social, diminuiu drasticamente para 25% após as transferências relativas a pensões, e baixou depois para 18% após outras transferências sociais. Deste modo, pode concluir-se que, apesar da importância crescente das políticas activas, é inegável o efeito "*almofada*" das políticas passivas compensatórias. Longe de envolverem os valores praticados noutros países europeus, elas não deixam, mesmo assim, de ter um peso significativo no atenuar do risco de pobreza.

Desagregando o risco de pobreza em função da condição dos cidadãos perante o trabalho, verifica-se, como se pode observar no gráfico seguinte, que o risco de pobreza entre a população activa é elevado.



Sem prejuízo da relevância dos valores elevados entre as categorias "Reformado" e "Outros inactivos", o risco de pobreza entre os desempregados é o mais elevado, com um valor de 31%. E não é de negligenciar também o valor de 11% de risco de pobreza entre os empregados (11%), o que remete para o problema estrutural dos trabalhadores pobres.

O problema não pode, assim, deixar de ser olhado a partir de outra perspectiva – a das políticas públicas de enfrentamento. Centrado num cenário marcado pela persistência de uma pobreza estrutural (situada em valores absolutamente inaceitáveis), pelo recrudescimento do desemprego (para números a que o país não estava habituado), e ainda pela extensão do mau emprego (traduzido em baixos salários e relações laborais pouco seguras), é o que farei em seguida.

Desfasamento entre o instituído e o praticado

A experiência portuguesa mostra que, apesar do discurso sedutor em torno da ligação entre inserção profissional e inclusão social, estas acções esbarram no afastamento frequente entre o que é instituído e a sua aplicação prática. O desfasamento entre o plano normativo e a prática social, muito característico, aliás, na sociedade portuguesa, é transversal à generalidade das medidas, constituindo uma primeira grande questão sobre a qual importa reflectir.

Uma segunda questão, relacionada com a anterior, respeita à qualidade efectiva das acções desenvolvidas no terreno. Muitas delas têm uma forte componente de individualização e são, por isso, consumidoras de recursos humanos que nem sempre são disponibilizados, em particular pelos serviços públicos de emprego e de segurança social. Isto leva a que o acompanhamento pessoal se transforme frequentemente em acompanhamentos grupais ou em meros expedientes burocráticos, destinados apenas ao cumprimento de diligências formais impostas pelos normativos. Por outro lado, conduz à "simplificação" ou mesmo ausência de processo negocial com o beneficiário, ao qual se impõe compulsivamente uma solução pré-definida, sem ter em conta trajectórias e vontades individuais, defraudando-se expectativas e pondo em causa uma inclusão efectiva. Neste sentido, importa controlar alguns ímpetus disciplinadores, coercivos e até punitivos em ordem a tornar menos "rígidas" e, portanto, mais "seguras" as pontes para a inclusão.

Risco de criação de mercados de trabalho secundários

Uma terceira questão tem a ver com o facto de a articulação de estratégias de emprego e inclusão não ter evitado que os níveis de desemprego tivessem crescido substancialmente nos últimos anos, e isto apesar de existirem claras necessidades e consequentes oportunidades de trabalho em sectores não explorados da economia social, onde poderiam emergir "reais" oportunidades de emprego e não empregos "artificiais". Se por um lado, os níveis de colocação em medidas activas são ainda baixos, por outro, observa-se uma

certa tendência para a partir de algumas delas se expandir uma espécie de *mercado de trabalho secundário*, caracterizado por tarefas temporárias, desvalorizadas e inapropriadas à inserção profissional, onde os utilizadores não gozam dos mesmos direitos laborais dos trabalhadores regulares, nem de autonomia individual. A ser assim, o objectivo da empregabilidade terá aqui pouco potencial inclusivo.

Não é de ignorar também o desvirtuamento e o risco de instrumentalização de algumas medidas para suprir carências de recursos humanos. Através delas, alguns serviços e instituições vão assegurando “mão-de-obra barata” que, rotativamente, vai garantindo a execução de tarefas permanentes, sem que haja autêntica criação de emprego. Nestes casos, mesmo sendo objecto de uma medida específica, o beneficiário acaba por não beneficiar verdadeiramente dela e no limite até pode, paradoxalmente, reforçar a sua condição de exclusão ao “saltitar” de medida em medida, numa lógica continuada de marginalização do mercado regular de trabalho.

Este problema está, muitas vezes, relacionado com a presença de “*juízos morais*” e alguns excessos discricionários nas obrigações impostas pelos profissionais aos utilizadores das medidas e só pode ser combatido com um justo equilíbrio entre direitos e obrigações. Importa, pois, reforçar na prática o potencial emancipatório da generalidade das medidas, e não o seu lado mais *cinzentoe* regulatório, que ainda tende a ser sobrevalorizado em Portugal.

Sistematizar, reavivar e flexibilizar acções

No actual momento, seria útil desenvolver uma *sistematização* profunda da vasta gama de medidas existentes, tanto de emprego quanto de inclusão, que às vezes se *acumulam* para fins idênticos, sem grande articulação entre si.

Depois, importaria estimular a Rede Social e explorar mais outros programas de escala local como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social. É aí, nessa escala, que os problemas mais se fazem sentir e será, por consequência, aí que convém efectuar apreciações aos problemas e às medidas accionadas para lhes fazer face, não apenas para possibilitar a avaliação de situações em curso, mas sobretudo para permitir o ajustamento aos novos públicos excluídos (desempregados, novos pobres).

A experiência dos Observatórios, que vem ganhando expressão, é uma experiência útil neste domínio do

acompanhamento permanente, que seria vantajoso estender a todos os concelhos.

Seria igualmente proveitoso alargar as pontes, que às vezes parecem demasiado estreitas, permitindo apenas passar uns poucos em detrimento de muitos que continuam nas margens. O processo de alargamento pode passar por *reavivar* o conceito do Mercado Social de Emprego, e dentro dele o das Empresas de Inserção, imaginando formatos mais criativos, com maior grau de especificidade e de precisão, que possam abarcar a diversidade de novas situações decorrentes dos efeitos da crise prolongada que certamente deixa(rá) marcas. Outra solução poderia ainda passar por *flexibilizar* o Rendimento Social de Inserção, habilitando-o a cobrir um espectro mais alargado de novos pobres, que embora tenham rendimentos superiores aos limites impostos pela medida, estão numa situação de fronteira e não deixam por isso de ser pobres.

Entre o Estado como garante da cidadania e o mercado como garante da produção de recursos existe um amplo espaço por explorar. A exploração deste espaço – o espaço privilegiado da economia social, onde operam as instituições do Terceiro Sector – pode contribuir, e muito, para potenciar a articulação entre emprego e inclusão social e, dessa forma, ajudar a construir pontes mais seguras e suficientemente largas entre a participação nos processos produtivos, o desenvolvimento local e a inclusão social.



Pobreza infantil

Uma aposta da REAPN

Fátima Veiga
fatima.veiga@reapn.org

Em 2008 a REAPN elegeu como prioridades ao nível da dinamização de Grupos de Trabalho os temas da Pobreza Infantil e do Envelhecimento, procurando ir de encontro aos interesses e necessidades dos associados da REAPN, que, na sua grande maioria trabalham diariamente com estas realidades e que necessitam de novos instrumentos e novas ferramentas que apoiem uma intervenção mais qualificada e inovadora. A opção por estes dois temas justifica-se também pelo facto de no Plano Nacional de Acção para a Inclusão estarem definidas como uma das prioridades: *Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os direitos básicos de cidadania*. Uma vez que a REAPN procura sempre adequar o seu programa de trabalho às orientações expressas no PNAI este ano procurou aprofundar estas duas problemáticas.

Investir num conhecimento mais aprofundado da pobreza infantil e do envelhecimento foi a primeira actividade que foi posta em marcha, dada a extensão e complexidade destes fenómenos. Assim, e no que se refere ao Grupo de Trabalho da Pobreza Infantil, procuramos conhecer esta temática através da elaboração de um documento marco. Este documento procura fazer uma análise transversal do tema da pobreza infantil, tentando clarificar conceitos e centrar o problema no contexto nacional, estabelecendo, sempre que possível, comparações com os restantes países da Europa. No documento existe também uma preocupação em definir recomendações/propostas de acção capazes de orientar uma política de infância a nível nacional. Estas recomendações e propostas devem, tanto quanto possível reflectir a opinião e a experiência de todos aqueles que trabalham esta problemática.

A metodologia subjacente a este Grupo de Trabalho assenta na convicção de que importa envolver os diferentes actores que actuam nesta problemática, quer sejam as instituições privadas, quer sejam as diferentes entidades públicas que tutelam esta área da infância, quer sejam investigadores e peritos da área da educação, saúde, protecção social, justiça, acção social, quer sejam os trabalhadores sociais que directamente contactam com as crianças, e as próprias crianças.

Esta metodologia participativa pressupôs a realização de uma primeira reunião de trabalho, que decorreu a 4 de Dezembro último, e que contou com a presença de um conjunto de personalidades que conhecem e trabalham aprofundadamente o tema. Nesta reunião foi possível apresentar uma primeira versão do documento marco, que foi previamente validado pelo Professor Manuel Sarmento, do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho. O objectivo da reunião era, não só apresentar o documento e recolher contributos para o seu enriquecimento, como também

definir uma estratégia de acção futura para o Grupo de Trabalho.

Relativamente ao documento foram vários os contributos recolhidos, quer das instituições que compareceram à reunião, quer de outras que, não podendo comparecer na data da reunião, se mostraram interessados em participar no Grupo de Trabalho. Os contributos recolhidos serão analisados e incorporados no documento final para que este possa ser divulgado junto das instâncias decisoras que tutelam esta área e junto da comunicação social.

O primeiro semestre de 2009 será assim o período previsto para a divulgação do documento. O tema da pobreza infantil será assim um tema transversal na REAPN, estando previsto realizar um conjunto de outras actividades, no âmbito do grupo de trabalho nomeadamente: a realização de uma acção de formação sobre o tema da pobreza infantil, a organização de um seminário internacional dedicado a este tema, a dinamização de um espaço na página *web* da REAPN, procurando promover a troca de boas práticas institucionais e o conhecimento sobre o tema. Ainda em 2009 a revista de política social da REAPN do primeiro semestre será dedicada à pobreza infantil, procurando recolher contributos de instituições e peritos nesta área, alargando assim o conhecimento sobre esta problemática, dentro de uma lógica de *benchmarking*.

O Grupo de Trabalho sobre Pobreza Infantil será assim uma aposta da REAPN também para 2009, procurando corresponder aos objectivos traçados em plano de actividades e dando corpo a uma preocupação crescente da REAPN: a de desenvolver uma estratégia de *lobby*, partindo das recomendações e propostas daqueles que mais directamente trabalham e se encontram directamente implicadas/os nos fenómenos de pobreza e exclusão social.

Envelhecimento Activo é um processo de optimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança no sentido de reforçar a qualidade de vida à medida que as pessoas forem envelhecendo.

Organização Mundial de Saúde

A Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal no seu esforço permanente de efectivar alguns princípios que desde sempre têm estado na sua base de trabalho, como a mobilização da sociedade, a procura de um maior e melhor conhecimento dos fenómenos sociais, a procura de uma maior eficácia das políticas e de *lobby* junto das entidades decisoras, deu início no passado mês de Dezembro ao Grupo de Trabalho e Reflexão do Envelhecimento Activo.

Contando com a colaboração externa da Dra. Constança Paúl o Grupo já tinha, numa primeira fase, elaborado todo um trabalho prévio de reflexão sobre o fenómeno do Envelhecimento¹ e através deste foi possível delinear um conjunto de preocupações, interrogações, que, a nosso ver, precisam de ser esclarecidas e solucionadas de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas mais idosas.

Tendo como objectivo central elaborar um documento estratégico que sirva o interesse de todos aqueles que trabalham ao nível da terceira idade e das próprias pessoas idosas e que vise melhores políticas e uma melhor intervenção a este nível, a REAPN dirigiu um convite alargado a um conjunto diversificado de peritos e instituições que trabalham com esta população.

Neste sentido, foi possível no dia 4 de Dezembro reunir à mesma mesa diferentes áreas e diferentes conhecimentos sobre a mesma problemática. Os participantes e colaboradores do Grupo (ver quadro) são actores sociais que têm vindo a dedicar o seu trabalho às questões do envelhecimento, quer a nível nacional, quer a nível internacional, mas também as pessoas que se encontram nesta fase da vida e que melhor sabem falar dos problemas que enfrentam e que gostariam de ver resolvidos.

O documento com as propostas de intervenção e promoção do envelhecimento activo encontra-se no momento em fase de discussão entre todos os elementos do grupo.

As propostas apresentadas estão estruturadas em 4 grupos:

- O conceito de envelhecimento e envelhecimento activo. Uma perspectiva teórica;
- As políticas orientadas para o envelhecimento activo;
- A intervenção na problemática do envelhecimento;
- A formação dos profissionais e dos cuidadores informais.

No primeiro grupo pretende-se trabalhar na construção de uma linguagem mais uniformizada relativamente aos aspectos do envelhecimento propondo uma mudança nos discursos, habitualmente negativos, sobre esta problemática.

Ao mesmo tempo é reconhecida a necessidade de mobilização da sociedade civil para a construção de uma estrutura de acompanhamento do fenómeno, que “qualifique” a informação produzida sobre este. Uma estrutura deste tipo, a ser construída, teria também uma função mais alargada que passaria pelo planeamento e pressão junto dos órgãos decisores.

Ao nível das políticas orientadas para o envelhecimento activo alerta-se para a necessidade de articulação entre as várias políticas e medidas dirigidas às pessoas idosas, assim como a necessidade de uma maior e melhor definição de orientações com vista à promoção de um envelhecimento activo. Entenda-se neste caso a defesa de uma visão holística do envelhecimento, tendo em conta que se está perante um fenómeno que diz respeito a todo o ciclo de vida humana e a todas as dimensões da vida social, sendo por isso necessário apostar na definição de uma política de envelhecimento transversal que articule cada uma das dimensões.

Neste âmbito é ainda fundamental fazer uma análise dos indicadores (quantitativos e qualitativos) existentes que permitem avaliar as políticas e as medidas direccionadas para esta população. Por um lado, há

¹. Vd. Revista Rediteia nº 41.

Envelhecimento activo...

que apostar na definição de indicadores de carácter mais qualitativo, por outro lado, é fundamental seleccionar entre os indicadores existentes aqueles que permitem realmente avaliar a implementação das políticas e reformular outros que, pela sua natureza, não parecem ter muita utilidade para a monitorização e avaliação das mesmas.

No terceiro grupo de propostas em discussão pretende-se apelar à importância do trabalho em parceria entre as Organizações (públicas e privadas) que permita o desenvolvimento de uma estratégia integrada e concertada às necessidades das pessoas idosas. A intervenção com esta população beneficiaria ainda da promoção de uma política de qualidade das respostas sociais que obedeça a um conjunto de princípios que tenham em conta as especificidades do sector e dos públicos; da criação de espaços de participação das pessoas idosas; e da realização de campanhas de sensibilização relativas aos estereótipos da idade.

No quarto e último conjunto de questões levantadas, o grupo pretende apresentar propostas que visem uma acção ao nível dos prestadores de cuidados, formais e informais. Neste âmbito surgem algumas sugestões de mudança e melhoramento ao nível da formação dos profissionais que trabalham com pessoas idosas; ao nível da sensibilização das organizações para uma maior aposta no desenvolvimento de competências dos seus técnicos e, por fim, ao nível dos próprios cuidadores informais (família, vizinhos, etc) que, pelo facto de muitas vezes serem um suporte fundamental

à pessoa idosa, necessitam de uma maior apoio, formação e informação específica neste âmbito.

A tarefa a que o Grupo de Trabalho e Reflexão do Envelhecimento Activo se propõe não é fácil, no entanto, o empenho demonstrado permite antever resultados positivos. O documento que está em trabalho, uma vez finalizado, irá ser divulgado junto das entidades decisoras nacionais de forma a constituir um contributo sustentado que vise uma melhor qualidade de vida das pessoas mais idosas e de todos aqueles que caminham para essa fase da vida.



Participantes do Grupo de Trabalho e Reflexão do Envelhecimento Activo

Alcídio Jesus	Helena Cadete	M ^ª Graça Castro Pinto
Alexandra Lopes	Inácio Martín	M ^ª João Quintela
Ana Alexandre Fernandes	Isabel Amorim	Maria José Domingues
Ana Pinto	Isabel Borges	Nuno Pestana
Ana Veríssimo	Isabel Dias	Paula Cruz
António Barbedo de Magalhães	José Morais Teixeira	Paulo Tomás Neves
António M. Fonseca	Luís Jacob	Raquel Polónia
Augusta Espassandim	Luís Jerónimo	Salomé Alves
Constança Paúl	Luísa Pimentel	Sandra Araújo
Cristina Andrade	Márcia David	Sérgio Aires
Elza Chambel	Maria Emília Vergueiro	Teresa Almeida Pinto
Eunice Noronha	M ^ª de Fátima Carvalho	Teresa Patrão
Fernanda Rodrigues	M ^ª de Lourdes Quaresma	

As comunidades ciganas enfrentam dificuldades de integração social que necessitam de uma intervenção eficaz, através da promoção de um conjunto de acções que permitam combater as várias discriminações que este grupo tem vivenciado. Ao longo dos últimos anos, verificou-se um esforço crescente por parte de várias entidades no sentido de conhecer os problemas que afectam estas comunidades e de definir medidas e estratégias que visem combater efectivamente todo o tipo de exclusão. Contudo, é visível que este esforço não tem sido suficiente para garantir a integração social plena e o exercício de cidadania por parte destas comunidades.

Relativamente às políticas existentes no âmbito das comunidades ciganas, constata-se que em alguns países ainda não existe um reconhecimento dos ciganos e de outras minorias como grupo específico de forma a garantir os seus direitos fundamentais de cidadania. É neste sentido que existe um reconhecimento institucional da necessidade de políticas especificamente direccionadas para as comunidades ciganas. Ao nível do Programa Europeu de Acção para a Inclusão Social, o Projecto Promoção de Políticas Mais Activas para a Inclusão Social das Comunidades Ciganas¹, no qual a REAPN fez parte (2004-2006), constitui um passo importante para enfrentar os processos de exclusão que afectam estas comunidades.

O combate à exclusão necessita de um processo global e multi-dimensional, no entanto, é importante tentar definir as áreas prioritárias no âmbito das medidas para a inclusão social. Em primeiro lugar, antes de definir políticas, é necessário conhecer a população (não existe em Portugal um estudo sociológico sobre estas comunidades). A informação existente acerca desta minoria étnica é, em Portugal, bastante deficitária, tornando por isso mais difícil desenvolver um trabalho estruturado e permanente sobre esta problemática. Esta lacuna na área da informação conduz, por um lado, a uma quase invisibilidade desta problemática nas diferentes instâncias decisoras e nos instrumentos de política social existentes e, por outro lado, conduz a uma inadequação das medidas e acções políticas que visam a inclusão social e a eliminação de práticas discriminatórias, não contemplando os ciganos como grupo-chave nos planos nacionais de acção para a inclusão. Assim, uma primeira medida a ter em conta é a realização de um maior número de diagnósticos sobre a realidade das comunidades ciganas, incluindo pesquisas sobre os obstáculos e as barreiras que a sociedade maioritária e as instituições lhes colocam. Em segundo lugar, é pertinente a aceitação da necessidade de políticas específicas para estas

comunidades. É necessário definir políticas e medidas mais activas de inclusão social, não se restringindo (como se tem vindo a verificar) a políticas e a projectos avulsos, pontuais que não têm continuidade e sustentabilidade. Por isso, são necessárias políticas integradas e articuladas entre as diferentes áreas de intervenção (educação, saúde, habitação, justiça, emprego e formação profissional, entre outros) incluídas numa estratégia direccionada para estas comunidades. Estamos assim a falar da necessidade de um plano nacional de integração das comunidades ciganas em Portugal que permita efectivamente o acesso aos serviços básicos (à educação, à saúde, à habitação, à justiça, serviços sociais, emprego e formação profissional, entre outros) e o exercício de uma cidadania plena.

Neste sentido, é urgente definir medidas específicas que promovam esse acesso aos serviços básicos e que devem incidir nos seguintes itens:

- Medidas que promovam o acesso à educação e medidas que permitem melhorar a qualidade da educação com uma atenção particular no combate às práticas directas e indirectas de segregação ou de assimilação nas escolas;
- Medidas de promoção de melhores condições de habitabilidade para as Comunidades Ciganas e de desmantelamento de bairros segregados e desfavorecidos com grande concentração de ciganos;
- Medidas que promovam o total acesso aos serviços públicos de saúde.

1. Foi um projecto transnacional promovido pela Fundacion Secretariado Gitano. O Objectivo do projecto foi definir políticas mais activas de inclusão social das comunidades ciganas. Para tal, este projecto integrou não apenas Organizações que trabalham com esta temática, como também as entidades responsáveis a nível nacional pela definição e implementação dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão. Neste sentido, uma das actividades do projecto consistiu no levantamento das políticas existentes no PNAI (2003-2005) direccionadas para estas Comunidades. Portugal era um dos países que não contemplava medidas nesse sentido.

As medidas aqui mencionadas são apenas alguns exemplos de medidas pertinentes ao nível das Comunidades ciganas. Importa sublinhar uma vez mais que as medidas de inclusão social devem, primeiramente, ser baseadas na forma como se pode aumentar o acesso destas comunidades a todos os programas, acções e medidas de carácter geral. No entanto, numa primeira fase, é necessário apostar em medidas de discriminação positiva (transitórias). Alguns tipos de acção podem incluir:

- Formação direccionada para profissionais das diversas áreas de intervenção no sentido de desconstruir preconceitos e estereótipos existentes sobre estas comunidades;
- Promoção de mediadores ciganos para diferentes serviços/áreas, tais como a saúde, serviços sociais, escolas, sistema judicial. É urgente definir medidas neste âmbito. Existem mediadores formados, qualificados para o desenvolvimento das suas actividades, mas continuam a deparar-se com dificuldades de integração devido à ausência de uma regulamentação da sua carreira e da sua importância na sociedade em geral;
- Desenvolvimento de programas específicos para problemas que afectam predominantemente as comunidades ciganas (ex. venda ambulante, feiras, entre outros);
- Os serviços públicos devem desenvolver planos de promoção de acesso das comunidades ciganas; tentando *quebrar* as barreiras de comunicação existentes;
- Formar e capacitar as comunidades ciganas no sentido de acederem aos serviços;
- Promoção e capacitação das associações ciganas, *empowerment* desenvolvimento de canais para a participação das comunidades ciganas na concepção e definição de políticas direccionadas para a sua integração social – trabalhar com as comunidades ciganas e não apenas para;
- Sensibilizar o sector privado para facilitar a empregabilidade das comunidades ciganas;
- Sensibilizar a opinião pública para a integração das comunidades ciganas na sociedade em geral, desmistificando e combatendo as situações de discriminação e de preconceito que estas comunidades vivenciam no dia-a-dia.

É necessário, igualmente, definir medidas que promovam uma maior autonomia económica destas comunidades através dos seguintes itens:

- Desenvolvimento de estratégias para inserir as comunidades ciganas no mercado de trabalho,

através da formação profissional e do acompanhamento da sua integração no mercado de trabalho;

- Medidas (principalmente de sensibilização) que “encorajem” as entidades empregadoras para a contratação de indivíduos das comunidades ciganas. O sucesso da integração profissional deve ser “publicitado” no sentido de quebrar estereótipos como por exemplo a sua falta de hábitos ou de motivação para o trabalho e de transmitir confiança entre os membros das comunidades ciganas de que a inserção profissional é possível;
- Medidas que tenham como objectivo regularizar, dignificar e melhorar as condições de trabalho, as qualificações de auto-emprego e de micro-empresas;
- As medidas de integração profissional não devem apenas ter como objectivo a integração dos ciganos no mercado de trabalho, mas também melhorar as suas condições de trabalho, a evolução na carreira e a sua estabilidade profissional.

Uma outra área de intervenção é a necessidade de medidas que fomentem e promovam a igualdade. Combater as barreiras de inclusão provocadas pelos preconceitos e pelos estereótipos constitui uma área fundamental para a inclusão das Comunidades Ciganas. As medidas de detecção de discriminação e as medidas para as combater são um ponto de partida para toda e qualquer política de inclusão destas populações. Os processos de discriminação são resultado de dinâmicas complexas, com múltiplas causas sociais, e com longas e profundas tradições. Promover a igualdade é um processo a longo prazo, e deve ser compreendido como tal. As medidas para reduzir o preconceito e a discriminação devem ocorrer em todas as áreas, a vários níveis, e numa perspectiva multi-dimensional. Algumas medidas pertinentes para promover a igualdade podem incidir nos seguintes elementos:

- Medidas que detectem o preconceito e as práticas discriminatórias, medindo a sua extensão e os seus efeitos;
- Sensibilização, formação inter-cultural e anti-discriminação das pessoas que se encontram em programas de inclusão social e planos de acção para a promoção da igualdade de oportunidades e direitos;
- Sensibilização, formação inter-cultural e anti-discriminação para os profissionais das diversas áreas de intervenção, empresários, entidades de acção social, comunicação social e opinião pública em geral;
- Medidas de *empowerment* e de valorização da imagem social das Comunidades Ciganas. A este

nível é pertinente envolver os meios de comunicação social de forma a combater o desconhecimento que a opinião pública apresenta face a estas comunidades.

Estas recomendações são apenas algumas estratégias que contribuem para melhorar a intervenção dos profissionais e capacitar as comunidades ciganas para o acesso aos serviços. Estas recomendações apenas incorporam novos conceitos tais como mediação intercultural, diversidade; respeito pela diferença, formas diferentes de observar a realidade, novas metodologias de intervenção, entre outros. Consta-se a necessidade de um acompanhamento mais sistemático e continuado

das iniciativas desenvolvidas e de um processo de mudança de mentalidades, contando com o apoio e o envolvimento directo dos próprios ciganos, das entidades responsáveis e da própria sociedade civil. Enfrentar estes novos desafios implica, entre outros aspectos, mudanças tanto na forma como as orientações estratégicas são concebidas como nas práticas de intervenção. Mudanças que são decisivas e fundamentais, se queremos realmente ter uma sociedade que aceite e respeite as diferenças, uma sociedade multicultural e intercultural – uma sociedade mais justa e inclusiva.

Inclusão activa

Um novo ímpeto para a Europa Social

Júlio Paiva
julio.paiva@reapn.org

A temática da *Inclusão Activa* foi o tema escolhido para a realização de dois *workshops*, no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a REAPN e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Estes dois eventos decorreram em Dezembro (dias 10 e 17) e tiveram a colaboração dos Núcleos Distritais de Beja e da Guarda e dos Institutos Superiores Politécnicos destas duas cidades.

Este tema é relativamente recente no âmbito das políticas sociais no seio da União Europeia, no entanto ele relaciona-se com preocupações que remontam a épocas anteriores ao próprio Conselho Europeu de Lisboa (2000), onde foi definida uma estratégia para a U.E., elegendo o emprego, as reformas económicas e a coesão social como partes integrantes de uma economia baseada no conhecimento. Esta Cimeira definiu os objectivos da U.E. até ao ano 2010, interligando orientações de política económica com políticas de emprego e reformas estruturais.

Ao nível das políticas de emprego, a integração das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho, sempre foi relacionada com a luta contra a pobreza, no entanto, ao longo destes anos o esforço da U.E. e dos Estados-membros para esta integração, não impediu que persistisse um vasto número de pessoas em risco de pobreza e excluídas do mercado de trabalho, pondo em risco a própria Estratégia de Lisboa.

Perante esta situação, a Comissão Europeia, tem vindo a desenvolver posições que visam a necessidade de um melhor uso dos recursos humanos presentes nos Estados-membros e em consequência destas posições tem vindo a defender uma estratégia de *Inclusão Activa* baseada em três pilares:

- Rendimento adequado: a garantia de esquemas de rendimento adequado de apoio monetário, essenciais para combater os problemas das pessoas em situação de desfavorecimento social, que promovam a plena integração de todos os cidadãos na U.E.

- Acesso a serviços sociais de qualidade: nos diversos níveis de educação, formação ao longo da vida, saúde, transportes, energia, habitação.

- Acesso a mercados de trabalho inclusivos: o emprego é a melhor salvaguarda contra a pobreza, no entanto, deve ser estável e de qualidade, o "*trabalho a todo o custo*" pode não ser a melhor solução para todas as pessoas em situação de pobreza, é necessário que o emprego garanta direitos e salários justos que sejam compatíveis com níveis de vida dignos. Será também importante ter em conta que nem todas as pessoas poderão ser "activadas" para um emprego, haverá sempre grupos de pessoas que permanecerão com poucas possibilidades de trabalhar e este conjunto de princípios deve garantir que estas camadas da população sejam abrangidas por esquemas de protecção social adequados.

O grande desafio da *Inclusão Activa* é garantir que as

políticas de protecção social em vigor na U.E. sejam capazes de mobilizar as pessoas que, tendo a possibilidade de trabalhar o possam fazer e assim garantir a sua inclusão social, ao mesmo tempo que estabelecem um objectivo mais amplo que é o de assegurar um nível de vida digno para aqueles que não o possam fazer.

Nestes dois *workshops*, foi apresentada e discutida a tomada de posição da REAPN face ao desenvolvimento destas propostas da Comissão Europeia com base no documento: "*Propostas da EAPN relativas aos princípios alternativos de inclusão activa*", que reflecte um conjunto de princípios que têm por base vários documentos-chave que foram adoptados pela U.E que devem enquadrar este tema: Tratado Europeu de Roma e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, Tratado de Lisboa (através da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais) e da Convenção para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa, e por um conjunto de *princípios dominantes. A ausência de toda a discriminação* – Toda negação dos direitos fundamentais do homem de ter uma vida digna, representa uma discriminação. *O respeito pelas necessidades e preferências do indivíduo.* O reconhecimento de certos obstáculos específicos à realização de certos direitos fundamentais: remuneração adequada, acesso a serviços de qualidade, trabalho decente e o direito a participar enquanto igual na vida social.

Uma abordagem holística, multidimensional e integrada - A multidimensionalidade dos fenómenos da pobreza, obriga a que a abordagem da inclusão activa seja encarada como fazendo parte de um pacote integrado, onde os seus três pilares sejam interpretados de maneira global. *Participação e inclusão* – participação activa de todas as partes, incluindo as pessoas directamente implicadas.

Estes *workshops* contaram também com a apresentação de um projecto transnacional (*Bridges for Inclusion* - www.bridgesforinclusion.reapn.org) e a Associação Metropolitana de Serviços (www.ams.pt), como contributos para a discussão da temática da *Inclusão Activa*.

No primeiro caso trata-se dum projecto em que a REAPN é promotora e tem como parceiros a EAPN Espanha (Castilha la Mancha); Union Régionale des Entreprises d'Insertion do (Languedoc Roussillon (França); Flemish Network of Associations of People Experiencing Poverty (Bélgica); Anti-Poverty Information Center (Bulgária); Caritas Romania Confederation (Roménia), juntamente com mais duas

organizações internacionais: a European Anti-Poverty Network e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e tem como objectivo geral "*Tomar mais clara e efectiva a relação entre o emprego, protecção social e a inclusão e fomentar estratégias e práticas, particularmente as provenientes do campo de empreendedorismo social, da economia social e do desenvolvimento local, onde essa relação possa ser positivamente concretizada*". Este projecto tem também como objectivos específicos: uma análise em termos de inclusão social e de emprego nos países parceiros, colocando em evidência acções pertinentes no que diz respeito à relação entre emprego, inclusão, protecção social (inclusão activa) e economia social.

A Associação Metropolitana de Serviços, criada em 2002 por entidades da Área Metropolitana do Porto, tem como principal objectivo, desenvolver acções de inserção sócio-profissional, mediante a concepção e condução de programas, projectos e processos de cooperação que visam o desenvolvimento dos públicos mais desfavorecidos no mercado de trabalho, tendo como base a promoção de uma cultura de trabalho em rede, potenciando, deste modo, uma acção articulada e integrada, envolvendo diversos intervenientes: ONG, IPSS, associações locais, sindicatos e empresas. Esta Associação possui também um protocolo de cooperação com o IEFP, que tem como destinatários os públicos com dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, especialmente grupos mais vulneráveis. Os seus princípios de intervenção baseiam-se em grande parte, na aposta numa prática de inclusão activa, ou seja procura-se a proximidade e a flexibilidade em relação à acção junto dos públicos, uma continuidade da intervenção, tendo como horizonte temporal o longo prazo e o acompanhamento das pessoas em processo de inserção e na participação de todos os agentes envolvidos.

O Protocolo de Cooperação com o IEFP, terá um especial enfoque nesta temática durante o ano 2009, particularmente ao nível do eixo de intervenção informação/sensibilização com a realização de mais eventos neste âmbito.

Inclusão activa - 3

- **Rendimento adequado:** os sistemas de rendimento mínimo são essenciais para combater os problemas sociais e devem promover a plena integração de todos os cidadãos da União Europeia.
- **Acesso a mercados de trabalho inclusivos** – Emprego é a melhor salvaguarda contra a pobreza e a exclusão social, no entanto deve ser estável e de qualidade. Haverá sempre um grupo de pessoas com poucas possibilidades de arranjar emprego.
- **Melhor acesso a serviços sociais de qualidade.**

Declaração Final

De 25 a 27 de Setembro de 2008, a EAPN organizou a sua décima nona Assembleia-Geral em Albena, na Bulgária, dedicada ao tema do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza. Neste evento a EAPN deu as boas-vindas a uma nova rede nacional: a EAPN da Roménia.

É fundamental prepararmos atempadamente este Ano Europeu, se pretendemos que seja um sucesso. Assim, reunidos sob a lema «Garantir uma herança duradoura de 2010», os delegados da Assembleia-Geral adoptaram a seguinte declaração.

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN),

- Tendo em consideração o Pacote social apresentado pela Comissão europeia a 2 de Julho de 2008;
- Tendo em consideração a implementação da Agenda de Lisboa renovada e da Estratégia de inclusão da UE (MAC social);
- Tendo em consideração as recentes decisões do Supremo Tribunal de Justiça das Comunidades europeias no que respeita aos direitos dos trabalhadores destacados;
- Tendo em consideração a falta de progresso no desenvolvimento de um quadro europeu eficaz, capaz de garantir o acesso a serviços públicos de qualidade;
- Consciente de que o número de pessoas que vivem em situação de pobreza na UE se mantém e em determinados países aumenta;
- Consciente das ameaças crescentes aos direitos sociais tão dificilmente adquiridos, e da precariedade que atinge cada vez mais os cidadãos e residentes da UE;
- Consciente de que as perdas decorrentes da actual crise financeira atingem de maneira desproporcional as pessoas em situação de pobreza (sobretudo devido ao aumento dos preços da energia, da habitação e dos bens alimentares);
- Consciente de que chegamos ao fim do actual mandato de cinco anos das instituições da UE.

Declara que:

- A UE, outrora vista como promotora de um modelo social europeu, corre hoje o risco de ser considerada

como a defensora das liberdades do mercado, em detrimento dos direitos sociais;

- O compromisso assumido em favor do crescimento económico não assegurou nem uma redução da pobreza nem uma maior coesão social;
- Apesar das declarações políticas em favor do reforço da luta contra a pobreza e a exclusão social, verificou-se que, em vários Estados Membros e a nível da UE, se torna cada vez mais difícil obter um compromisso político sério e uma atenção real para a luta contra a pobreza e a exclusão social;
- É cada vez mais frequente, as pessoas em situação de pobreza serem responsabilizadas pela pobreza em que vivem e serem “empurradas” para empregos de má qualidade e de baixa remuneração;
- Os crescentes ataques aos direitos humanos, sobretudo em relação às minorias étnicas (entre as quais os ciganos) e aos migrantes (entre os quais aqueles que não possuem documentos), bem como a falta de uma legislação forte em defesa da igualdade e contra as discriminações, deverão ser causas de grande preocupação;
- Os governos devem desempenhar um papel mais activo de modo a gerir as rupturas do mercado livre regulando o sistema económico.

Os delegados reiteraram a sua convicção de que 2010 – Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social – tem um significado ainda maior à luz destas constatações. Nós, representantes de ONG, que trabalhamos com e pelas pessoas em situação de pobreza e exclusão social em toda a União Europeia – apelamos à UE e aos seus Estados Membros que garantam uma herança duradoura de 2010, sinónimo de uma vida decente para todos.

Nesse sentido, o Ano de 2010 deve produzir mensagens credíveis, nomeadamente as seguintes:

- O progresso social é possível e todas as políticas devem contribuir para a luta contra a pobreza e para a inclusão social;

19ª Assembleia-geral da EAPN

- Os estereótipos relacionados com as «pessoas que vivem em situação de pobreza» devem ser combatidos e o respeito pelos direitos humanos (incluindo os sociais e económicos) deve ser defendido, como base de uma sociedade decente;
- É necessário mais e melhor democracia, incluindo a infra-estrutura para uma democracia participativa adequadamente financiada;
- É possível obter uma redistribuição equitativa da riqueza, devendo igualmente ser reconhecida a importância da riqueza pública;
- A luta contra a pobreza na Europa e a luta contra a pobreza no mundo inscrevem-se num mesmo movimento.

Acções concretas a nível da UE que podem apoiar estas mensagens

- Dotar a UE de um Pacto para o Progresso Social no sentido de chamar a atenção política para a necessidade de repor a coesão social e a luta contra a pobreza no topo da agenda da UE e no centro da estratégia pós-Lisboa;
- Garantir que a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais é respeitada na íntegra e a sua aplicação reforçada através de actos jurídicos;
- Fixar objectivos ambiciosos à escala da UE e dos seus Estados membros a fim de erradicar a pobreza e a exclusão social na União Europeia até 2020, fazendo-se a avaliação através de um quadro anual com os resultados obtidos, facilmente perceptível;
- Definir um indicador de progresso social que vá para além de uma avaliação baseada no Produto Interno Bruto (PIB) e que tenha mais em consideração a qualidade de vida dos cidadãos;
- Garantir que todos os Estados Membros progridam de modo a que os seus mecanismos de rendimento mínimo atinjam um nível de remuneração adequado a uma vida digna;
- Garantir a implementação da legislação europeia existente no que respeita à luta contra a discriminação e propor a sua melhoria, no intuito de reforçar o quadro europeu da igualdade e da luta contra as discriminações;

- Criar a nível europeu uma instância independente que seja capaz de verificar se os direitos do Homem são respeitados nos centros de detenção para migrantes e requerentes de asilo;
- Definir directrizes específicas, princípios e marcos de referência de boa governação para as políticas de inclusão social que garantam a participação das pessoas em situação de pobreza;
- Criar um novo programa comunitário de luta contra a pobreza e exclusão social capaz de apoiar a estratégia de inclusão social da UE. Este programa deve assegurar que os fundos estruturais da UE contribuam para atingir os objectivos de combate à pobreza e à exclusão social;
- Estudar a implementação de uma taxa europeia sobre as transacções financeiras no quadro da reforma do orçamento da UE.

Os delegados da Assembleia-Geral expressaram o seu compromisso para trabalhar em parceria com outros actores, a fim de identificar o que poderia ser a herança de 2010 a nível local, regional e nacional, e contribuir para a obtenção de um legado a nível europeu em consonância com a presente declaração.



Em Outubro passado a *Task Force* europeia dedicada ao tema dos Fundos Estruturais organizou, em Bruxelas, um Seminário sobre capacitação institucional, tendo como objectivos principais sensibilizar as redes nacionais para o potencial dos fundos estruturais na luta contra a pobreza e providenciar informação chave sobre o tema. Tinha ainda como propósito identificar estratégias práticas a dois níveis: como aceder a projectos e *lobby*. Neste seminário foram convidados a participar os membros da *task force* dos Fundos estruturais das 25 Redes que constituem actualmente a EAPN.

Como seria de esperar as redes mais antigas e aquelas que desenvolvem um trabalho mais consistente ao nível da implementação de projectos financiados pelos Fundos Estruturais, bem como aquelas redes que revelam uma capacidade de *lobby* mais forte foram chamadas a dar o seu testemunho numa lógica de *benchmarking* de disseminação das suas estratégias, dos seus instrumentos e dos seus resultados. A Rede Espanhola, a Rede Irlandesa, do Reino Unido e a Portuguesa deram o seu testemunho a estes dois níveis. A Rede Maltesa e a Rede Húngara, apesar de mais recentes revelaram uma forte capacidade de *lobby* de intermediação com os seus governos nacionais, salientando o importante contributo e apoio que a EAPN desempenhou a esse nível.

Fintan Farrell, actual director da EAPN e elemento que conhece a trajectória da instituição, salientou a importância histórica da *Task Force* dos Fundos Estruturais no seio da EAPN e o forte envolvimento dos seus membros nos seus primórdios. Reforçou a importância destes momentos de partilha e de troca de experiências, pelo facto de actualmente a configuração da EAPN ser muito diferente, exigindo uma capacidade de adaptação por parte do secretariado técnico e por parte de todos os membros dos vários países. Tornam-se necessários estes momentos formativos, com vista a capacitar as redes mais débeis, mais recentes, dotando-as de um nível de conhecimento idêntico e, desta forma, tornando a EAPN mais homogénea, dentro da diversidade que a caracteriza.

Ao longo do dia de trabalho a metodologia utilizada passou pela organização de *workshops* com grupos de 8 a 10 elementos. Na parte da manhã o objectivo dos *workshops* foi apoiar as redes nacionais ao nível do

acesso aos Fundos Estruturais. Durante a tarde a discussão foi centrada no *lobby* e capacidade de influência das redes nacionais. Neste modelo de trabalho eram apresentadas duas experiências de redes com tradição já neste tipo de intervenção e depois aberta a discussão. Foram vários os contributos e as sugestões de acção que surgiram destes *workshops*:

- Identificar prioridades e oportunidades numa lógica de proactividade, ou seja, as instituições /redes nacionais devem procurar obter informação sobre os fundos disponíveis e relevantes na área da inclusão social, recorrendo ao *website* da Comissão Europeia e aos respectivos *sites* nacionais.
- Definir uma estratégia para cada rede nacional ao nível dos Fundos Estruturais em áreas como a informação e o apoio aos associados, parcerias e *lobby*.



Capacity building

- Sensibilizar e informar os associados sobre candidaturas, e realizar acções de formação sobre o tema destinadas ao sector não governamental; apoiar no desenvolvimento de projectos.
- Construir alianças com outros promotores de projectos de forma a conhecer a forma como trabalham, que estratégias utilizam, que tipo de materiais desenvolveram e analisar as possibilidades de encetar algum trabalho comum.
- Analisar a possibilidade de efectuar projectos comuns partindo do nível local para o nível nacional.
- Desenvolver projectos transnacionais.

Durante a tarde os temas abordados nos *workshops* versaram as questões do *lobby* da capacidade de influência das redes nacionais e foram identificadas algumas estratégias que podem potenciar esta actividade:

- Cooperar com as ONG´s nos comités de monitorização;
- Conhecer as autoridades de gestão de cada Estado Membro;
- Reconhecer os momentos chave para influenciar os fundos (Ex: eventos de encerramento e de avaliação das rondas);

- Promover os fundos como uma ferramenta para a inclusão social (ex. questionar a autoridade de gestão sobre a ligação entre o Programa Operacional co-financiado pelo Fundo Social Europeu e as prioridades do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, como se encontra sugerido nas regulamentações do Fundo Social Europeu);
- Fazer *lobby* para o estabelecimento de uma verdadeira cultura da participação;
- Fazer *lobby* por um acesso real das ONG´s aos Fundos Estruturais, isto é fazer pressão junto da autoridade de gestão para utilizar as verbas da assistência técnica para acções de sensibilização e programas de formação desenhados para as ONG´s e solicitar a utilização das subvenções globais e pequenas subvenções para organizações de base comunitária.

Este seminário constituiu um momento de formação interno na EAPN e favoreceu sobretudo as redes mais recentes que possuem ainda uma fraca experiência ao nível da implementação dos Fundos Estruturais. Para as redes mais antigas, como é o caso da rede portuguesa foi um momento de partilha de informação, de estabelecimento de contactos para futuros projectos (parcerias) e de aprendizagem no que diz respeito à vertente do *lobby*, que constitui uma área de relativa fragilidade da REAPN.





dossier

Ano Europeu do Diálogo Intercultural

A União Europeia nasceu como um projecto de unificação e de consolidação económica para preservar a paz na Europa. Desde o seu começo, num primeiro momento, no Tratado Constitutivo e, posteriormente, na Estratégia de Lisboa, há um propósito de criar uma união cada vez mais estreita entre os Estados Membros e contribuir para o auge das culturas, dentro do respeito pela sua diversidade.

Os efeitos dos sucessivos alargamentos da União Europeia, da maior mobilidade que proporciona o mercado único, de antigos e novos fluxos migratórios, dos contactos cada vez maiores com o resto do mundo através do comércio, a educação, o ócio e a globalização em geral, potenciam as interacções entre os cidadãos europeus e todos os que vivem na União Europeia e as diversas culturas, línguas, etnias e religiões, de dentro e fora da Europa.

Perante esta perspectiva e num contexto de uma União Europeia cada vez mais multicultural, é imprescindível por em marcha mecanismos para aprender a viver juntos em harmonia.

Por este motivo, à medida que tem vindo a evoluir o processo da construção europeia, as políticas sociais e o emprego, entre outros, a União Europeia tem vindo a readquirir maior importância, com o objectivo de alcançar:

- o pleno emprego
- a melhoria das condições de vida e de trabalho
- uma protecção social adequada
- o diálogo com os interlocutores sociais
- o desenvolvimento dos recursos humanos
- o tratamento igual e a luta contra a discriminação

Para por em prática estes desafios, a União Europeia dispõe de vários instrumentos financeiros. Todas as fontes de financiamento europeu respondem às políticas que em matéria social procuram impulsionar a Comissão. Destacam-se primeiramente os Fundos Europeus, mas existem outros instrumentos como os "anos europeus", que são medidas que abarcam um conjunto de actividades relacionadas com um tema de interesse para a Comissão. No quadro desta medida, 2008 foi proclamado o Ano do Diálogo Intercultural¹. Os objectivos deste Ano foram: promover o diálogo intercultural como instrumento para ajudar os cidadãos

europeus e todos aqueles que vivem na União Europeia, a conseguirem obter uma cidadania europeia activa, aberta ao mundo, respeitando a diversidade cultural e baseada nos valores comuns da União Europeia.

O Diálogo Intercultural ocupa na actualidade um lugar central nas prioridades políticas internacionais, o que explica a importância da cultura na luta internacional contra as manifestações de intolerância. Uma política de diálogo intercultural deve garantir o respeito pelos direitos humanos e a democracia e promover as responsabilidades compartilhadas dos povos. Consciencializar a sociedade sobre a necessidade do respeito mútuo, favorecendo e conhecendo, a comunicação e o entendimento. Assim, este diálogo na diversidade pode converter-se num poderoso factor de prevenção de conflitos, de promoção da paz, da democracia e dos direitos humanos.

A gestão da diversidade converteu-se numa prioridade para a União Europeia nos últimos anos, para quem um dos maiores desafios do futuro passa por consolidar uma perspectiva da diversidade definida como oportunidade contrariamente à actualmente existente, em que a diversidade se define como problema. Com iniciativas como a declaração do Ano Europeu do Diálogo Intercultural pretende-se, portanto, garantir que as pessoas de diferentes grupos culturais não sofram discriminação e reconhecer que a diversidade cultural pode ser aproveitada em benefício da sociedade em geral.

A gestão da diversidade

A sociedade actual é plural e culturalmente diversa. Nela convivem pessoas e grupos socioculturais e étnicos distintos que partilham o mesmo espaço. Há



¹. Decisão N.º. 1983/2006/CE do Parlamento Europeu de do Conselho.

grupos majoritários cujos valores e códigos culturais são os dominantes, e outros grupos minoritários, que reclamam e direito à diferença. Isto torna visível, a necessidade de fomentar a capacidade de comunicação entre as pessoas da cultura majoritária e as pessoas das culturas minoritárias para evitar que surjam os conflitos e suas possíveis consequências.

Ainda assim, neste contexto, será inevitável que apareçam conflitos, já que estes estão ligados às relações humanas, e a sua frequência e gravidade vai depender da capacidade das pessoas e dos grupos de os prevenir e resolver.

Como recurso, a Mediação Intercultural pode ajudar a prevenir e a resolver determinados conflitos que se verificam em contextos multiculturais. O trabalho da prevenção é uma mais valia na medida em que favorece a comunicação entre grupos culturalmente distintos, contribuindo para a aproximação e o conhecimento mútuo dos diferentes códigos culturais. Neste mesmo sentido, é importante assinalar também a eficácia da mediação intercultural para compensar determinadas desigualdades. O desconhecimento da sociedade majoritária, as limitações de acesso aos serviços e o desconhecimento do seu funcionamento, as limitações linguísticas, tornam necessária a intervenção mediadora para compensar essa desigualdade. O que por sua vez contribui para reduzir a marginalidade de pessoas pertencentes a grupos minoritários, favorecendo a sua autonomia e a igualdade².

O Grupo Triângulo³ define a Mediação Intercultural como um processo que contribui para melhorar a capacidade de comunicação, a relação e a integração intercultural entre pessoas ou grupos presentes num determinado território, e pertencentes a uma ou várias culturas. O principal contributo da Mediação Intercultural é a sua capacidade para aproximar dois mundos desiguais e distintos. No caso da imigração, o da sociedade de acolhimento e o do grupo imigrante, e no de outras minorias, a cultura majoritária ou predominante e as minorias existentes nesse país.

Podemos falar de três tipos de mediação⁴:

1. A mediação intercultural para facilitar a comunicação e prevenção de conflitos culturais, onde o mediador terá funções de intérprete linguístico e sociocultural para assegurar a contextualização e compreensão dos contornos culturais e sociais que incidem na situação. O mediador/a intercultural tentará esclarecer preconceitos e estereótipos que surjam de ambas partes.

2. A mediação intercultural para a resolução de conflitos

O contributo do mediador intercultural para a resolução de conflitos reside na sua capacidade para dinamizar a negociação entre as partes, permitindo que estas encontrem por si mesmas as melhores soluções para ambos. O princípio que rege a relação de colaboração, complementaridade e compromisso com ambas as partes, mantendo a imparcialidade técnica necessária para uma mediação eficaz.

3. A mediação intercultural na criação de novas estratégias de relação e intervenção

Face à procura por parte dos grupos e dos serviços de melhoria de relações entre profissionais e utentes de culturas distintas, o profissional da mediação intercultural pode contribuir com os elementos necessários para facilitar uma transformação nas formas actuais de actuar em relação aos grupos minoritários. Com a sua atenção mediadora, poderá abrir vias para que as pessoas interessadas encontrem novas estratégias, soluções inovadoras, potenciando uma dinâmica activa e criativa que aproxime os recursos de ambas partes.

Em conclusão, temos um grande desafio histórico pela frente: ou caminhamos para uma sociedade de intolerância ou então somos capazes de criar mecanismos integradores fundamentados na comunicação intercultural. É um erro pensar que a criação de uma sociedade intercultural, é apenas coisa de alguns. Pelo contrário, o respeito pela interculturalidade diz respeito a todos e começa nas escolas, no trabalho, na comunidade. Enquanto persistirem guetos, enquanto este conceito não existir na consciência colectiva, continuará a permanecer um abismo entre as culturas. Há que abolir preconceitos e estereótipos para que se obtenha uma maior sintonia entre as culturas. Tornar intercultural a vida quotidiana é assegurar que cada cultura dará o seu melhor, por isso a integração na cidadania terá de fazer-se, no dia a dia, através do diálogo intercultural.



2. Andalucía Acoge y Desenvolupament Comunitari, 2002.

3. Grupo Triângulo.

4. Margalit Cohen Emerique.

um contributo para um diálogo...

Mirna Montenegro¹
myrna@sapo.pt

"Não há hospitalidade se não quando acolho não apenas o convidado mas sobretudo quando acolho a visita inesperada que me invade, que vem a minha casa sem eu a esperar."

Derrida, Jacques. 1999, Une hospitalité à l'infini, in Seffahi, M (dir), Manifeste pour l'hospitalité, Vinissieux, Paroles d'aube.

Em *Ano Europeu do Diálogo Intercultural*, ocorre-me revisitado uma fábula (já antiga) que retrata bem a falta de jeito que se tem no acolhimento ao Outro, na carência de tacto na hospitalidade demonstrada pelo desrespeito das especificidades do Outro quando o recebemos em nossa casa e a marca indelével que deixa nas memórias...

Trata-se da bem conhecida fábula de La Fontaine "A Raposa e a Cegonha," e que termina com a moral da história: "não faças aos outros aquilo que não gostarias que te fizessem a ti".

E revisito também as minhas memórias de infância – nascida em Moçambique, comecei a aprender a ler na Argélia, prossegui os meus estudos na Suíça e em França, e terminei-os em Portugal – que me ensinaram o essencial da vida de convivência com o Outro diferente: os princípios que regem o acolhimento e a hospitalidade.

Foram, creio, estes princípios que me induziram a procurar encontrar práticas adequadas ao acolhimento, (e respectivos cuidados), das crianças no CAIC da Bela Vista de Setúbal, já no século passado (1992). Crianças que, no fundo, não seriam assim tão diferentes daquela que já fui. Entre crianças timorenses, ciganas, caboverdianas, angolanas, "lusos", estava também eu, com a minha história de acolhimentos e hospitalidades², umas bem sucedidas, outras nem tanto. Procurei, pois, cuidar delas como eu gostaria de ser acolhida e cuidada, tanto enquanto criança como enquanto mãe.

De facto, falar de diálogo intercultural, é também falar de práticas de acolhimento e de cuidados ao Outro. Cuidados que devem ser prestados não apenas em situação de fragilidades (por exemplo, pessoas que chegam de longe, fugidos de catástrofes naturais ou provocadas pelos humanos, não documentados, mas que buscam o direito à felicidade) como nos hospitais e centros de saúde, nas repartições administrativas (quando se solicita informações para se obter direitos básicos como alojamento, alimentação, saúde, educação, cidadania,... e para cumprir com as respectivas obrigações - deveres inerentes a ser-se considerado cidadão nacional ou europeu). Não vou entrar por aí, por ser um vasto e diferenciado leque de cuidados a providenciar ao Outro... Vou falar apenas daquilo que me construiu como profissional de educação, isto é, o sentido da hospitalidade e do

acolhimento nas escolas e jardins de infância...

Acontece que o adulto que deixa, ainda que temporariamente, o seu "bem" mais precioso (os seus filhos e/ou filhas) num local (seja jardim de infância, escola ou mesmo hospital) deve poder confiar nele... E para confiar nele deve poder sentir-lhe o cheiro, o clima, as mensagens ocultas, aquilo que não se diz que se faz mas tudo aquilo que se respira sem nos darmos conta... E para isso é preciso que o deixem entrar no recinto e/ou edifício onde o/a seu/sua filho/a vai viver durante um terço do seu dia (no mínimo).

E logo aí temos um problema: raras são as escolas/jardins-de-infância que permitem a permanência, para não dizer a entrada, das famílias no recinto escolar e/ou nas salas de aula. E os pretextos são inúmeros para que tal facto aconteça, mas todos vão dar ao mesmo: o medo do Outro, por um lado, e por outro o receio de verem diminuída a sua autoridade.

E apelida-se as famílias de "desconfiadas" ou de "hostis" em relação aos espaços escolares (ou hospitalares) e aos seus habitantes (os profissionais). Para elas, estes espaços são "caixas negras" e tudo o que é oculto, torna-se misterioso e induz a desconfiança. Por isso, a importância de saber acolher os adultos, pais das crianças que frequentarão os espaços escolares. Porque uma família que confia nesses espaços, transmite esse clima aos seus filhos/crianças e colabora com os seus profissionais na prossecução dos seus objectivos primordiais: educar e instruir, emancipando e autonomizando, em busca da felicidade.

E para tal é preciso que o acolhimento/a hospitalidade³ aos pais seja garantido no projecto educativo do estabelecimento, em termos práticos, isto é, como é que pode ser organizado de modo a facilitar o funcionamento escolar e, simultaneamente, transmitir segurança, tranquilidade às famílias, profissionais e crianças.... E para tal é preciso também que seja questionada e reformulada a forma como se pensa/organiza o funcionamento de uma escola...

¹ <http://myrna.com.sapo.pt> - Projecto/Processo Nómada ; Instituto das Comunidades Educativas/Setúbal - ice@netvisao.pt ; www.iceweb.org

² Os direitos sociais, a protecção e a segurança social vieram tomar o lugar da hospitalidade informal. O princípio da hospitalidade (feita informalmente) supõe um acolhimento (feito formalmente).

³ A verdadeira hospitalidade implicaria alguma desarrumação do *status quo*: revisão de orçamentos, mudanças substanciais na gestão do tempo e do espaço, da maneira de viver e dos hábitos, enfim algum sacrifício pessoal e/ou colectivo. Isto é, um dom de si para alimentar o diálogo e a reciprocidade. Receber e acolher o Outro é organizar-se para fluidificar as relações.

Com frequência, os seus profissionais projectam-se naquele espaço e vivem-no como sendo a extensão de um espaço privado, tornando a escola pública numa escola privada... Talvez por defesa, porque também eles, enquanto profissionais, não se sentem nele devidamente acolhidos e respeitados, e, reproduzindo o mal-estar vivido naquele espaço... E assim por diante, perpetuando práticas de falta de diálogo... Então há que quebrar este ciclo... e acreditar numa verdade incontestável: desconfia-se daquilo que se desconhece. Mas também se desconfia daquilo que não se controla... e os profissionais receiam não controlar os pais e os pais suspeitam das pessoas que se escondem por detrás do estatuto profissional para exercer um poder que eles não controlam.

Então, coloca-se um desafio: e se esses espaços públicos fossem verdadeiramente públicos?

E se esses espaços fossem “uma escola com paredes de vidro”?

Sabe-se que as escolas herméticas, encerradas, misteriosas, são aquelas que são as mais sujeitas a assaltos, a vandalismos... e que os seus profissionais são aqueles que mais agressões sofrem... Enquanto os “hóspedes” das escolas não a considerarem como suas, não cuidarão delas. Enquanto os “hóspedes” das escolas não forem devidamente acolhidos, replicarão o mau estar nelas vivido.

Uma vez estabelecido o princípio do acolhimento das famílias, tanto quanto das crianças, no recinto escolar (ou edifícios e serviços públicos), há então que consertar/negociar com elas as estratégias e formas organizativas que melhor sirvam as crianças e os seus processos de aprendizagem.

O mais difícil é chegar-se a acordos, e, por isso, tem-se fugido deles, ditando regras unilateralmente, criando ambientes de críspação, de lutas de poder, etc... Sabe-se que para chegar-se a um acordo é preciso saber escutar e respeitar as singularidades de cada um, tentando responder aos desejos e expectativas de cada família, tendo em conta o bem-estar de todos. O desafio é sempre vivido como um dilema: respeitar a diversidade de todos e a universalidade de cada um. Nunca foi um caminho fácil, mas é, com certeza, o melhor caminho, para se evitar despotismos, rupturas e/ou ditaduras...! E enquanto estas caixas negras forem vividas como uma violência – isto é, abuso de poder - elas serão sempre mal tratadas – isto é, desrespeitadas...!

Por isso, há que torná-las em caixas abertas, escolas onde as famílias e suas crianças possam sentir-se bem nelas, acolhidas, cuidadas, valorizadas, ... Não apenas com palavras e/ou gestos mais ou menos carinhosos, mas com espaços de tomada da palavra, com espaços de tomada de decisões, com espaços de verdadeira colaboração e cooperação na árdua e desafiante tarefa de educar uma criança ou um jovem. Não será com

moralismos que se educa ou se induz a mudança, é com exemplos, com acções... E se as escolas querem pais/famílias colaborantes e cooperantes, devem dar o exemplo... Não devem temer “perder o poder ou o controlo” que detêm na esfera da escola... Ao partilhar esse poder, só têm a ganhar, porque facilita o processo de aprendizagem das crianças e jovens e todos sairíamos a ganhar...

Em *Ano Europeu do Diálogo Intercultural*, há que construir pontes e estabelecer o diálogo entre duas linguagens diferentes: a linguagem escolar e a linguagem familiar, a linguagem doméstica e a linguagem profissional, a linguagem do espaço público e a linguagem do espaço privado.

Esta postura de segurança pessoal e profissional, ganhei-a no CAIC da Bela Vista em Setúbal e consolidei-a na Animação na Rua e nos Mercados, no âmbito do projecto Nómada, do ICE. Nunca me senti desrespeitada ou ameaçada ao ser interpelada por uma mãe ou um pai ou uma avó que me questionavam sobre a forma como geria os conflitos (naturais) entre crianças ou sobre a forma como eu propunha uma actividade ou explicava algum conceito mais abstracto. Se isso acontecia, devolvia-lhes o questionamento, pedia auxílio, expunha ou explicitava a minha estratégia ou objectivo... Isto é, permitia o diálogo, “abria o jogo”, “abria a caixa negra” para que pudessem também participar nela, e, em colaboração e cooperação, pudessem contribuir para um melhor processo de aprendizagem das crianças e jovens... Todos podíamos fruir deste espaço de participação pública e de acto cultural público que é educar e instruir, ou seja, na formação um ser humano feliz.

Parece-me que o que assusta as pessoas, quando questionadas na sua função profissional, é que se sintam inseguras e/ou ameaçadas... Uma pessoa autoconfiante não se sente ameaçada mas desafiada (diferente perspectiva/paradigma entre crise e oportunidade) e não receia interpelações, porque sabe que não detém o saber todo, nem o poder todo; sabe que é um ser humano em permanente (re)construção e que é através do diálogo que a aprendizagem se constrói e se adquire conhecimento... A segurança advém-lhe da partilha de poderes, da partilha de responsabilidades, da partilha de saberes; advém-lhe também do modelo educativo que o profissional de educação escolhe e implementa, assente na democracia participativa. Advém, finalmente, da forma como somos acolhidos, recebidos, respeitados, repetimo-lo, como singularidade no seio da universalidade.

“Nada mais hospitaleiro do que não haver necessidade de o ser.”

(Jean-Jacques Rousseau, in Emile)

Construa a sua Marca pessoal ®

Frederico Cruzeiro Costa
frederico.costa@seagency.org
Alida Amade

A sociedade portuguesa tem conhecido profundas alterações ao nível social, económico, cultural e ambiental, ao longo das últimas décadas. A qualidade de vida, de uma forma geral tem vindo a melhorar. Mas se ao nível geral, estes dados são um factor de optimismo, também é um factor de preocupação crescente, o elevado índice de pobreza espalhado pelo país, de cidadãos vítimas de exclusão social, de cada vez mais jovens licenciados que procuram o 1º emprego, de imigrantes que lutam pela integração social e mulheres que procuram a igualdade de oportunidades. Se muitos passos já foram dados, muitos outros estão ainda por dar, para que possamos todos viver numa sociedade como um todo, mais justa e igualitária.

É neste sentido, que a SEACOOOP desenvolveu um projecto diferenciador a nível nacional, inovador onde as pessoas façam parte do seu próprio processo de mudança, deixando de ser beneficiários do projecto, passando a ser actores da sua própria mudança, através da participação activa em iniciativas e dinâmicas de desenvolvimento local, levadas a cabo. A proposta do projecto faz parte de um esforço mais amplo para apoiar a população desempregada, à procura do 1º emprego e imigrantes, na medida em que visa reforçar o apoio a esta população e atenuar as consequências sociais negativas.

O principal objectivo deste projecto, centra-se no *empowerment* dos grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa, através de acções de formação, sensibilização, *workshops*, seminários e dinâmicas de desenvolvimento local, através do processo integrado, para possibilitar uma melhor integração, igualdade de oportunidades e de género e melhores condições de vida, que vai de encontro aos planos e procedimentos do governo. Estas acções serão seguidas da elaboração de projectos de empreendedorismo social, como forma de fazer face às actuais conjunturas económicas e sociais do país, procurando formas de criação do auto-emprego e da criação de novos postos de trabalho.

Pretende a SEACOOOP através da introdução de mecanismos de *empowerment* dos actores sociais, reforçar a sociedade civil e a igualdade de oportunidades, na medida em que procura atenuar os efeitos negativos da exclusão social, apostando na participação destes actores sociais na busca contínua de soluções para os seus próprios problemas. Pretende a SEACOOOP, que as boas práticas, as vantagens e as mais-valias deste projecto sejam, no futuro, aplicadas a outros locais do país, pois é nossa convicção que este projecto será um exemplo para todo o país.

A SEACOOOP – *Social Entrepreneurs Agency*, é uma cooperativa de empreendedores sociais, ou seja, uma

entidade sem fins lucrativos, criada em 2007 que tem como objecto social a divulgação, a criação e o apoio à implementação de projectos de empreendedorismo social que contribuam para a sustentabilidade, ao nível social, económico, cultural e ambiental, em prol do desenvolvimento integrado. Constituída por uma equipa de especialistas no desenvolvimento de projectos de empreendedorismo social, uma equipa jovem e multidisciplinar, com média etária de 34 anos, na sua maioria licenciados e com 2 mestrados.

A SEACOOOP procura a inovação social, sendo uma *rule breaker, rule maker*; inspirando cada componente da sociedade a ser um agente de mudança, com base numa metodologia participativa de todos os seus membros adoptada de uma procura contínua de ouvir e sentir todos os *players* de um projecto, procurando uma intervenção integrada e não autista tendo em conta as reais necessidades da população local e as contingências decorrentes do desenvolvimento de projectos similares. O nosso lema de actuação é "*Think global, Act local*".

Possuímos uma visão integrada, pois os nossos projectos visam capacitar a população local, para técnicas de desenvolvimento pessoal e de empreendedorismo em comunidade. As nossas infra-estruturas locais assentam num corpo de profissionais dedicados, formados e empenhados em garantir que os custos administrativos sejam mínimos e os recursos aplicados em acções de carácter social, maximizados.

Assim, através da sua capacidade de entrega, a SEACOOOP atribui grande ênfase ao mais vulnerável, independentemente de onde possa estar e garante um contacto individual directo com o mesmo.

1. Presidente da Direcção da SEACOOOP (www.seagency.org)

2. Consultora Social

Intervindo em tempo útil e com recursos necessários numa integrada aproximação com os diferentes actores com o objectivo de proporcionar o desenvolvimento, a SEACOOOP pretende contribuir para quebrar o ciclo de endividamento, pobreza e exclusão social, promovendo soluções criativas aos problemas que impedem o desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental.

Projecto *BrandingYou*- Construa a sua Marca Pessoal

A SEACOOOP propõe um projecto composto por duas etapas fundamentais:

1. Atribuição de ferramentas para o desenvolvimento pessoal, denominada pela SEACOOOP como *BrandingYou* – Construa a sua Marca Pessoal, onde os actores, através de acções de formação, *workshops* e seminários irão criar mais valias pessoais, aumento de auto-estima e auto-confiança, e aquisição de ferramentas de gestão da sua própria marca, adquirindo assim, competências que irão potenciar a gestação e criação de novos empregos e de novas oportunidades de negócio.

É também um factor crítico de sucesso ser o primeiro programa social a nível mundial a disponibilizar apoio na construção e desenvolvimento da marca pessoal, dando resposta a um mercado em crescimento de profissionais liberais e na criação de micro-empresas, dentro da política de auto-emprego promovida pelo estado Português para combater o desemprego, integrado numa óptica de empreendedorismo social.

Os projectos de formação, Seminários e *Workshops* sobre a temática da Construção da Marca Pessoal, serão feitos separadamente e serão destinados a 3 grupos alvos: Mulheres, Imigrantes e Desempregados à procura do 1º emprego.

Estamos neste momento a desenvolver o projecto, em parceria com o CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, a Cooperativa e com a Câmara Municipal de Sintra, através de acções de formação que se destinam a 15 mães desempregadas, oriundas de famílias provenientes de meios particularmente socioeconomicamente desfavorecidos, que apresentem percursos pessoais problemáticos e numa situação particularmente vulnerável à exclusão social, dentro do concelho de Sintra.

É uma acção que se centra na pessoa aprendente enquanto elemento de uma família com responsabilidade ao nível da efectiva promoção dos direitos da criança, enquanto, mãe, tia, ou avó, mas também enquanto elemento activo de uma sociedade. Para o efeito serão ministrados módulos que promovam a empregabilidade destas pessoas dado que um dos

factores de exclusão é o desemprego e as baixas qualificações.

2. As acções de Formação, *Workshops*, Seminários e consultoria para a construção e reconhecimento da sua marca pessoal e única, visam aumentar a auto-estima e levar, conseqüentemente, à criação de pequenos negócios.

Neste sentido, pretende a SEACOOOP passar para a 2ª etapa do Projecto, constituída pelo Apoio na Criação e Implementação de projectos de empreendedorismo.

Eliminando ou atenuando as diferenças sociais, pelo fornecimento de novas ferramentas indispensáveis à prossecução dos seus objectivos, os actores sociais irão conseguir libertar-se da situação de desvantagem em que se encontram, tornando-se agentes da sua própria mudança, na procura conjunta de modos alternativos de sustento, eliminando a dependência.

Reforçamos aqui, o papel do imigrante, pois utilizando o conhecimento adquirido pela experiência de muitos anos de vivência em realidades diferentes e em contextos de difícil sobrevivência nos seus países de origem em que o imigrante foi “obrigado” a desenvolver mecanismos de empreendedorismo no seu mercado local que fizeram dele muitas vezes um sobrevivente e um potencial empreendedor na busca de melhores condições de vida.

Assim, este projecto procura também estimular a criação de novos projectos, novas marcas, pelos empreendedores imigrantes, indo buscar nas suas raízes culturais e conhecimentos oriundos de outros Continentes, potenciais novas formas de negócio que envolvam os mesmos e que surpreendam o mercado local e o seu bairro, quer pela sua originalidade, quer pela lembrança de serviços, produtos utilizados nos seus países de origem, levando muitos bairros que possuem populações provenientes de diferentes países a uma nova forma de criar negócios e de diálogo intercultural e de integrar todos os seus conhecimentos e heranças culturais, potenciando uma verdadeira inclusão económica e social.

Com o uso desta riqueza cultural, dar origem também a projectos, oriundos de fusões das diferentes culturas, integrando as culturas locais e nacionais portuguesas com as culturas dos diferentes países, criando negócios únicos e singulares que podem dar origem a novos mercados de consumidores, quer no bairro em que são desenvolvidos, quer como a sua integração num mercado de consumidores mais amplo.

Sustentabilidade dos Resultados do Projecto

A garantia da sustentabilidade dos resultados do projecto está assegurada na medida em que se cumpram os objectivos de criação de projectos de

empreendedorismo social, envolvendo a população local, dando origem à criação de postos de trabalho dentro do próprio bairro, ou nas suas imediações, utilizando valências de equipamentos comunitários, como factor facilitador e potenciador no médio prazo, de um efeito de aparecimento de novos empreendedores motivados pelo sucesso dos seus vizinhos.

O projecto " *BrandingYou*- Construa a sua Marca Pessoal" vai também, na medida do seu sucesso, reforçar as competências dos actores sociais na procura de emprego e na possibilidade de criação do auto-emprego, diminuindo assim progressivamente a taxa de desemprego das populações visadas por este programa.

Chapitô

Um modelo de Economia Social

Teresa Riçou
Presidente e Fundadora do Chapitô

O Chapitô, nasce em Janeiro de 1981 com a designação de "Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina", ocupando um espaço que antes tinha sido um estabelecimento prisional e que agora é reconhecido como um espaço de liberdades.

Liberdades porque no Chapitô a liberdade é um exercício de constante recriação que, pelo caminho, derruba todos os preconceitos e posiciona-se como oportunidade para todos: a nossa casa do Castelo (ponto de encontro e de convívio entre pessoas das mais diversas proveniências), liberdade de expressão (o circo, o gesto e o teatro), liberdade de intervenção (o nosso Bartô, e o seu famoso "Tanque", onde nasceram tantos talentos, tantas ideias e tantas conversas...) e liberdade de criação, criatividade esta que se aplica tanto às artes, à forma de funcionamento e gestão da organização como à forma de construção das personalidades individuais.

Lembro-me como se fosse hoje a primeira vez em que vislumbrei este castelo por entre as ruínas dum antigo presídio. Da Escola de Circo Mariano Franco, no Bairro Alto, à Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo, na Costa do Castelo, navegámos 27 anos com a preciosa ajuda dum "consórcio" que inclui entre outros o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, o Ministério da Segurança Social e o IPJ – Instituto Português da Juventude.

Acreditamos que o sucesso deste "consórcio" com as ONG, agora que estamos às portas do Ano Europeu da Criatividade e Inovação, estimule a classe empresarial para investir em projectos modelo de Inovação Social.

Pesa-me às vezes perceber que o Chapitô é visto por grande parte das pessoas como um "restaurante com animação", mesmo sabendo que esta imagem é ainda positiva. O Chapitô é um mundo que ultrapassa em quilómetros essa visão redutora. Trata-se de uma casa

de cultura, aberta ao público, construída sobre três pilares principais:

- a) a educação/formação através da Escola Profissional de Artes e Ofícios (EPAOE) que procuramos que seja uma solução de qualidade disponível a todos os jovens, inclusive os mais carenciados;
- b) a reinserção social, através do trabalho efectuado nos Centros Educativos (recuperação pela arte e pela cultura) bem como na própria casa do Chapitô, que dispõe dum espaço construído especificamente para jovens que saem destes centros e vêm para o Chapitô estudar, aprender a trabalhar e a conviver com as demais pessoas, tendo acesso a toda a oferta cultural de que dispomos;
- c) e a cultura, através dos espectáculos circenses, da música, do teatro, da literatura, da gastronomia e da promoção do convívio diário e próximo com as mais diversas manifestações e acontecimentos artísticos.



E o que é mais autêntico nesta casa é que estas três vertentes estão intrinsecamente ligadas, funcionando em bloco e adicionando uma à outra ainda mais valor. É um privilégio para os jovens da escola terem acesso, no próprio sítio onde estudam, a tanta diversidade e a perspectivas e visões de mundo que não teriam se não estivessem aqui. O contacto e a proximidade com as questões que a área social do Chapitô lida diariamente faz nascer nestes jovens que aqui estudam uma “consciência”, que no contexto sócio-económico em que vivemos é essencial para a construção duma mentalidade inovadora, capaz de quebrar paradigmas de cariz individualista que só contribuem para a manutenção dum sistema injusto e desigual.

Este modelo evidencia-se cada vez mais, tornando-se basilar na construção diária de um ensino através das artes que não se limita a uma mera pedagogia circense, mas impõe-se como um projecto de educação, intervenção, integração e requalificação pelas artes.

Com dois cursos que conferem o 12.º ano, os jovens que escolhem os cursos de Artes e Animação Circenses ou Ofícios do Espectáculo têm colocação profissional garantida, prova de que o corpo docente, a metodologia de ensino e o projecto Chapitô são reconhecidos pelos seus pares ao nível nacional e internacional. Apesar disso, o trabalho da equipa de docentes e técnicos administrativos do Chapitô não termina no final de três anos lectivos. Continuamos a acompanhar os alunos nos seus trajectos, procuramos apoios financeiros para bolsas de estudo em instituições de ensino na França, Reino Unido, Dinamarca, Espanha e por onde houver uma escola, um nariz vermelho e uma imensa vontade de saber mais.

Ao final do dia temos cursos *à la carte* pensados para profissionais, amadores experientes e amantes ocasionais que se iniciam nas artes da capoeira, no malabarismo, no sapateado, na expressão dramática, nas técnicas circenses e na caracterização.

O projecto social Chapitô está, de igual forma, pensado para servir redes locais. O Centro de Acolhimento e Animação para a Infância – João dos Santos é um projecto visto pelas entidades governamentais como exemplo de integração de, por um lado, filhos de colaboradores do Chapitô e, por outro lado, crianças oriundas de bairros limítrofes.

Falamos para dentro e falamos para fora. Sem preconceitos, alternamos o dia e a noite, os jovens e os adultos, os tradicionais e modernos. Operários dos sonhos, acordamos todos os dias com a consciência de que à nossa espera não está um emprego das nove às cinco, mas a luta por um modelo de economia social

que não se deve deixar afogar pelas adversidades diárias de monstros a que se chama numa ocasião “crise”, noutras “burocracia” ou “censuras”.

Retomando este conceito de redes, o projecto Chapitô age como um tecelão, com uma preocupação metódica em apoiar a rua. São de rua as nossas artes, como são de rua alguns dos jovens que entram nesta casa e sabem que este será sempre um bom lugar para entrar no mundo. O nosso trabalho tem três fases: a da intervenção, a da inserção e a do apoio psicossocial.

O projecto Animação em Acção nasceu com o intuito de tornar casas fechadas em casas abertas. De derrubar paredes, pintar nomes feios e levar alegria às crianças e jovens internos em Centros Educativos. Temos duas equipas divididas entre o Centro Educativo da Bela Vista e o Centro Educativo Navarro de Paiva. Actividades como atelier de Circo, Capoeira, atelier “Faz-Tudo”, jogos de Mesa, atelier de Dramatização, Música, Jardim e Horta Pedagógica e atelier de Jornalismo (os pensadores) ajudam os jovens a desenvolver competências de comunicação, socialização, interacção com outro, abertura à comunidade, acção e consciencialização.

Um passo em frente e saímos das prisões para entrar em casa. A Casa do Castelo acolhe, no limite de seis, jovens que estando cá fora não têm para onde voltar. Uma Casa que é também um comboio que os leva dali para uma nova vida. São seis meses que se quer duren uma nova vida para estes jovens que com mais de 18 anos têm que tomar opções. E tantas vezes quantas as outras vezes, o riso salva.

Digo muitas vezes: - “Nada se faz sem saúde”. E por isso no nosso modelo de inserção social a saúde é prioritária. Temos um acordo com o Centro de Saúde local que atende os colaboradores e alunos do Chapitô e outro com a Escola Superior de Medicina Tradicional Chinesa - um massagista para acompanhar as terapias da alma-bem como uma atenção redobrada às necessidades de todos e do conjunto.



Neste modelo de economia social a cultura e a formação são transversais a todas as formas de intervenção social.

É para o público que nasce o palco e o nosso palco no mundo das artes prolonga-se nas redes sociais que abraçamos. Estas duas realidades, cultura e sociedade, não existem uma sem a outra e o equilíbrio social só se atinge com redes de nós fortes.

O desequilíbrio social que assistimos actualmente vem colocar no centro esta necessidade de responder à sociedade, e a quem nela viaja, com um nível de eficiência, eficácia e qualidade absolutamente necessários para resgatar da miséria todos aqueles que não se sustentam nas redes, mas emaranham-se nelas. A miséria tem de ser tratada com qualidade, respeito e dignidade que merece para deixar de ser miséria!

E isso nota-se quando me sento nesta esplanada e espreito à varanda da Casa do Artista. Daqui vejo toda a gente num diálogo de culturas que desarranja a sociedade, anima-a, fá-la rir, integra e retoma o mundo redondo, onde todos têm o seu lugar.



Grandes encontros...

...em pequenos passos

Cláudia Guerra e Delphine Attali
ADCMoura – Associação para o
Desenvolvimento do Concelho de Moura

O projecto Encontros, financiado pelo Programa Escolhas e promovido pela Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura – ADCMoura, iniciou a sua intervenção em 2006 no Concelho de Moura.

Pertencendo ao distrito de Beja (Baixo Alentejo), numa área fronteiriça, os habitantes do Concelho costumam situá-lo referindo-se à proximidade com a grande barragem do Alqueva. O concelho apresenta problemas estruturais de desenvolvimento: altas taxas de desemprego, desqualificação das populações, isolamento geográfico... Mas estes elementos não impedem, e talvez até mantêm, uma cultura local forte, com permanência de antigas tradições. A comunidade é bastante coesa, como costuma ser em meios pequenos onde são privilegiadas as ligações sociais. A entre ajuda está sempre presente, sobretudo nas aldeias, pequenas comunidades dentro da população mourense. O concelho é composto por 8 freguesias, das quais 6 são rurais.

O concelho de Moura tem outra característica importante: neste território vive uma das maiores comunidades ciganas a nível regional.

Uma comunidade? Depois de dois anos de trabalho quotidiano no terreno, já não conseguimos falar de uma comunidade cigana, mas sim de várias. Muitas

delas, sem dizer todas, apresentam características de exclusão profissional, social e escolar.

Assim, o ponto de partida da construção do projecto Encontros foi a simples constatação do mal-estar existente nas escolas do concelho onde a proporção de alunos ciganos é grande.

Como pensar na integração social dos adultos se não pensarmos primeiro na integração escolar das crianças? Os alunos ciganos reprovam mais. Muito poucos chegam ao segundo ciclo do ensino básico. A grande maioria dos adultos é analfabeta. Durante a construção do projecto Encontros, pensou-se então que esta seria a chave da futura integração das comunidades ciganas: a luta contra o abandono e insucesso escolar dos alunos ciganos e a capacitação das comunidades ciganas para serem actores da sua própria integração social.

Integração social que apenas podemos imaginar a longo prazo. As comunidades ciganas e não ciganas vivem de costas viradas. Apesar de serem vizinhas desde dezenas de anos, ou mais, cada uma tem uma consciência de pertença muito marcada, que se define

em grande parte pela negativa: ser cigano é não ser não cigano, e reciprocamente.

Importa quebrar esta dinâmica baseada na rejeição e no desconhecimento. Importa então conviver, criar momentos de partilha entre as duas comunidades, favorecer o contacto entre as pessoas. Importa envolver toda a sociedade neste processo de integração, e preparar-nos, todos, ciganos e não ciganos, para vivermos juntos.

O projecto Encontros actua em 2 comunidades do Concelho: Póvoa de São Miguel e Sobral da Adiça. Cada uma destas localidades é composta por aproximadamente 1100 habitantes, e 10% da população é cigana. Sendo uma população tendencialmente muito jovem, a proporção de alunos ciganos nas escolas primárias destas aldeias é bem maior: no Sobral da Adiça, 40% dos alunos são ciganos, e na Póvoa de São Miguel são 50%.

A escola é pouco valorizada na cultura cigana, não sendo ela que permite a ascensão social, mas sim a “contratação” de um bom casamento. Partindo deste ponto de vista, o sucesso escolar não é uma prioridade para as crianças ciganas, nem uma preocupação para os seus pais. O absentismo e como consequência directa um atraso acumulado significativo na matéria é a grande dificuldade contra a qual lutam cada dia professores e auxiliares de educação.

Esta diferença de nível escolar acaba por sustentar a discriminação, positiva ou não, dentro da escola, o que leva por sua vez a mal estar e situações conflituosas. Temos aqui a receita perfeita do círculo vicioso, um elemento negativo levando a outro.

Chamar as crianças para a escola e tornar a ida à escola um hábito é uma prioridade.

Criar condições para que estas crianças não sintam um grande choque cultural.

Encorajar a partilha e contacto entre crianças ciganas e não ciganas para uma verdadeira integração escolar.

Estes são 3 princípios que estiveram na origem da implementação da actividade “muito mais do que um recreio”, animação semanal de intervalos à volta de actividades lúdico pedagógicas numa lógica de educação intercultural. Procura-se nestes momentos, e graças a várias ferramentas, juntar todas as crianças da escola à volta de um tema, de um jogo, de uma pessoa... Este processo de reconstrução de uma comunidade escolar coesa faz-se acompanhar de uma estratégia de atractividade da escola. Como explicaremos mais adiante, o sucesso da intervenção baseia-se na relação interpessoal estabelecida com as comunidades. Uma vez que as crianças desenvolveram

um carinho e gosto pelo projecto, a presença regular do projecto na escola constitui um ponto de motivação para estas crianças irem à escola.

Estes mesmos princípios e metodologias são utilizados para a promoção da inclusão digital da comunidade da Póvoa de São Miguel, permitida graças à abertura e dinamização de um centro de inclusão digital pelo projecto Encontros – em parceria com a Junta de freguesia da Póvoa de São Miguel. Com este centro, foi criado um espaço onde convivem as duas comunidades, um espaço onde a valorização da comunidade e cultura cigana é promovida.

Em paralelo a estas actividades dirigidas a crianças, procura-se aumentar as competências das comunidades, pensando acelerar o processo de integração dos filhos. Assim, são desenvolvidas várias actividades junto das comunidades, destinadas a estabelecer e manter boas relações com o projecto (relações indispensáveis às actividades de mediação com instituições), a estimular competências nos adultos e crianças (estimulação importante para a auto-estima, quer individual, quer colectiva), e manter o contacto com a escola (quer através do projecto, actor na escola, quer com o contacto com metodologias, matéria e materiais usados na escola).

As sessões de Biblioteca de Rua, momentos de leitura ao ar livre promovidos especialmente durante as pausas lectivas nos lugares de vida das comunidades, proporcionam a partilha entre gerações, a iniciação dos mais pequenos ao manuseamento de materiais escolares, e o contacto de adultos sem hábitos de leitura com livros.

A integração social é parecida com um jogo de equipa: para ganhar, tem que se jogar com todos. Assim, a este conjunto de intervenientes já envolvidos (crianças, agentes educativos, famílias), vêm-se acrescentar os técnicos de intervenção social no projecto. A maioria dos indivíduos ciganos beneficia dos apoios da Segurança Social, sobretudo da medida de Rendimento Social de Inserção – RSI, e está em permanente contacto com esta instituição e os seus técnicos. Neste contexto, o projecto Encontros procura proporcionar mais conhecimento: dos técnicos sobre a cultura cigana e das famílias ciganas sobre os procedimentos administrativos. Regularmente, são então organizados Encontros Temáticos, onde são debatidos temas em ligação directa com a integração social e escolar das comunidades ciganas, são convidados especialistas em áreas de interesse, são apresentadas boas práticas, e também, obviamente, são discutidos problemas inerentes ao trabalho quotidiano e directo com ciganos. Assim, ultimamente, a mediação sociocultural foi

assunto de vários Encontros. Estes momentos constituem apenas o elemento mais visível do trabalho em rede diariamente exercido entre os técnicos e serviços de intervenção socioeducativa junto de comunidades ciganas.

Em resposta à necessidade de recenseamento das populações ciganas do território repetidamente expressa pelos técnicos, o projecto Encontros construiu um (mini)observatório sócio-demográfico das comunidades ciganas. Numa preocupação de exaustividade e rigor dos dados apresentados, escolheu-se analisar apenas as comunidades de abrangência do projecto, ou seja as comunidades ciganas da Póvoa de São Miguel e do Sobral da Adiça. Este observatório será regularmente actualizado, e a última versão está disponível no site do projecto (<http://encontros.programaescolhas.pt>).

Assim, o projecto Encontros procura desenvolver uma intervenção integrada, baseada na família e no conhecimento das suas necessidades, visando valorizar o papel da escola como alavanca para o processo de integração social das comunidades ciganas.

Mas queremos acelerar o processo: é urgente imaginar soluções alternativas para a inclusão escolar das crianças e jovens ciganos, nomeadamente das raparigas em idade de casar – entre os 11 e 16 anos – a quem a ida à escola é dificultada por motivos culturais. Como já foi referido, a valorização social de uma pessoa e de uma família passa pelo casamento, e a saída da comunidade após o início da puberdade prejudica gravemente as possibilidades de casar para as raparigas. Por isso, muitas raparigas ciganas ficam com um nível de escolaridade muito baixo. No contexto actual, as respostas institucionais são ainda dificultadas, visto que os modelos educativos alternativos existentes (escola itinerante, escola móvel) têm como princípio fundamental a presença dos alunos na escola, princípio que, numa primeira fase, teria de ser contornado para possibilitar a longo prazo a integração escolar destes jovens.

Factores críticos de sucesso

Os elementos aqui relatados são apenas o resultado da experiência vivida por mais de dois anos através das acções do projecto Encontros, com uma comunidade local com características específicas, *vía* uma intervenção fortemente influenciada pela abordagem e metodologias próprias à ADCMoura (metodologias participativas, *empowerment*, trabalho em parceria...), e enriquecida pelo investimento pessoal da equipa técnica (retro-alimentação, entre características pessoais e desenvolvimento do projecto).

Estabelecer uma relação de confiança mútua com as comunidades destinatárias

Este elemento parece ser a base de uma intervenção bem sucedida porque permite um verdadeiro trabalho em parceria com as famílias, e não trabalhar para elas. Construir esta relação demora tempo, e pressupõe um grande envolvimento (inventar pretextos para entrar no acampamento e conversar com as pessoas, encontrar respostas em casos complicados colocados, às vezes situar-se em casos polémicos, efectuar pesquisas teóricas...). Para o projecto Encontros, a chave encontrada foi o contacto com as crianças, a sua valorização junto dos seus pais (verbalmente, mas também dando às crianças a oportunidade de mostrar aos seus pais as suas competências...).

Respeitar a diferença

Alguns traços culturais podem ter chocado com os nossos hábitos e costumes não ciganos. O não julgamento destas práticas é outra das bases para construir uma relação de confiança: respeitar sem condenar, apesar de ir contra princípios e valores sentidos para a nossa comunidade como fundamentais (a divisão tradicional dos papéis de género que domina as relações sociais e familiares pode ser um exemplo destes aspectos).

Trabalhar com agentes de mudança

Incutir uma evolução sem romper com as tradições e aspectos culturais da comunidade, junto sobretudo das mulheres (papel na educação dos seus filhos), dos jovens casais (aproveitando da sua maior abertura para as outras comunidades), das crianças (no seu processo educativo e aprendizagem de socialização), para introduzir a convivência com outras comunidades como hábito.

Desenvolver mecanismos de discriminação positiva (apenas no médio prazo)

A colocação de mediadores ciganos nas escolas onde a proporção de alunos ciganos é grande e onde se sentem certas dificuldades pode ser um elemento chave para lutar contra o abandono/insucesso escolar destes alunos, para promover o contacto entre grupos de crianças, e para facilitar a adaptação dos agentes educativos a estes alunos.

Tal como é preciso em geral, é necessário envolver as comunidades ciganas no desenho das políticas de integração, de forma a estas medidas não chocarem com hábitos culturais, o que lhes prometeria mais sucesso. A área da habitação constitui um bom exemplo, por estas comunidades terem hábitos culturais específicos e agregados familiares alargados, o que influi fortemente na concepção dos alojamentos.

Um projecto em prol de uma maior aproximação à Europa

Tânia Araújo
taniaraujo@mail.telepac.pt

O projecto Diversidade.com, co-financiado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, teve como temática o Plano D para a Democracia, Diálogo e Debate e como sub-temas os seguintes: Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – 2007, Ano Europeu do Diálogo Intercultural – 2008 e Coesão e Desenvolvimento Rural 2007-2013.

Este projecto, promovido pela Beira Serra – Associação de Desenvolvimento Local teve início em Setembro de 2007 e terminou em Agosto de 2008. Ao longo deste período foram promovidas várias actividades alusivas ao 3 sub-temas que orientaram a intervenção do projecto, com a colaboração de várias entidades locais e regionais, nomeadamente o Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o Centro de Informação Europeia da Beira Interior, entre outras.

O Diversidade.com teve como principal objectivo alargar o debate sobre as questões europeias e informar e sensibilizar a comunidade para as temáticas que são transversais às políticas comunitárias, contribuindo assim para a consolidação de uma cidadania europeia. No âmbito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, comemorado em 2007, foi lançado um suplemento no Jornal do Fundão onde se destacaram vários projectos nacionais com práticas inovadoras bem sucedidas nesta área.

Em 2008, foram desenvolvidas várias actividades integradas nas comemorações do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, que procuraram envolver a comunidade, e em especial os jovens, na reflexão sobre a temática. De entre estas actividades podemos destacar o concurso e exposição “Mil Imagens, Uma Mensagem” destinados a jovens universitários, a comemoração do Dia da Europa com animação de rua e um debate, o acampamento Intercultural “Roda Viva” e a criação do Fórum Interculturais.

Uma vez que as políticas para a Coesão e Desenvolvimento Rural para o período de 2007 a 2013 são uma temática fundamental para a região, o projecto desenvolveu também algumas actividades no sentido de proporcionar um maior conhecimento sobre essas políticas, nomeadamente um Seminário sobre “Coesão

e Desenvolvimento Rural”, uma acção de formação sobre o QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional e uma acção de formação sobre o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER).

Fórum Interculturais

O Fórum Interculturais foi criado em Janeiro de 2008 pelo projecto Diversidade.com enquanto uma iniciativa inserida nas comemorações do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Este Fórum consiste num espaço digital de debate sobre a interculturalidade e de partilha de experiências de intercâmbio cultural. O Fórum é composto por um espaço introdutório destinado às apresentações dos participantes, à apresentação do projecto e à divulgação das suas actividades; um espaço para a partilha de experiências relacionadas com viagens, estudos ou trabalho no estrangeiro, entre outras; outro designado “Multiculturalidade em Debate” onde se podem abordar questões como o relacionamento entre culturas, costumes e tradições, etc; e um outro para partilha de recursos sobre a Interculturalidade e a Europa, tais como *links*, imagens, textos, artigos, materiais pedagógicos, etc.

Embora este espaço digital tenha como principal público-alvo os jovens universitários, está aberto à participação de todos e de todas que queiram debater estas questões. Desde que foi criado, o fórum conta já com 23 utilizadores registados que têm contribuído com as suas experiências, histórias, opiniões, imagens e outros contributos e regista também mais de 800 visitantes.

O fórum permanece activo após o final do projecto e está acessível através do endereço <http://forum-interculturais.forumeiros.com/>.



Ao optar por um título como “Um universo de diferenças” o que se pretende é escolher uma metáfora como estímulo à reflexão. A intenção é alargar o campo de análise e suscitar o interesse em considerar, no campo de estudo, por exemplo diferenças de etnias, de nacionalidades, de religião, de classes sociais, de origens geográficas, de género, de profissões e, também, daquilo que é habitualmente designado como sendo “deficiências”, bem como padrões de comportamentos considerados mais ou menos transgressivos e/ou desviantes, etc., etc.

Questionando o conceito de inclusão

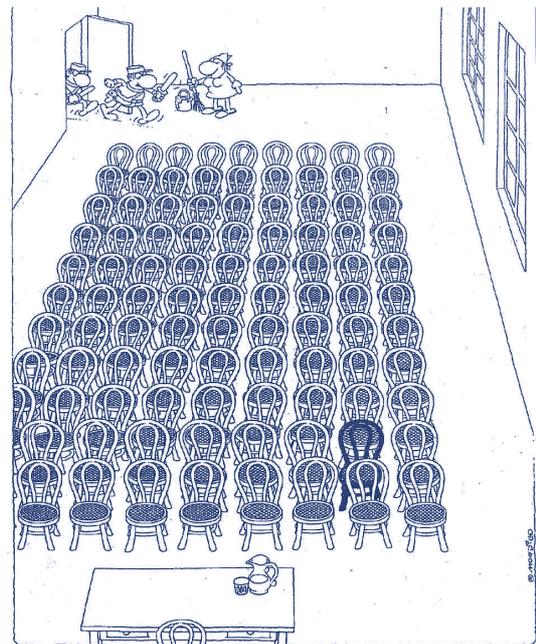
Ir-se-á começar por se chamar a atenção para dois problemas que, de certo modo, se poderão transformar em desafios. O primeiro consiste em tentar por em questão para quanto o que consideramos como “diferente”, e que se admite poder (dever?) ser objecto de inclusão, é susceptível de ser interpretado como uma decisão de matriz etnocêntrica. O segundo, obviamente decorrente do primeiro, é relativo a um alerta para que se reflecta sobre o facto de que, o que se considera uma característica “não normal”, pode decorrer de processos socialmente construídos. A primeira questão representa uma tentativa de, em momentos de tomada de decisão, vulnerabilizar diferentes actores sociais, com o fim de lhes retirar algumas “certezas” de muitas das decisões que se tomam: trata-se portanto, de reflectir, por um lado, sobre o etnocentrismo latente da frase “é preciso incluir os diferentes” e, por outro, estar atento à ambiguidade, mesmo ao risco, de que esta frase está informada.

Poderia defender-se, sem reservas, a bondade da intenção de incluir, se “incluir” fosse tomado no sentido de o contrário de “excluir”. Não se tem dúvidas de que não se deve, nem pode, “excluir” ninguém. Mas será que a decisão de “incluir” não necessitará de uma séria reflexão prévia? Questões como “quem são os diferentes?”, “quem decide o que é normal?”, “porquê incluir?”, “como incluir?” são perguntas pertinentes. E será que o “incluído”, uma vez objecto de um processo de inclusão, passará a experimentar um sentimento de “pertença”, relativamente ao grupo que o incluiu?

Considere-se então a situação retratada neste irónico e interessantíssimo cartoon². Certamente que não se partilha nem aceita a decisão da senhora da limpeza que chamou e abriu a porta aos polícias, cuja intenção parece ser a de reprimir

e eliminar a situação “chocante” da cadeira preta e grande que destoa da calma uniformidade das cadeiras brancas de tamanho “normal”. Ninguém defenderia o *apartheid* que essa situação exemplificaria. Assim, poderia admitir-se que se estará de acordo que a actuação a recomendar não seria em princípio a de reprimir, de excluir. Mas outras interrogações bemdesafiantes surgem, de imediato:

Como incluir a cadeira preta? Pintando-a de branco? Cortando um pouco das suas pernas, uma vez que ela é maior que as outras? Deixando-a tal como está, na sua evidente diferença? Ou, interrogação ainda mais provocadora, será que a cadeira preta quererá mesmo que lhe cortem as pernas e a pintem de branco? E se nesta assembleia houvesse não uma mas três ou quatro cadeiras pretas, será que a decisão que cada uma delas iria tomar, face a este exercício de poder por parte do contexto social, seria a mesma?



1. Primeira versão apresentada em Maio de 2007.

2. Cartoon de Mordillo extraído nos cadernos do CIPAC GERMINAL, Unidades Didácticas, População e Movimentos Migratórios n.º 3.

A construção social do normal

Repare-se (e, note-se que, já se está a passar para o campo da segunda questão) como aquelas situações consideradas “normais”, “não desviantes”, portanto toleradas, sem que seja sentido como necessário incluí-las são, por via de regra, situações cuja aceitação é socialmente construída. E esta construção do “socialmente aceitável” pode ocorrer em diferentes campos. Poderá referir-se, por exemplo (e só a título de exemplo), situações relativas a comportamentos face à lei, à saúde, e, à educação.

A afirmação de que «normal» é um conceito socialmente construído não significa que se partilhe a adopção ilimitada e acrítica de posturas de um total relativismo. Não se irá defender algumas das opções relativas às situações narradas nos casos que irão ser adiante referidos. Ir-se-á, simplesmente, citar factos concretos, com o objectivo de sublinhar como situações que eram, em muitos locais, tidas como crime, passaram a ser consideradas como aceitáveis. E o contrário também se verifica: situações há que eram socialmente aceites e que, se praticadas hoje, seriam consideradas crime. Um exemplo claro da primeira dessas situações, de entre muitas outras, que poderiam citar-se é o da “lei seca”, nos Estados Unidos da América, na vigência da qual era considerado crime, e era objecto de punição, comercializar álcool. Quando a “lei seca” foi abolida, a venda de álcool passou a tornar-se uma prática normal, frequente, não penalizada. Exemplos de que uma eventual mudança da lei irá alterar a forma como a sua prática é considerada, ocorrem, frequentemente, ainda hoje. É o caso, por exemplo, da permissão ou não de realizar abortos (e em que circunstâncias), das práticas de eutanásia, de casamentos entre homossexuais, do consumo de drogas, que, são considerados aceitáveis ou não, conforme o teor da lei em vigor, nos países em que estes acontecimentos têm lugar. O mesmo se pode dizer em relação a outras práticas culturais ainda mais polémicas: o apedrejamento de mulheres “adúlteras” ou a excisão, são aceites em certas culturas e em certos países. Para outros não o são. Por outro lado, a escravatura ou os espectáculos de lutas dos cristãos com os leões ou as torturas e os enforcamentos públicos, eram práticas socialmente aceites, e até apreciadas por alguns, e hoje geralmente não o são, pelo menos, no mundo ocidental.

Será agora de reflectir como, na educação, ocorrem situações paralelas a estas: o currículo central estabelece, de modo arbitrário³, os conteúdos mínimos que deverão ser adquiridos para se ser considerado apto a passar de ano. Se porém se decide que uma rubrica do programa ou mesmo uma disciplina deverá ser eliminada do currículo (e isso tem acontecido com

frequência), o aluno transita de ano, sem problemas, apesar de não adquirir esses conhecimentos que, antes, eram considerados essenciais para obter uma aprovação.

Também é fácil de verificar como, em tempos históricos diferentes, e/ou em locais diferentes, comportamentos, por exemplo, considerados anómalos, interpretados por alguns mesmo como perturbações da saúde mental, podem em épocas distintas, ser tomados como perfeitamente aceitáveis. As questões da moda, as noções de modéstia, de pudor, têm vindo a ser disso exemplos tão flagrantes que nem vale a pena discutir. Poderia continuar-se a ilustrar esta argumentação com mais exemplos. Mas o que se recordou será talvez suficiente para sustentar a ideia de que, o que é considerado “normal”, e “aceitável” é socialmente construído e que portanto o “diferente”, passível ou considerado necessitado de “inclusão”, de “normalização”, também o será (cf. Perrenoud 1989).

Normalização e violência simbólica – diversidade de identidades

Um outro desafio consiste no convite para reflectir sobre quanto a normalização se faz com recurso à violência, às vezes explícita, outras vezes “simbólica”. Considere-se então quem serão então os que, frequentemente, se considera (a nível do senso comum) com necessidade de serem “normalizados” e assim serem “incluídos”? Os emigrantes? Os que são considerados marginais? Os que são também socialmente vistos como portadores de in/capacidades? A resposta que, habitualmente, se dará (a nível do senso comum, é claro) é a de que poderá ser considerado normal o que mais frequentemente é praticado e aceite numa dada população. Aliás é este o significado que, estatisticamente, se dá ao conceito de “norma” que é definido como “o mais frequente”. E todos os que não são idênticos deverão ser objecto de tentativas de normalização? Os génios, que evidentemente não são “normais”, também deverão ser normalizados? Note-se como estas (im)pertinentes questões apontam para a importância de reflectir sobre quanto estes problemas são atravessados por significativas relações de poder. Parece assim poder admitir-se que, sob a capa da normalização e da inclusão, se situa todo um conjunto de questões que dizem respeito a situações muito diversas. Vale a pena considerar, a título de ilustração, mesmo que ainda de modo muito superficial, duas delas.

3. Note-se que o conceito “arbitrário” não está aqui empregue no sentido que lhe é geralmente conferido no senso-comum (isto é, algo resolvido de modo não reflectido, até ao acaso). No presente caso o significado do termo é o que lhe é atribuído por Bourdieu (1970) quando descreve situações do que designa de “arbitrário cultural”. Neste caso “arbitrário” significa que é algo que resulta de uma decisão, de opções arbitradas, que até podem ter sido bem ponderadas, tomadas em dadas circunstâncias.

O caso dos migrantes portugueses na Europa poderá constituir um desses exemplos. Na verdade o contacto directo que, em trabalhos anteriores, se desenvolveu com estes grupos de portugueses, permitiu que fossem reconhecidos diferentes modos de estar, de sentir, de verbalizar e de agir destes grupos na sua relação com a sociedade de acolhimento. Por outras palavras, o que acontece, quando se trabalha em contacto com eles, é que, em diferentes locais, em diferentes circunstâncias, é possível identificar diversas formas de vivenciar a condição de migrante. Podem observar-se situações de maior ou menor sofrimento, a presença de diversas nostalgias, a existência de alegrias, de tristezas, de sentimentos complexos de pertença e/ou de repúdio a diferentes contextos. Numa tentativa, que se reconhece ser sempre redutora, procurou-se então reunir em quatro categorias o que se considerou serem formas próximas do vivenciar a identidade de migrante. Estas foram designadas como sendo: identidades “estranhas”, “híbridas”, “estratégicas” e “tingidas”. Ir-se-á descrevê-las recorrendo aos conceitos de Boaventura Sousa Santos sobre “raízes” e “opções”.

Incluir-se-ia no grupo de identidades “estranhas” aquelas em que os migrantes, valorizando as suas raízes, optam, de modo bastante consciente, por resistir à absorção/assimilação de características do país de acolhimento. Encontram-se, sobretudo, exemplos deste tipo de postura em emigrados políticos, em grupos religiosos, e/ou em grupos com identidades socioculturais muito fortes, como os ciganos (que, aliás não são migrantes), para os quais será importante manterem-se e afirmarem-se através das características próprias das suas origens.

As identidades “híbridas” serão as daqueles migrantes que, conservando embora, aspectos decorrentes das suas origens, se deixam penetrar, mais ou menos conscientemente, mais ou menos profundamente, por algumas (às vezes muitas) características do contexto em que vivem. Esta é uma situação, bastante frequente, entre aqueles que vivenciam longas permanências nos países de acolhimento e que vão tecendo algumas afinidades com eles, ou que inconscientemente incorporam algumas das características existentes nesses locais. Esta incorporação certamente será decorrente de um exercício de poder, mais ou menos explícito por parte dos grupos dominantes. Será disto exemplo, também, algumas das identidades observáveis em países que foram objecto de colonização (cf. Cortesão, 2008).

As identidades que se poderão denominar de “estratégicas” são aquelas que têm lugar, por exemplo, em muitos migrantes portugueses que foi possível observar na Europa e que parecem surgir como formas

hábeis de sobrevivência e/ou reacção ao domínio de grupos majoritários. Porque a sua cor da pele não é um elemento claramente distintivo dos cidadãos nascidos no país de acolhimento, por exemplo, na França, na Bélgica ou no Luxemburgo, e porque se apercebem que os que são identificados como não naturais daqueles países, com frequência, enfrentam dificuldades no mercado de trabalho ou até no convívio social, estes migrantes portugueses procuram conscientemente adoptar formas de vestir, de agir e até mesmo de falar o mais possível semelhantes aos naturais desse país de acolhimento. Esta é a opção. Mas o apelo, a ligação afectiva forte para com as suas raízes, fazem com que organizem e frequentem clubes exclusivos das pequenas comunidades de portugueses, em tudo semelhantes ao que se encontraria num café ou numa associação recreativa local, em Portugal, sobretudo nos meios rurais. Lá, neste escondido local de abrigo simbólico, estarão as imagens de Nossa Senhora de Fátima, os símbolos mais variados do Futebol Clube do Porto, do Benfica ou do Sporting e alguns jornais nacionais. Comem-se torradas, bebem-se “meias de leite” e também vinho tinto, ouve-se a RTP1 e os relatos de jogos de futebol. Ouve-se música portuguesa, interpretada por portugueses e, muita dela, concebida especialmente para o público migrante. Organizam-se festas onde trajes, danças, cantares e comidas tentam reproduzir ou recriar aspectos mais folclóricos das suas terras de origem (Cortesão, Leite, 1991-1993).

O que se designa de identidades “tingidas” seriam aquelas em que os migrantes, muito provavelmente, por considerarem que o contexto em que estão a viver tem características que consideram de estatuto superior, procuram, através de um esforço consciente, adoptar características desse contexto. Procuram ocultar ou mesmo negar as suas raízes, procuram assumir-se como portadores naturais das opções que fizeram.

É ainda evidente que toda uma gama diversa de identidades poderá ser encontrada nas fronteiras, sendo produto de hibridação das quatro categorias que se apontaram. Assim sendo, toda esta variedade é suficiente para evidenciar quanto é redutor, quanto é uma prática de “daltonismo cultural” (Cortesão, 1997), englobar na designação única de “migrantes” a diversidade de identidades que se podem encontrar neste grupo. Então, algumas questões surgem de imediato: poderá a sociedade de acolhimento incluir, na generalidade, o/a migrante, ou, caso se entenda que é importante incluir, será que os processos a

adoptar nessa proposta de inclusão, poderão ser os mesmos para todos? Será que todos aceitarão ser “incluídos”? E de que forma?

Considere-se agora os que são vistos como sendo portadores de in/capacidades. Será importante reconhecer que o mundo foi, e continua a ser, concebido e estruturado para os que são considerados “normais”, facto que contribui para sublinhar, para salientar as “in/capacidades” de alguns. Por exemplo, raros são os edifícios, as ruas, as instalações sanitárias que são construídas com alguma preocupação de não complicar a vida a quem tem uma mobilidade ou visão reduzida. Raros são os espectáculos, os programas de televisão que se acompanham de tradução para linguagem gestual.

Estes são alguns dos muitos exemplos que poderiam citar-se de situações que contribuem para a não partilha, em situação de igualdade, de espaços públicos que, como tal, são pertença de todos os cidadãos. Como se pode ver, embora a existência de algumas características seja de origem biológica, a verdade é que a situação de discriminação, mesmo de exclusão, é, em grande parte, socialmente construída.

E a legitimidade do processo de inclusão?

E como aliás se referiu anteriormente há ainda outros aspectos a considerar. Um exemplo, é o que consiste em tomar em linha de conta posições por vezes assumidas por aqueles a quem é proposto e/ou imposto um processo de inclusão. Esta questão, por vezes extremamente perturbante, pode ser discutida através do caso da chamada “comunidade surda” em que, parte dela, recusa a inclusão na sociedade dos falantes. Trata-se de uma posição muito polémica mas que é defendida vigorosamente por alguns membros desta comunidade. É, por exemplo, o que se defende no livro “O Grito da Gaivota” de Laborite (2000). Bernardette Baker inicia o seu capítulo do livro “Multiculturalismo, Currículo e Formação Docente – Ideias de Wisconsin” com esta citação da obra de Fiona Campbell: *“Quando um pai de ouvidos são lhe disse, «Tenho o direito de querer submeter o meu filho a uma cirurgia que o tome mais como eu, uma pessoa de ouvidos funcionais», Gary Malkowski, então legislador no Ontário, no Canadá, respondeu, «Então, presumo que não tem qualquer objecção a que os pais surdos solicitem uma operação que ponha os filhos surdos.»* (pág. 109)

Posições próximas desta, face a um processo de inclusão, poderão ser identificadas noutros grupos minoritários de identidade muito forte e marcadamente distinta da sociedade em que se encontra.

Importância da investigação

Parece ser suficiente considerar a argumentação que se acaba de fazer para se poder admitir que, em situações que envolvem relações entre a sociedade dominante e grupos minoritários, será importante estimular a reflexão, mesmo a investigação antes que se decida qualquer forma de agir. Incluir revela-se realmente uma empresa complexa e os exemplos anteriormente referidos sublinham também a ambiguidade, o risco que pode informar toda a decisão de a levar a cabo. Foi possível apontar, ao longo deste texto, alguns desses riscos de o fazer se não se compreender, em profundidade, em que contextos e com quem se está a trabalhar.

O que se pretendeu defender é, portanto, a necessidade de associar a pesquisa sobre este tipo de situações e a forma de nelas intervir, não tentando aplicar receitas pretensamente universais. Mas defende-se também a importância de se procurar proporcionar, a todos, alguma possibilidade de experimentar um pouco de sentimento de pertença a um qualquer grupo e/ou espaço simbólico, em que as diferenças tenham alguma possibilidade de co-existir. Uma reflexão sobre o sentimento de pertença poderá assim ser importante.

Pertença a um grupo? A que grupos? E que pertença? Por exemplo, Yuri Gagarin, olhando a Terra do espaço, confessou emocionado o sentimento que experimentava de pertença ao “Planeta Azul” que ele podia contemplar, lá de longe, do espaço. Numa emissão da RTP2 em Junho de 96, um astronauta coreano, naturalizado americano, interrogado sobre se se sentia ou não americano, referia que, se um dia se encontrasse com um extraterrestre, e se conseguisse comunicar com ele, para lhe explicar de onde ele próprio era originário, reconhecia que lhe seria impossível dizer-lhe que tinha nascido na Coreia, na América ou na Rússia, porque isso não teria qualquer significado para o seu interlocutor. Ele diria então que era da Terra. De onde, o seu sentimento global de pertença à Terra.

Vivemos ou não num mesmo mundo, partilhamos ou não algumas características no grupo da espécie a que pertencemos, para além das características puramente biológicas? (Archer, 1991) Esta é como se sabe uma questão extremamente difícil de responder, mesmo muito polémica. Tudo leva a crer que sentimento de pertença ou afastamento, relações de inclusão ou de não inclusão, poderão depender de condições múltiplas e complexas tais como relações de poder, de afectos, de posicionamento ideológicos e culturais. Será que pode depender de circunstâncias espaço-temporais em que tem lugar esse sentimento?

Seja-me permitido um depoimento pessoal, relativo a este problema. Anos atrás, em finais de Dezembro, estava a regressar da minha primeira missão Unesco no Lubango (Angola). Nessa missão estive mergulhada num contexto sócio-cultural muito distante do que estava habituada. Ao trabalhar em educação, neste contexto, esforcei-me desesperadamente por entender, por penetrar em problemas sociais, económicos e políticos, culturais e afectivos em que me encontrava. Estive então submetida a tensões várias, a um grande isolamento. Experimentei até mesmo certas privações e algum medo (estava-se em plena guerra civil). Findo o período de missão, aconteceu então que, após um certo número de horas de voo, o avião que me trouxe de volta aterrou finalmente em Paris. Não poderei esquecer o intenso sentimento que experimentei de ter “chegado a casa”, quando o avião tocou o solo e deslizou na familiar e aparentemente segura pista de Orly. Mas recordo também o violento choque sofrido quase logo de seguida, nesse país em que me tinha acabado de “sentir em casa”, quando me deparei com as montras de Natal que exibiam uma verdadeira orgia de hortaliças, queijos, frutas, flores, carnes e mariscos, artisticamente dispostos, num festival de abundância e de afirmação da sociedade de consumo. Então, de repente, e tendo retido as imagens das então bancas vazias dos mercados do Lubango e de Luanda, as caras magras, tristes e laças de uma população carente de tudo, a minha pertença (afectiva) deslocou-se bruscamente para Luanda. Estava estrangeira ali, naquele mundo que vivia natural e inconscientemente (?) a sua abundância, num alheamento total aos problemas de fome e de guerra do terceiro mundo.

Também lá do espaço, Gagarin experimentava um forte sentimento de pertença à Terra. Uma vez no solo, muito provavelmente, a sua pertença voltou a ser à U.R.S.S.. Ou será possível admitir que essa visão global da Terra tivesse sido tão forte, tão significativa, que lhe afectasse, a longo prazo, o seu sentimento de pertença, em relação ao mundo em que vivia? Por outras palavras, poderá um incidente suficientemente poderoso, significativo, afectar o próprio *habitus*?

Embora não seja agora o momento de abordar questões de formação, não se pode deixar de sublinhar que a questão que se acaba de formular é relativa a um problema que interessa ser considerado sempre que o que visa é a possibilidade de se conseguir que “aconteça formação”. É que, quando se pensa desenvolver um processo neste campo, o que se pretende, utopicamente, é que, para além da aquisição de saberes, se consiga tocar o *habitus*, pois que só

assim uma real alteração de práticas e de atitudes poderá acontecer (cf. Cortesão, Stoer, 1995). Mas, como se disse, embora se trate de uma questão pertinente, não será este o local onde se deverá aprofundar esta questão.

Pode ver-se, como atrás se referiu, que, com este conjunto de reflexões, o que se pretendeu foi só defender que cada caso é um caso, e que, em consequência, ele terá de ser tratado como tal, pondo assim em questão tudo quanto pretenda ser uma solução universal para problemas tão diversos, tão complexos. Pretendeu-se assim alertar para a importância de tomar também em consideração as opções dos que são diferentes, uma vez que, pelo menos em certas circunstâncias, parece ser importante procurar valorizar as suas raízes. Está-se assim em pleno espaço conflitual e de debate sobre problemas de coexistência de culturas. São problemas a enfrentar quando se reflecte no quadro multicultural que estrutura o “Universo de Diferenças” cuja existência se afirma, cada vez mais forte, neste início do século XXI.

Referências Bibliográficas

Archer, Margaret (1991), *Sociology for One World, Unity and Diversity*, *International Sociology*, Vol. 6, nº2, pp.131-147.

Bourdieu, Pierre, Passeron, Jean Claude (1970), *A Reprodução*, Porto: Afrontamento.

Cortesão, Luiza, Leite, Carlinda (1991-1993), Relatórios de Avaliação do Projecto «Saberes *Antigos, Perspectivas Novas*», Lisboa, DGACCP, MNE: Policopiado.

Cortesão, Luiza (2008), Between the Central and the Local: The ambiguity of decisions and educational practices in multicultural contexts, *Atsaette spor pa en vandring fra Aquinas til Bourdieu - aeresbog til Staf Callewaert, Denmark, Forlaget Hexis*.

Cortesão, Luiza e Stoer, Stephen (1995), Será Possível Acontecer Formação? *Actas do Colóquio «Estado Actual da Investigação em Formação» FCT/ UNL, Monte da Caparica*, pp. 337-385.

Laborite, Emmanuelle (2000), *O grito da Gaivota*, Lisboa, Caminho.

Mordillo (1988) Cartoon OPUS, Meriberica, Lisboa Liber (publicado em GERMINAL, Unidades Didácticas Racismo, Desinformação e Preconceitos, População e Movimentos Migratórios n.º3 CID.

Stoer, Stephen, Cortesão, Luiza (2000), *Levantando a Pedra*, Porto Afrontamento.



Pobreza, opressão, racismo, perseguição inter-étnica baseada num processo de binarização identitária? O que se passa em Portugal com os portugueses ciganos?

As reflexões que se seguem decorrem da pesquisa que realizámos sobre relações inter-étnicas no Concelho de Sintra, ouvindo técnicos sociais e professores de 75 instituições, bem como membros de 152 famílias de portugueses ciganos¹; da participação em cerca de uma dezena de «congressos sobre ciganos», em Lisboa, Algoz, Setúbal, Sintra, Fátima e Bragança, com uma grande diversidade de interlocutores nacionais e estrangeiros;² dos debates estabelecidos no Congresso Internacional da *Gypsy Lore Society*, em Manchester (Setembro de 2007); da assistência a uma dezena de sessões da Audição sobre Portugueses Ciganos que, com o nosso apoio, decorreu na Assembleia da República no 2º e 3º trimestres de 2008, escutando umas 6 dezenas de ciganos, de deputados, de técnicos do serviço social e de professores, bem como dos debates estabelecidos durante o leccionamento do primeiro Seminário de «Estudos Ciganos» aberto na Universidade, em Portugal³.

Existem vários paradigmas tradicionais, muitas vezes apresentados como suficientes para pensar a diferenciação excessiva entre sub-grupos ou estratos de um mesmo coexistentes num mesmo espaço político: o paradigma da «pobreza»⁴, o paradigma da «opressão»⁵, o paradigma do «racismo»⁶ e, mais recentemente, o paradigma da acusação de «subsidiodependência», como variante inversiva do paradigma da «pobreza». Na nossa perspectiva, estes paradigmas tradicionais não são mutuamente exclusivos, pelo que tentaremos perceber como a centração exclusiva num qualquer deles pode conduzir ideologicamente a impasses históricos.

Complexificando a questão, propomos ainda um quinto paradigma, o paradigma da binarização identitária hierarquizante, reforçador da auto-estima pessoal e grupal na organização competitiva (material e simbólica) do sistema-mundo (Sumner, 1906; Benedict, 1934; Erikson, 1950, 1967, Barth, 1969, 1998; Leach, 1978; Bourdieu, 1998; Bastos e Bastos, *in press*), que nos parece trazer a informação que falta nos anteriores, para que esses impasses possam ser cientificamente explicados e politicamente superados.

Em todos os casos, teremos que responder aos enigmas da produção socio-histórica de grupos ou estratos sociais marginalizados e da produção social da indiferença e, portanto, à questão central de quem está interessado e porquê (isto é, com que ganhos materiais, simbólicos ou identitários) em produzir grupos ou estratos sociais, empobrecidos, oprimidos, racializados, explorados (ou não), excluídos e marginalizados ou, *a la limite*, exterminados, física ou culturalmente (consciente ou inconscientemente, não é por ora a questão relevante), o que só é possível dentro dos paradigmas da opressão, do racismo e da binarização identitária hierarquizante, que os contém e explica, através de uma antropologia dos processos identitários.

Para compreendermos a estratégia dos produtores sociais do efeito de marginalização (empobrecimento, exploração, opressão, racialização, etc.) temos que focar as estratégias que permitem que tal aconteça sem que o grupo marginalizador sinta culpabilidade, uma vez que, *de facto*, entra em contradição com os seus nobres ideais (como acontece com os cristãos, com os socialistas e com os comunistas, com os que se dizem não-racistas, com os defensores dos direitos humanos e dos direitos dos grupos minoritários, etc.).

1. Cf. *Sintrensos ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*, Sintra, CMS, 2007.

2. Organizados, dois pelo Projecto Nómada, do ICE (Mírna Montenegro), três pela Câmara Municipal de Sintra, um pelo Departamento de Antropologia da FCSH, um pelo Centro de Estudos Territoriais (ISCTE) e dois pela Pastoral dos Ciganos.

3. Mestrado de Migrações, Inter-eticidade e Transnacionalismo, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

4. «Pobreza» é um conceito ideológico inserido nos debates entre socialistas, caritativos e liberais que, quando se ensaia uma definição «científica» recebe mais de uma dezena de definições, como é próprio dos «conceitos» ideológicos (Bruto da Costa *et al.*, 2008: 21-57). Como é típico destes debates, a questão tem a ver com a selecção do acusado (o «culpado»): para a «esquerda», os ricos, os exploradores e os indiferentes (alienados); para os caritativos, os «pobres» são «coitadinhos», «irmãos» ou o próprio «Cristo *Natan*» e o «culpado» é a própria natureza do homem decaído pelo pecado original, isto é, todo o mundo e ninguém (como convém a quem não se compromete); para a «direita», os próprios «pobres» («preguiçosos», «oportunistas», «mentirosos», «autovitimizantes», «subsidiodependentes», etc.). A «acusação» e a «busca do culpado» constituem a estratégia retórica típica (isto é, político-moral) de quem não pretende definir o quadro da questão e alterar o *status quo*.

5. Que aponta para processos confrontacionais de «emancipação», a partir da tomada de consciência da diferença de interesses das forças em conflito e da organização da acção colectiva (Touraine, 1973).

6. Quando se muda a focalização da «luta de classes» para o conflito inter-étnico, como aconteceu nos EUA, com a *Nova esquerda* (*New Left*), assumindo as *Políticas de Identidade*, a partir dos anos 60 (Cf. Calhoun, 1994).

As principais estratégias de desculpabilização dos produtores sociais dominantes dos efeitos de marginalização de minorias e da indiferença face a esse facto utilizam habitualmente três estratégias eficazes: a essencialização, a naturalização a ela associada e a acusação.

No caso das relações históricas entre europeus nativos e ciganos, a estratégia de essencialização degradou, no «Ocidente cristão», os ciganos, transformando a representação inicial de um grupo nacional em viagem, capaz de entrar em relações diplomáticas entre aristocratas (século XV) na representação de um grupo de marginais perigosos que viviam da criminalidade organizada, pondo em perigo os sedentários, nomeadamente rurais (séculos XVI a XX). Por outro lado, aproveitando o nascimento das ciências sociais e, nomeadamente, da etnologia «evolucionista», a estratégia de naturalização atribuiu-lhes o estatuto categorial de «nómadas», assimilou-os etnograficamente aos grupos de nómadas da Amazónia, da Austrália ou do Sahel e considerou-os irremediavelmente, isto é, «vocacionalmente» «fixados» num «estádio primitivo» da «evolução da humanidade», que deveria «ser respeitado» (o «nomadismo» romantizado, supostamente baseado no «amor à liberdade» e à «imersão na natureza») (séculos XIX e XX, nomeadamente em França).

Depois que a grande maioria dos portugueses ciganos começou a ganhar presença urbana sedentarizada, a estratégia de acusação (isto é, de desculpabilização do agressor, que os anglo-americanos designam por «*blaming the victim*»), entrando em contradição (não consciencializada) sobretudo com a imputação «primitivista» e subalternizando as acusações de criminalidade organizada, passou a utilizar o discurso cívico dominante, «meritocrático», para os acusar de «preguiça», «mentira» ou «oportunismo», parasitismo social e subsidiodependência e passou a declarar que os ciganos queriam «ter direitos» mas «não cumpriam os seus deveres», numa «contabilidade cívica» suposta já ser (entre os «europeus nativos») e dever ser (no caso dos «ciganos») de soma zero (situação urbana actual).

A partir da informação que acumulei, este é o discurso favorito dos mediadores sociais «brancos» que buscam a afirmação consolidada do seu «mérito» social (professores, médicos e enfermeiros, autarcas, técnicos «sociais», etc., nas áreas da habitação, da saúde, da educação, da «segurança social» e do emprego).

A manutenção de alguns milhares de portugueses ciganos na situação anticonstitucional de nomadismo

forçado, enxotados pela GNR para longe das povoações e/ou para fora dos limites de cada concelho onde param, permite, no entanto, manter ainda hoje a funcionar quer a essencialização da sua suposta criminalidade (generalizada) quer a naturalização da sua suposta vocação (generalizada) de busca da liberdade junto da natureza, folclorizando, através deles, milhares de outros que buscam sustento na actividade comercial, como feirantes ou vendedores ambulantes, não por «amor ao nomadismo» mas porque esse é o nicho social que melhor os defende da perseguição, da pejorativização e da marginalização históricas.

Contra toda uma antropologia que essencializava a cultura de povos perspectivados como *isolats* sociais, desde o início do século XX cientistas como Sumner (1906), Ruth Benedict (1934), Fredrik Barth (1969) ou Edmund Leach (1978) isolaram o etnocentrismo (isto é, a busca de superioridade prática ou de superioridade moral na comparação entre grupos sócio-históricos) como o factor determinante da diferenciação intercultural (política, social e económica) que organiza o sistema-mundo, as relações dos países do centro com as suas minorias e com os povos do 3º e do 4º mundo, procurando no capitalismo liberal o espaço para aumentar a diferença entre ricos e pobres e entre «brancos» e os seus «outros», explorados, menosprezados, desprezados ou exterminados, com avultados ganhos económicos, materiais e identitários.

Numa versão sintetizante das propostas desta «nova antropologia pós-culturalista», não é da diferença de culturas (imutáveis e «transcendentais») que depende a diferença de estatuto dos povos («comunidades», famílias e pessoas), relacionados entre si no sistema-mundo, é do desejo praticado de manter a dicotomização sistemática, imaginariamente vantajosa, que depende a diferenciação cultural, estrategicamente manipulada ao longo dos tempos, que mantém o afastamento identitário e sustenta as estratégias opostas da exploração material e da afirmação da superioridade moral (Bastos e Bastos, 2008, *in press*).

Convirá aqui acrescentar que os promotores do paradigma da «pobreza» sincretizam discretamente as três estratégias⁷ e que ainda por cima se propõem «ajudar os pobres» a deixar de sê-lo, se conseguirem imitar as «boas práticas» dos (poucos) «casos de

7. Na medida em que naturalizam a ligação entre pobreza e criminalidade e acusam aqueles que «resistem» à sua acção «regeneradora» de serem os «culpados» da sua situação marginal(izada).

sucesso» da afluência social, a qual é dita depender da sua aceitação de «serem educados» para a «integração social» no «mercado de trabalho». Ao contrário do que afirmam, o facto é que muitos portugueses ciganos não são «pobres», e que os pobres, em Portugal, nunca foram perseguidos juridicamente, condenados ao chicoteamento na praça pública, à retirada de todos os bens, à escravatura nas galés, ao degredo colonial, à pena de morte, à destruição intencional das suas famílias, com o roubo legal dos seus filhos antes dos 9 anos de idade, para serem postos a servir como orfãos. Os processos de marginalização social de camadas inteiras de «brancos pobres» (isto é, empobrecidos pelo «contrato social» dominante) nada têm a ver com a ciganofobia verbal e praticada, em Portugal e em toda a Europa.

Se referenciarmos os dados históricos que mostram que:

- (a) os «ciganos» constituíram o caso mais ancestral e perdurável de escravatura islâmico-cristã (1019-1870), exponenciada nos Principados vassalos do Império Otomano, como a Roménia;
- (b) foram sujeitos a uma condição de «nomadismo forçado» e de dispersão colonial protagonizada pelos cristãos portugueses (um processo que serviu de modelo à posterior escravização e dispersão colonial de africanos, de 1440 a 1830);
- (c) tendo sido sujeitos, nos casos em que conseguiram manter-se em liberdade, a uma condição de perseguição jurídica sistemática;
- (d) de tentativa de extermínio genocida ou cultural (por assassinato legalizado⁸, por esterilização forçada⁹ ou por assimilação);
- (e) de «nomadismo forçado»;
- (f) de empobrecimento económico e educacional, decorrente da sua marginalização, perseguição policial e nomadização forçada, perceberemos que, à luz destes factos, a compreensão das estratégias associadas à cultura de sobrevivência das populações ciganas (a endogamia, a recusa da escolarização baseada na colonização cultural das minorias e na co-educação, a busca de formas independentes de «ganhar a vida», como o artesanato, a colheita de resíduos urbanos comercializáveis, a prestação de serviços sazonais a rurais, o comércio feirante e ambulante, bem como a colaboração com redes «brancas» marginais ligadas ao tráfico de armas, drogas e pessoas, etc.) é uma consequência da agressão sistemática a que têm sido multissecularmente sujeitos, de forma muito desproporcionada aos escassos «crimes» que lhes são imputados, na estratégia da acusação.

Face a estes dados, e deixando para trás os debates moralistas (identitários), quatro estratégias correctoras, já praticadas noutros contextos históricos, podem fazer face, a partir da vontade do Estado português, dos seus políticos e da opinião pública, à distorção das quatro estratégias de marginalização, racionalizada, contumaz e até agora impune, promovidas pela opinião pública dominante¹⁰ e seus agentes na acção prática:

- a emancipação cultural e identitária fundada no seu reconhecimento jurídico-político como minoria étnica à escala nacional e, também, europeia (como já acontece em vários países do leste europeu, nomeadamente na Hungria e na Roménia e é recomendado, sem sucesso, em documentos oficiais da União Europeia);
- a emancipação económica (capaz de retirar a maioria da «pobreza» em que outros os naturalizam), através de um período de discriminação positiva (de duas ou três gerações) que permitisse a reconstrução económica, identitária e social das famílias ciganas, garantindo o Estado a reserva de uma quota de postos de trabalhos, a todos os níveis, na administração pública (por exemplo, 0,5% de todos os postos no funcionalismo público)¹¹ e nas empresas com mais de X empregados; e punindo criminalmente a discriminação que fecha aos ciganos a empregabilidade que está aberta aos «europeus» e até mesmo aos seus ex-colonizados «civilizados», levando à existência de ciganos que vivem na clandestinidade cultural e identitária para poderem garantir a estabilidade profissional, os 14 meses de ordenado e a reforma ao alcance dos outros portugueses (foi feito na Índia, relativamente a mais de cem milhões de «párias» e «tribais» não-hindus, o que em poucas décadas conduziu muitos deles aos lugares cimeiros do aparelho de Estado e até mesmo à Presidência da República; na Califórnia, para corrigir a opressão exercida sobre as mulheres e sobre os não-WASP, nomeadamente afro-americanos);
- a emancipação moral apoiada no pedido de desculpas e a indemnização legal pelos danos

8. Como na Holanda e em algumas regiões do Norte da actual Alemanha, onde foram praticamente extintos através da «caça ao homem», literalmente falando.

9. Na Suécia e Finlândia, depois da 2ª Guerra Mundial; na Eslováquia, na República Checa e na Hungria do século XXI, com os processos ainda a correr em tribunal.

10. Que, produzindo um típico «círculo vicioso», força os agentes do Estado (governantes, autarcas e funcionários supostamente obrigados aos «deveres da imparcialidade») e da Igreja (supostamente governada pela «fome e sede de justiça») ao silêncio cúmplice e se baseia nesse silêncio para auto-confirmar a «bondade» das suas atribuições marginalizantes, antecipando-se ao Juízo da História e ao Juízo Final (caso creiam neste), que reavaliarão as suas acções persecutórias.

11. Não existem dados censitários sobre os portugueses ciganos porque, à luz do artigo 13º da Constituição, a discriminação de base étnica está vedada, o que tem servido para manter a discriminação étnica sob a forma velada da invisibilidade e do «desconhecimento». No entanto, estima-se que constituam cerca de 0,5% da população portuguesa (cerca de 50 mil).

multissecularmente acumulados, causados ao povo cigano devido à tentativa de extermínio e perseguição social e económica, o que é compatível quer com a discriminação positiva que lhe seria complementar, quer com a estratégia seguinte (foi feito em relação aos judeus, às vítimas da sujeição a trabalhos forçados pelo nazismo, na Alemanha ou às vítimas do *apartheid*, na África do Sul);

- a emancipação inter-étnica, através da criação de um Provedor dos portugueses ciganos¹² e de uma Fundação financiada durante um período extenso pelos fundos decorrentes daquelas indemnizações e gerida paritariamente por líderes da comunidade cigana, trabalhadores sociais, organizações ciganas ou mistas e militantes «*gadje*» indicados pelas associações ciganas, enquanto reconhecidos como «amigos», devido à sua prática de intervenção (a *Fundação Ghandi*, na Hungria, ou a *Fundación Secretariado Gitano*, em Espanha, são dois «modelos» do que exigiria criatividade e militância local, em Portugal).

No caso do Estado Português persistir na sua cumplicidade passiva com a ciganofobia dominante, restará aos portugueses ciganos e aos seus amigos em Portugal obter a colaboração de advogados e o financiamento necessário para colocar o Estado Português face às suas responsabilidades históricas e actuais, através de um processo jurídico que dê entrada no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em termos da acusação da promoção de relações inter-étnicas tendencialmente genocidas (os ciganos têm, em média, menos 15 a 20 anos de esperança de vida, uma mortalidade pós-natal de cerca de 10 vezes superior à dos outros portugueses e uma taxa de encarceramento dez (no caso dos homens) a vinte vezes (nas mulheres) superior à dos «outros portugueses», «brancos» como a quase totalidade dos leitores).

Bibliografia

Bastos, J. (2000) *Portugal Europeu. Estratégias identitárias dos portugueses*, Oeiras: Celta.

(2002) "Portugal in Europe. The Inter-national Identity Strategies of the Portuguese", in L. Beltán, J. Maestro & L. Salo-Lee, eds., *European Peripheries in Interaction. The Nordic Countries and the Iberian Peninsula*, Alcalá: Universidad de Alcalá, pp. 223-247.

(2007) "Que futuro tem Portugal para os Portugueses Ciganos?", in M. Montenegro, edit., *Ciganos e Cidadania(s)*, Setúbal: ICE, pp. 61-96.

(forthcoming) «Different Children of Different Gods»: Uses of Religion in Strategies of Differentiated Social Insertion. A Structural-Dynamic Approach", in C. Westin, J. Bastos, J. Dahinden, P. Góis, eds., *Identity Processes and Strategies in Multiethnic Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press.

(forthcoming) "From negative visibility to positive invisibility – who needs to use Gypsies (Rhoma) as the anti-citizens of «civilized» Europe?", in Lindo, Ph. et al. *Inter-ethnic Invisibility in Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press.

Bastos, J. e S. Bastos (1999) *Portugal Multicultural, Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*, Lisboa: Fim de Século.

(2000) "Gypsies, in Portugal, today", in Toth, H. (ed.), *Kisebbszeged Európában 2000*, Pécs: University of Pécs, col. Studia Europea, nº 8, 2000, pp. 99-113.

(forthcoming) "What are we talking about when we talk about identities?", in C. Westin, J. Bastos, J. Dahinden, P. Góis, eds., *Identity Processes and Strategies in Multiethnic Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press.

Bastos, J., A. Correia & E. Rodrigues (2007) *Sintenses Ciganos. Uma abordagem estrutural-dinâmica*, Sintra: CMS.

Bastos, S. & J. Bastos (2008) 'Family Dynamics, Uses of Religion and Interethnic Relations within the Portuguese Cultural Ecology', in Ralph Grillo, edit, *Debating Cultural Difference: Immigrant Families in Multicultural Europe Family*, IMISCOE Series, Amsterdam: Amsterdam University Press.

Brinca, A. (2005) "Ciganos, 'tradição' e religião: fronteiras étnicas e estratégias de inserção social", in S. Bastos & J. Bastos, eds., *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa: Observatório da Emigração, pp. 205-235.

(2008) *Os ciganos gostam de dar nas vistas, serem falados e gabados. Exibição e manejo do segredo como estratégia de representação dos portugueses ciganos*, Lisboa: FCSH, PhD Thesis in Anthropology, mimeo.

Casa-Nova, M. J. (2005) "Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos", in *Revista Teoria e Prática da Educação*, 8, 2, pp. 207-214.

(2006) "Country Study Portugal", in J. Blaschke, coord., *Economic aspects of the condition of Roma Women*, European Parliament / Directorate-General for Internal Policies of the Union, pp. 101-112.

(2007) "Gypsies, Ethnicity, and the labour-market: An introduction", in *Romani Studies*, 17, 1, pp. 103-123.

¹² Que procedesse ao levantamento sistemático dos dados referentes à situação de discriminação persistente e continuada e recebesse e levasse a Tribunal ou penalizasse as queixas de acções de marginalização persecutória baseada na ciganofobia dominante, detectadas pelos seus serviços ou por outros, agravando as penas quando as acções fossem provenientes do aparelho de Estado (Governo, autarquias, forças policiais, etc.).

- Charnon-Deutsch, L. (2003) "Travels of the Imaginary Spanish Gypsy", in Jo Labanyi, edit., *Constructing Identity in Contemporary Spain. Theoretical Debates and Cultural Practice*, Oxford: Oxford University Press.
- Coelho, Adolfo (1995) *Os ciganos de Portugal* [1892], Lisboa: Edições Dom Quixote, 2ª edição.
- European Roma Rights Center and Greek Helsinki Monitor (2003) *Cleaning Operations. Excluding Rome in Greece*, Budapest: ERRC.
- Ferro, A. S. (forthcoming) "Identidade e participação política dos Roma Romenos", in J. Bastos, edit., *Europa Multicultural: Ciganos e ciganofobia*, Lisboa: CEMME/CRIA.
- Frazer, A. (1998) *História do Povo Cigano* [1992, 1995], Lisboa: Editorial Teorema.
- Furman, I. (2000) *White Booklet 2000*, Budapest: NEKI, Leal Defense Bureau for National and Ethnic Minorities, Másság (Otherness) Foundation.
- Gay Y Blasco, P. (1999) *Gypsies in Madrid. Sex, Gender and the Performance of Identity*, Oxford & N. York: Berg.
- Gimenez, A. (2007) "Metamorfoses. Reflexões sobre o associativismo das mulheres ciganas na década de 90", in M. Montenegro, edit., *Ciganos e Cidadania(s)*, Setúbal: ICE, pp. 111-120.
- Hancock, I. (1987) *The Pariah Syndrome*, Ann Arbor, Mich.: Karoma Publishers.
- Helsinki Watch (1993) *Struggling for Ethnic Identity. The Gypsies of Hungary*, New York: Helsinki Rights Watch.
- Lamanit, E. C. (2007) «Teriam sido, os antepassados dos ciganos, escravos militares dos turcos? Uma nova focagem sobre a sua migração entre a Índia e a Europa», in M. Montenegro, edit., *Ciganos e Cidadania(s)*, Setúbal: ICE, pp. 99-110.
- Lévi-Strauss, C. (1984) "L'avenir de l'éthnologie" [1959-60], in *Paroles données*, Paris: Plon.
- Machado, P. F. (1994) « A presença cigana em Portugal : um caso de exclusão secular », in *Mediterrâneo*, 4, Lisboa : FCSH, pp. 53-68.
- Mendes, M. M. (200)
- (forthcoming) "Representações e estereótipos face ao Outro maioritário", in J. Bastos, edit., *Europa Multicultural: Ciganos e ciganofobia*, Lisboa: CEMME/CRIA.
- Moscovici, S. & J. A. Perez (200) "A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias. O caso dos ciganos de Espanha", in J. Vala, edit. Oeiras: Celta, pp. 103-119.
- Mourão, F. (2002) *Os ciganos e a escola. Contribuição para o estudo das identidades de grupos sócio-culturais*, Lisboa: FCSH, MA Thesis, mimeo.
- Nicolau, L. F. (2003) *A comunidade cigana portuguesa em Pamplona: aculturação e preservação de aspectos culturais do país de origem*, Vila Real: UTAD.
- (2005) "Os ciganos transmontanos: uma nota etnográfica", in S. Bastos & J. Bastos, eds., *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa: Observatório da Emigração, pp. 237-249.
- (2008) *Ciganos e não-ciganos em Trás-os-Montes: investigação de um impasse inter-étnico* Vila Real: UTAD, PhD Thesis in Social Sciences, mimeo.
- (forthcoming) "Os ciganos em terras transmontanas: entre Gitanos e Chabotos", in J. Bastos, edit., *Europa Multicultural: Ciganos e ciganofobia*, Lisboa: CEMME/CRIA.
- Nunes, O. (1997) *O povo cigano*, Lisboa: Edição do Autor & Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos, 2ª edição.
- Rodrigues, D. & A. P. Santos (2005) "Grupo social, género e família na etnia cigana: o caso dos ciganos evangélicos", in S. Bastos & J. Bastos, eds., *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes. Manejos da religião em processos de inserção social diferenciada: uma abordagem estrutural-dinâmica*, Lisboa: Observatório da Emigração, pp. 189-203.
- San Román, Teresa (1997) *La diferencia inquietante. Viejas y nuevas estrategias culturales de los gitanos*, Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- SOS Racismo (2001) *Sastipen ta li. Saúde e liberdade*, Lisboa: SOS Racismo.
- Stewart, Michael (1997) *The time of the Gypsies*, Boulder, Co: Westview Press.

(*)

CRIA – Centro em rede de investigação em Antropologia

CEMME – Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas;

NEC – Núcleo de Estudos Ciganos

IMISCOE – International Migrations, Integration and Social Cohesion in Europe



Presidência Checa da UE

Primeiro semestre de 2009

Angelina Lopes
angelina.lopes@reapn.org

A República Checa assume a 1 de Janeiro, a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia envolta em muita apreensão. Os 27 Estados Membros temem que a República Checa não assuma um papel impulsionador nas políticas para o crescimento e recuperação económica da UE.

A França, que antecedeu a República Checa na presidência do Conselho da União Europeia, conseguiu vários acordos e aprovar vários pontos primordiais para a União Europeia. De facto, o segundo semestre de 2008 foi um período bastante movimentado, tendo sido gerido pelo presidente francês "com um dinamismo ímpar"¹.

Os líderes da União Europeia, durante a presidência francesa chegaram a um acordo sobre o plano de relançamento da economia europeia e ficaram perto de um consenso sobre o pacote energético e climático. O Pacto para a Imigração, uma das principais iniciativas do segundo semestre de 2008, também foi aprovado pelos chefes de Estado e de Governo dos vinte e sete. Este Pacto "constitui doravante, para a União Europeia e para os Estados Membros, a base política comum de imigração e asilo, norteadada por um espírito de solidariedade entre os Estados Membros e de cooperação com os países terceiros"².

Subordinada ao lema "Uma Europa sem barreiras", o programa de trabalho da Presidência Checa focaliza "3E": "Economia, Energia e Europa no mundo". E, no período de Janeiro a Junho de 2009, serão lembradas quatro grandes comemorações:

- ▶ 20º aniversário da queda do muro de Berlim;
- ▶ 30º aniversário das primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu;
- ▶ 10º aniversário da introdução do Euro;
- ▶ 5º aniversário do "grande" alargamento da União Europeia em 2004 (entrada de 10 novos países).

Um tema importante de 2009 será o destino do Tratado de Lisboa, condicionado pela sua ratificação por todos os Estados Membros (a República Checa diz que ratificará o tratado ainda durante o primeiro semestre de 2009).

A política de coesão económica e social será outro tema importante, principalmente o pós 2013. A Presidência Checa pretende continuar o debate quanto aos objectivos, estratégias e prioridades, verificando

se estes reflectem o desenvolvimento e as necessidades da União Europeia e quais e como as actuais mudanças se devem reflectir.

Prioridades

Economia

Já foram tomadas medidas para restaurar o funcionamento dos sistemas financeiros e a confiança dos agentes económicos. Um dos desafios desta presidência será implementar mecanismos para fortalecer a transparência e a estabilidade dos mercados financeiros. Outro grande desafio é a colocação na prática de um plano para a retoma económica. O Plano de Recuperação Económica europeu, acordado no Conselho Europeu de Dezembro de 2008, é a base para a coordenação de esforços da União Europeia e os seus Estados Membros. As soluções encontradas deverão reflectir as condições específicas de cada Estado Membro e respeitar os princípios do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O terceiro desafio da Presidência Checa é a preparação da posição da UE na Cimeira do G20 a 2 de Abril, em Londres.

Energia

Outro tema central da Presidência Checa é melhorar a integração e interligação das redes energéticas e conseguir apoio nas negociações internacionais sobre a protecção do clima depois de 2012. A Presidência terá que se empenhar para preparar caminho para se alcançar um acordo internacional sobre como enfrentar as mudanças climáticas, e que deverá ser alcançado em Copenhaga, no final de 2009. O reforço do mercado interno da electricidade e do gás e o desenvolvimento das relações contratuais com as regiões e os países terceiros no sentido de assegurar um fornecimento constante são outras das prioridades.

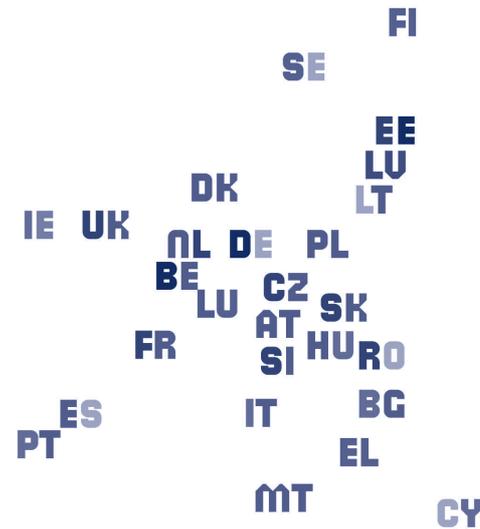
¹. Isabel Arriaga e Cunha, "República Checa assume presidência em posição frágil" in Público, 30 de Dezembro de 2008.

². "UE adopta Pacto para a Imigração", in Jornal de Notícias, 16 de Outubro de 2008.

Europa no Mundo

A Presidência Checa terá um papel importante para o reforço das relações de vizinhança com a Ucrânia, a Geórgia, a Moldávia, a Bielorrússia, a Arménia e o Azerbaijão. E, durante o primeiro semestre de 2009, as negociações de adesão com a Croácia e a Turquia continuarão, bem como o reforço da cooperação transatlântica com os Estados Unidos.

A ênfase dada à cooperação, aos direitos humanos e à criação de regras na resolução de conflitos no mundo serão outros aspectos que esta Presidência terá em conta.



Nota

Página da Presidência Checa em www.ue2009.cz

Relatórios Estratégicos Nacionais

sobre a Protecção Social e Inclusão Social (2008-2010)

Desde o início que a EAPN se envolveu activamente na Estratégia Europeia da Inclusão Social e em particular nos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão (PNAI), dando contributos e emitindo pareceres relativamente a documentos produzidos pela Comissão. Desenvolveu ainda um diálogo construtivo juntamente com a Comissão Europeia, o Comité de Protecção Social e outros actores de relevo neste domínio. É com base neste envolvimento na Estratégia sobre Inclusão que a EAPN elaborou recentemente um documento onde avalia os Relatórios Estratégicos Nacionais sobre a Protecção Social e a Inclusão Social 2008-2010, os quais incluem os PNAI dos diversos Estados Membros. É especialmente sobre os Planos que se apresenta de seguida uma síntese das principais conclusões e recomendações.

A EAPN constatou:

- Pouco progresso na área da pobreza. Alguns países apresentam melhorias modestas nos níveis de pobreza enquanto noutros a pobreza e a desigualdade social continuam a aumentar.
- Consensos nas prioridades mas falta de estratégias integradas. A maioria dos planos espelha as prioridades acordadas a nível europeu – Activação (não inclusão activa), pobreza infantil, habitação e sem abrigo, minorias étnicas / imigrantes. O enfoque nas prioridades corre o risco de estar desconectado com uma estratégia integrada de luta contra a pobreza e exclusão social.
- Relatórios e não planos, fraco compromisso dos Estados membros. Continuam a ser relatórios que descrevem acções passadas e/ou actuais e não planos verdadeiramente estratégicos.
- Necessidade de planos locais e regionais. A maioria dos serviços são prestados a nível local, a articulação entre os níveis nacional, regional e local deve ser melhor consolidada, pelo envolvimento de todos os actores relevantes, incluindo as ONG e as pessoas em situação de pobreza.
- 2010 – É praticamente invisível na maioria dos Planos Nacionais. O ano 2010 deve reflectir uma nova ambição para a agenda de Lisboa do pós-2010 e para o Método Aberto de Coordenação social.
- Ausência de temas e prioridades. Fraca evidência de uma estratégia integrada e multidimensional

de luta contra a pobreza e exclusão social. Alguns riscos específicos não são contemplados: impacto real da crise económica mundial; uma análise transparente das causas da pobreza e desigualdades, endividamento das famílias; rendimentos inadequados, discriminação no acesso aos serviços; aumento das desigualdades na saúde, etc.

- Algum progresso mas inadequada implementação da estratégia de combate à pobreza infantil. A maioria das estratégias ignora as grandes lições retiradas da aprendizagem mútua sobre a pobreza infantil, como vem descrito nas recomendações do Relatório Conjunto e no relatório europeu sobre os cuidados à infância. Deveriam implementar-se medidas pró-activas que visassem combater a discriminação e assegurassem o acesso de todas as famílias e crianças a um rendimento adequado, a uma casa, à educação e a outros serviços essenciais. Seria fundamental dar mais atenção aos direitos das crianças, bem como promover a implementação da Declaração da ONU sobre os direitos das crianças, declaração essa subscrita pela UE. A grande maioria das “estratégias” representa uma lista incoerente de medidas com abordagens muito limitadas. O intercâmbio não basta. É altura de elevar a fasquia no que respeita à implementação.
- Activação e não inclusão activa. Apesar da grande divulgação a nível europeu, na maioria dos Estados-Membros a Inclusão Activa não está a ser conduzida de forma holística. O principal enfoque deverá ser a promoção da taxa de emprego para grupos específicos. O maior perdedor, em termos de abordagens integradas, será o rendimento adequado, com uma ligação pouco evidente ao acesso aos serviços. Há, igualmente, uma análise secundária sobre o impacto da actual crise no poder de compra das pessoas – energia/ bens alimentares/ habitação. As medidas são muitas vezes desvirtuadas por um financiamento inadequado e pela falta de um apoio consistente na defesa dos direitos de cada indivíduo.
- Medidas de activação ligadas a medidas punitivas (redução ou corte de benefícios quando as pessoas não aceitam ou não estão em condições de aceitar determinadas ofertas). Ao invés de ajudar as pessoas a manterem os seus empregos, esta abordagem só faz com que as pessoas se sujeitem a maiores privações. Um desenvolvimento preocupante é o grande enfoque dado ao “inactivo” (aqueles que não se encontram nos registos de

desemprego – pessoas com doenças crónicas, deficiência ou incapacidade, aposentados, mães e pais solteiros, etc.). Em muitos países, estes grupos ultrapassam o número oficial de desempregados. Muitas destas abordagens não conseguem reconhecer a variedade e a complexidade dos obstáculos, com os quais as pessoas que se encontram numa situação precária no mercado de trabalho se deparam. Será sempre bem-vindo um enfoque, cada vez maior, atribuído às competências de cada indivíduo, embora isso não seja suficiente para reconhecer devidamente as necessidades individuais de cada um, muito menos para “chegar” adequadamente àqueles que se encontram mais afastados do mercado de trabalho.

- Poucas propostas na área da criação de empregos para pessoas em situação de pobreza. Existem poucas propostas relativamente à questão de como fazer com que os empregadores admitam pessoas em situação de pobreza, ou como criar novos postos de trabalho adequados para essas mesmas pessoas. Projectos económico-sociais e organizações encontram-se, muitas vezes, na linha da frente de abordagens, promovendo vias de apoio para a obtenção de um emprego e criando novos postos de trabalho para as pessoas que se encontram mais afastadas do mercado de trabalho em novos serviços comunitários. Mas o seu financiamento e apoio ainda não são suficientes, de modo a assegurar às pessoas a oferta de uma formação com qualidade e um emprego de qualidade e sustentável. É dada pouca atenção às medidas de apoio nas transições entre as prestações sociais e o trabalho – incluindo o acesso a serviços essenciais – cuidados à infância/ saúde/ transporte.
- Falta de rendimento adequado ameaça a coesão social. O impacto da recessão económica agrava esta situação. O direito a um rendimento adequado para uma vida digna continua a ser o ‘irmão’ esquecido da família Inclusão Activa, mesmo depois do apoio por parte dos Estados-Membros relativamente às propostas para a Recomendação da Inclusão Activa. A maioria dos Estados-Membros não faz referência às acções empreendidas neste domínio. A falta de estratégias nesta área conduz a privações cada vez maiores e à dificuldade de inserir as pessoas em empregos de qualidade, alimentando igualmente a crescente estigmatização das pessoas que vivem em situação de pobreza, estigmatização essa que tende a agravar as tensões dentro das comunidades locais mais desfavorecidas.

- Mais serviços mas ausência de estratégias integradas. Em alguns Estados-Membros, nota-se uma clara melhoria na extensão de serviços já existentes ou na provisão de novos serviços, sobretudo no que respeita a estratégias relativas ao tratamento e à prevenção do fenómeno dos sem-abrigo. No entanto, considera-se a supressão do investimento na habitação social e a relutância em regular os custos dos alugueres do sector privado, como as principais ameaças à implementação do direito a uma habitação decente, apesar das vitórias legais ganhas em alguns países.
- Falta de prioridade em relação à integração dos imigrantes. Embora haja uma ligeira subida na referência aos migrantes, apenas são propostas algumas medidas novas, não havendo grandes vestígios de abordagens multidimensionais e integradas. Há uma análise inadequada da realidade socio-económica com a qual se deparam os diferentes grupos de migrantes, sobretudo em relação ao estatuto de residência ou àquelas pessoas que enfrentam múltiplos obstáculos (ex. requerentes de asilo, migrantes indocumentados, famílias de migrantes e minorias étnicas, etc.).
- Ausência geral de uma estratégia integrada para combater a discriminação. Embora a discriminação se tenha tornado ligeiramente mais visível, através de algumas estratégias e medidas importantes, o facto é que ainda existe uma ausência significativa de estratégias globais capazes de combater a discriminação. Também parece existir uma certa confusão quanto aos objectivos políticos, entre a Igualdade de Oportunidades, as abordagens diversificadas, bem como as abordagens anti-discriminação.
- *Mainstreaming* – melhor coordenação, mas impacto insuficiente. São feitas recomendações importantes na Nota de Orientação sobre a necessidade de se assegurar um *mainstreaming* uma articulação mais próxima entre o MAC e a Estratégia de Lisboa renovada, e outros domínios políticos, bem como promover a avaliação do impacto transversal e social em todas as políticas. Nota-se uma crescente preocupação relativamente à promoção da interacção mas pouca evidência do impacto no conteúdo. Assiste-se a uma tentativa de valorizar os objectivos do *mainstreaming*, o que se questiona se a abordagem adoptada tem como objectivo garantir a redução da pobreza ou antes, tornar mais fácil a integração das “prioridades económicas” no domínio do social.
- Algum progresso em termos de Participação, mas necessidade de consolidação. Há índices importantes de progresso nos processos de participação e governação numa minoria de Estados Membros. Isto significa que há um crescente envolvimento dos *stakeholders* na consulta, através de um diálogo contínuo. Outros parecem ter investido mais afincadamente no processo e nos resultados, tendo introduzido um diálogo institucionalizado e regular com os parceiros sociais. Contudo, noutros países, há alguns sinais preocupantes de estagnação neste domínio.
- Necessidade de capitalizar bons exemplos emergentes em termos de participação/governação. É necessário fazer mais para se garantir uma aprendizagem mútua e uma aplicação efectiva dos modelos de boas práticas que vão surgindo ao nível da participação/governação. Há um envolvimento cada vez maior das pessoas em situação de pobreza a todos os níveis, mas é preciso mais trabalho e intercâmbio/aprendizagem no que se refere à metodologia.

Recomendações

1. Resposta social à crise /recessão económica e à agenda pós 2010

- Desenvolvimento de um pacote de emergência sobre pobreza que estabeleceria o 3º Pilar, priorizando a justiça social e investindo nas pessoas na UE.
- Priorizar o progresso social em detrimento do paradigma do mercado, estabelecendo um modelo baseado em 4 pilares: económico, social, ambiente e emprego.
- Ligar o pacote da recuperação económica ao da Recomendação sobre a Inclusão Activa.
- Assegurar que o MAC desempenhe um papel chave na visão pós 2010.

2. Propostas específicas em relação ao MAC

- Implementar as propostas de reforço do MAC, especialmente ao nível do PNAI e desenvolvimento de uma aprendizagem mútua mais efectiva, inovação social e instrumentos de financiamento.

- Acordo de objectivos comuns ao nível da redução do risco de pobreza até 2010 e erradicação da mesma até 2020.
- Acordar um Pacto Social formal entre os Estados Membros e a UE para efectivar os compromissos nacionais sobre a revitalização da Estratégia Europeia de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social baseada nos objectivos comuns do MAC, incluindo metas nacionais.
- Garantir uma monitorização e *follow up* efectivo através de mecanismos de verificação anuais.
- Garantir uma abordagem integrada da Inclusão Activa no âmbito de uma estratégia mais abrangente de luta contra a pobreza através do MAC.
- Estabelecer mecanismos específicos para desenvolver normas independentes sobre níveis de rendimento adequados, através de uma metodologia participativa e de campanhas para mudar as percepções da pobreza.
- Reunir um consenso a nível europeu para erradicar o fenómeno dos Sem-Abrigo.
- Desenvolver um relatório com recomendações no domínio da Pobreza Infantil.
- Desenvolver directrizes específicas sobre a avaliação do impacto social, utilizando mecanismos participativos e afectando os recursos humanos ao nível da Comissão.
- Promover uma melhor articulação e coordenação entre os PNR e o MAC racionalizado.
- Financiar iniciativas sociais inovadoras tanto ao nível das bases como ao nível dos organismos governamentais.
- Implementar a Comunidade de Práticas específicas sobre Inclusão Activa e Intercâmbio transnacional de projectos.

3. Governação e Participação

- Tirar partido de um diálogo estruturado com a sociedade civil e as pessoas em situação de pobreza para implementar estratégias de redução deste fenómeno.
- Enfatizar a importância de financiar a participação com o apoio das ONG's e o envolvimento sistemático de todos os *stakeholders*.
- Levar a cabo uma avaliação quantitativa e qualitativa do progresso alcançado ao nível da participação e da governação nos relatórios da estratégia nacional.
- Promover o intercâmbio sobre processos de participação de qualidade e metodologias que promovem a participação sistemática-*benchmarking*.
- Melhor articulação no processo de planeamento ao nível europeu, nacional, regional e local.
- Aprofundar a aprendizagem mútua.
- Alargar o envolvimento da sociedade civil tanto ao nível do PNAI como dos outros pilares.

Nota: documento integral em www.reapn.org



"Here we go again" este é o refrão de uma bem conhecida canção de Ray Charles, refrão ainda reforçado pelas palavras seguintes "one more time". Como profissional de longa data no campo da Pobreza e Exclusão Social (presentes desde sempre na minha carreira, embora com designações que foram sendo alteradas), ao pensar no "novo" ciclo do PNAI, as palavras desta canção invadiram-me qual contexto sugestivo para pensar nas continuidades e mudanças. E, então, pensei nas razões e reví a canção.

A experiência de já ter estado neste campo (*"I've been there before"*), leva a pensar sobre o historial das políticas e iniciativas neste campo. De facto, desde 1974 que iniciativas da Europa Comunitária em direcção à Pobreza têm sido desenvolvidas com objectivos, agentes, formatos e efeitos muito diversos. Ao longo deste processo, e em síntese, pode constatar-se que o peso do problema da Pobreza na agenda sócio-política tem sido diverso e com distintos tipos de influência aos vários níveis (da concepção à implementação das medidas para enfrentamento). Trabalho interessante e de fôlego seria o mapeamento das iniciativas que a nível da Europa Comunitária têm sido desenvolvidas, apreciando-as na diversidade interpaises, quer quanto ao tipo de áreas focalizadas, quer dos recursos encaminhados, quer ainda da sustentabilidade e efeito de contágio para renovadas intervenções.

Alguns analistas sociais consideram que, em anos recentes se tem vivido a nível europeu um entusiasmo muito (excessivamente talvez) moderado face a tais problemas. Não porque a Pobreza e a Exclusão Social tenham desaparecido (bem pelo contrário, aumentaram e ganharam maior densidade). Olhar de novo («again») para o campo da pobreza e exclusão social significará, entre outros aspectos, tirar proveito dos anteriores resultados. Reconhecer e usar o capital de conhecimento e experiência baseados em anteriores investimentos pode proporcionar o ambiente adequado para melhorar e redireccionar este "novo" PNAI.

Uma segunda sugestão surge associada à palavra «here» (aqui) e com ela dar expressão ao contexto em que vivem as políticas e com o qual interagem e visam mudar. O actual PNAI abre uma oportunidade significativa para um exercício rigoroso e transparente de leitura e interpretação consequente da realidade societal. Contribuir com diagnósticos actualizados, torná-los explícitos e amigos de visões e experiências ousadas é (ainda) uma operação desafiante e de potencial alternativo face a compreensões estáticas e meramente estatísticas da realidade social. Mas o tempo presente tem enfatizado uma outra exigência – a de ser capaz de desenvolver raciocínios prospectivos, isto é, raciocínios que porque prevêem se tornam estimulantes de intervenções mais amplas do que as acções de alívio (sem contudo as poder substituir).

Um outro aspecto no contexto actual relaciona-se com a incidência das orientações ora voltadas para atenções territorializadas, ora para a especificidade vital e indissolúvel de certos (e crescentes) grupos sociais. De facto, a necessidade de mais iniciativas de carácter territorial pode curto-circuitar ou adiar as necessidades urgentes de grupos específicos. Conceber, implementar e acompanhar intervenções adequadas abrange uma significativa diversidade de níveis tais como os investimentos locais e regionais (além das dimensões nacional e europeia) e, simultaneamente, junto de grupos e indivíduos cuja situação e processos exigem ser singularizados.

A forma de ir («to go») é também sugestiva para algumas reflexões adicionais. O PNAI 2008-2010 incorpora uma variedade de formas:

- i) desde as que ponderam a sua duração em tempo (entre as de imediato prazo, às de média e mais longa duração),
- ii) às que escolhem diversos momentos do ciclo dos problemas para intervir (medidas preventivas, reparadoras e de promoção) e, ainda,

iii) em conformidade com a pluralidade de dimensões a considerar (rendimentos, equipamentos sociais, acesso aos direitos, entre outras). No actual Plano tomou-se a orientação de manter as prioridades vindas do ciclo anterior, explicitando as razões “A avaliação feita ao ciclo anterior (...) levou à comprovação de que o investimento na mudança social de muitos dos problemas reportados, ganha consolidação se e quando servida por um adensamento e persistência da focalização em determinados campos de intervenção. Assim, a estratégia adoptada neste PNAI 2008-2010 visa prolongar a focalização iniciada em torno de três áreas de prioritárias (as mesmas do ciclo anterior), procurando no âmbito dessas áreas pluralizar contributos e diversificar campos de intervenção...” (in PNAI 2008-2010).

Importa incorporar intervenções ajustadas e justas. Honrar os procedimentos formais para um bom planeamento e implementação, não pode justificar o adiamento ou mesmo subalternização da orientação para alcançar intervenções efectivamente justas, isto é, aquelas que colocam como questões centrais o critério e as práticas de justiça social (o que nalgumas ocasiões e contextos é visto como uma orientação já ultrapassada no tempo).

Um outro tópico final de reflexão é traduzido pela palavra «we» (nós) a qual sugere alguns outros aspectos. Efectivamente, em anos recentes a noção de enfrentamento individual é muito enfatizada no campo da intervenção social, designadamente por força da orientação para a activação individual, a qual inspira e anima um conjunto significativo de medidas de política. A dimensão individual é frequentemente contagiante das actuações profissionais, deixando-as com uma responsabilidade tremenda (e mesmo desproporcional) para alcançar o sucesso das iniciativas. A responsabilidade colectiva não sendo um aspecto inovador, clama, todavia, concepções e práticas inovadoras.

Saliente-se a importância de duas conhecidas áreas de prática:

- i) por um lado, o desenvolvimento e consolidação da interferência da sociedade civil e, por outro lado,
- ii) o papel das políticas públicas. No PNAI, poder contar com um Fórum Não Governamental para a Inclusão

Social (FNGIS), é um aspecto importante por várias ordens de razões. Em acréscimo às contribuições dadas durante a fase de concepção e desenho do plano português, deu-se início a um acompanhamento reflexivo e interrogante. Espera-se poder alcançar um envolvimento efectivo por parte dos grupos de destinatári@s, não apenas na base da sua representação, mas também criando oportunidade de espaços de presença directa para os cidadãos/ãs que vivenciam a condição de Pobreza e Exclusão Social. Focar o debate destas experiências é consentâneo com os objectivos do Fórum (não governamental) e significa mais do que atender exclusivamente à implementação do Plano (apesar da importância do bem implementar). Esta pode ser uma interessante oportunidade para mais e melhores experiências segundo a abordagem da parceria.

Outro aspecto é o da relação com as políticas públicas, isto é, o que pode vir a ser a contribuição para uma compreensão e intervenção colectivas em direcção à reconfiguração dessas políticas. A erosão, e até descrédito das políticas públicas, pode encontrar na dimensão colectiva (we) articulada a direcção alternativa para novas formas de redistribuição no campo do bem-estar e, principalmente, nas áreas de maior proximidade com a provisão de padrões suficientes de vida (no que a responsabilidade pública é um bem inalienável). O actual PNAI consagra na sua orgânica uma plataforma que vai reunir os variados planos nacionais de âmbito contributivo para o conhecimento, reflexão e intervenção face à natureza composta da inclusão/exclusão. Esperadamente mais do que um instrumento, esta Plataforma pode ser um lugar de criação, de revisão e de rigoroso acompanhamento crítico quer da Pobreza e Exclusão Social como dos meios e acções que lhe são direccionados. A esta plataforma acrescerão os Pontos Focais, trazendo a visão das respectivas áreas para uma melhorada preparação, elaboração e monitorização. Face á severidade e persistência do problema tem-se acentuado a consciência de o tornar numa prioridade pluri e inter-institucional.

A vida deste PNAI será atravessada pelos propósitos inscritos para 2010 - Ano Europeu do Combate Pobreza e Exclusão Social que agendou como prioridades:

- i) a prevenção e redução da pobreza, designadamente a pobreza extrema,

- ii) a pobreza das crianças, nomeadamente das institucionalizadas, no seio das famílias numerosas, das monoparentais e com dependentes a cargo;
- iii) a promoção de mercados de trabalho inclusivos;
- iv) erradicação das lacunas de educação e formação;
- v) a abordagem das dimensões de género e de idade;
- vi) a garantia de acesso igual a serviços e recursos adequados;
- vii) a facilitação do acesso aos bens de cultura e lazer;
- viii) vencer a discriminação dos imigrantes e minorias étnicas;
- ix) promoção da inclusão activa e;
- x) responder às necessidades das pessoas com deficiência e suas famílias, dos sem-abrigo e outros vulneráveis (Comissão Europeia, Bruxelas, 01/12/2008). Uma visibilidade esclarecida sobre o problema permanece como objectivo básico designadamente para uma acrescida legitimação e adensamento da atenção pela via de medidas e políticas adequadas.

As dinâmicas que tão intensamente se vivem na actualidade nacional e mundial, estão a provocar de novo ("again") a necessidade de leituras actualizadas e de práticas de intervenção consentâneas para

realidades que hoje já têm existência, outras apenas contornos e talvez outras ainda insuspeitadas. O PNAI tem de se preparar para novos campos de enfrentamento.

"Here we go again" em vez de um convite para perspectivas "déjà vue", sugere, sim, uma repetição única – a de (re)criar um processo justo e adequado com capacidade de contrariar os factores que reproduzem e complexificam a Pobreza e Exclusão Social e para uma agenda onde caiba a erradicação destes problemas. Assim sendo ... "Here we go again".

* Notas de reflexão actualizam uma contribuição publicada no Jornal "A Página" em Junho de 2007.



Plano Nacional de Acção para a Inclusão

Vivo no, e para, o sector não lucrativo há mais de metade do meu tempo de vida, como voluntária e profissional. É neste contexto que escrevo este ensaio. Partilho reflexões que não se baseiam em estudos científicos, mas em constatações observadas durante oito anos de experiência como profissional do ramo e mais de dezoito como agente da solidariedade em Portugal e no estrangeiro. O texto está dividido em duas partes. Em primeiro lugar, enuncio alguns «*pecados*» que subsistem no sector e que contribuem para a sua precariedade. Num segundo momento, enceto uma reflexão sobre o desafio à precariedade. Apresento algumas sugestões, já que não basta colocar o «dedo na ferida»; há que propor soluções.

Alguns «pecados» do terceiro sector português

Quem lida diariamente com o terceiro sector – quem com ele colabora e partilha os mesmos valores participativos da sociedade civil – sabe dos aspectos mais salutares da sua natureza. E dos menos também. Inevitavelmente uns estão intimamente relacionados com os outros. As organizações sem fins lucrativos (OSFL) têm como propósito basilar proporcionar uma mudança positiva na vida dos seus utilizadores e, numa escala mais macro, da sociedade. Por um lado trata-se de uma missão muito nobre, indispensável. É, na mesma medida, uma tarefa gigantesca e interminável. Porque sempre existirão desigualdades, injustiças, violação dos direitos humanos, pobreza,... As OSFL padecem de alguns «*pecados*», que as auto-limitam como uma cinta apertada que confina os seus movimentos. Realço os seguintes: paternalismo, incapacidade de dizer «não», indefinição de resultados, trabalho isolado e subsídio-dependência. De seguida apresentarei uma breve explicação sobre o porquê que defendo como sendo – cada um deles – limitadores da acção social.

Paternalismo

O sector da sociedade civil existe no nosso país há mais de mil anos e desde tempos mais remotos. Atrevo-me a dizer, desde o *Homo Sapiens Sapiens*. É fácil compreender muitos dos «*pecados*» do terceiro sector quando se percorre a história e se patenteia o ambiente paternalista em que actuaram, graças à forte aliança entre o Estado, a Igreja Católica e agentes com poder do mundo rural. Tal conjectura limitou a actividade da sociedade civil durante todos estes séculos a actividades quase exclusivamente assistenciais. Esta tendência, ao contrário de se fossilizar, no período liberal dá um salto e começa a tomar um novo rumo. Todavia com o regime de Salazar, estas organizações voltaram a ver a sua actuação estrangida. Tendo passado pouco mais de três décadas do 25 de Abril,

vivemos actualmente no renascer da actividade das OSFL, ainda com um peso milenar do paternalismo. Por paternalismo refiro-me à postura de não potenciar a participação activa dos utilizadores no seu projecto pessoal de vida, privilegiando-se uma relação de sentido unívoco com o beneficiário (da OSFL para o utilizador).

Incapacidade de dizer «não»

Os dinamizadores das OSFL constatarem em primeira-mão que as problemáticas da exclusão social são inúmeras. Deparando-se com tais flagelos da sociedade quotidiana, e estando em contacto directo com os utilizadores, surge um desejo quase incontrolável de resolverem todos os problemas com que se deparam. Se cedem a essa tentação, tal decisão obriga-as a ter ao serviço dos seus utilizadores múltiplas respostas sociais. Essa multiplicação de esforços dispersará as energias e recursos escassos de que dispõem. Baseiam essa postura no facto do que empiricamente observam como uma evidência: «Porque é necessário», «Porque quando nos batem à porta não podemos dizer “não”». Mais tarde ou mais cedo, terão de definir os limites da sua actuação, pois os recursos (económicos, materiais, humanos e tempo) são limitados e por isso insuficientes para resolver todas as situações existentes. Nesse momento serão confrontados com o dilema de dizer «não» a determinados indivíduos quando anteriormente os acolheram.

Trabalho isolado

Ainda que passados séculos de experiência, as organizações continuam a dar-se ao luxo de prestar as respostas sociais de forma isolada. Os utilizadores assíduos das OSFL habituaram-se a recorrer aos diferentes serviços disponíveis, saltando de instituição em instituição, sucedendo amiúde que se duplicam as respostas sociais para cada beneficiário. Isto denota o fraco, e em alguns casos inexistente, trabalho em rede

(que se deve, em grande medida, à dificuldade em partilhar recursos). A articulação inter-institucional permite que as organizações possam focalizar a sua actuação em áreas de intervenção específicas, em vez de dispersar as suas energias em múltiplas actividades díspares. Desse modo, poderão investir em modelos de actuação direccionados para problemáticas delimitadas, especializando-se. Trabalhando em rede, as organizações com actuações complementares podem agir coordenadamente. Unindo esforços, reduzem os recursos a ser utilizados. O trabalho coordenado entre instituições permite igualmente a partilha de boas práticas, o que aumentará a eficiência e eficácia das organizações envolvidas.

Indefinição de resultados

A falta de planeamento e método de trabalho lançam as organizações num caminho que se baseia na sua confiança excessiva em encontrar soluções criativas para a resolução de problemas. Solucionam as problemáticas à medida que vão aparecendo, queimando etapas, saltando na maioria das situações a fase de planeamento. Existe, sem dúvida, uma forte capacidade de desvendar soluções, dado que se encontram amiúde no fio da navalha no que concerne à sustentabilidade dos seus projectos. Todavia, isso favorece os momentos cíclicos de crise. Porque não antecipam, porque têm dificuldade em inovar. Aliado à crença de que a boa-vontade é o grande motor da acção social, existe pouco investimento na capacitação dos colaboradores das OSFL, que lhes permitiriam desenvolver as acções segundo a lógica de projecto. Para isso há que saber desenhar/construir uma intervenção, i.e.: saber envolver as partes envolvidas no seu desenho; saber trabalhar em rede desde a identificação dos problemas em que desejam intervir, identificar suas causas e efeitos, transformar os problemas em objectivos e resultados (criando indicadores objectivamente verificáveis). Só sabendo onde é realmente necessário intervir - e, a partir daí, decidir por onde queremos ir - é que podemos desenhar actividades para os nossos utilizadores.

Subsídio-dependência

É inegável a dependência excessiva (em vários casos exclusiva) que o sector tem dos fundos do Estado, da União Europeia e de outros financiamentos externos. As OSFL habituaram-se a gerir as suas finanças com entradas provenientes de candidaturas e protocolos, gerando pouca autonomia financeira e consequentemente crítica. Se dependem quase exclusivamente de injeção de dinheiros alheios não têm a isenção para opinar sobre assuntos que

directamente tocam no sector não lucrativo. O aspecto mais grave é que a dependência económica de fundos externos impossibilita a sua sustentabilidade. Não tendo um controlo sobre a quantidade de fundos que entram e a sua cadência temporal, as organizações entram ciclicamente em crise orçamental (dado que as necessidades sociais permanecem e nos tempos actuais aumentam). Criar respostas sociais junto de populações carenciadas e agir junto delas de forma intermitente (i.e., ora trabalhando ora fechando serviços) pode gerar efeitos perversos, eventualmente piores do que alguma vez se ter iniciado o apoio.

Estes quatro *pecados* das OSFL propiciam e alimentam a precariedade no sector não lucrativo. Essa instabilidade paralisa em muitos momentos a actuação das instituições, o que ameaça o cumprimento da sua missão. De seguida exponho algumas ideias que visam desafiar a precariedade do sector.

O desafio à precariedade no sector não lucrativo

Vivemos numa era em que a mudança é constante. Vivemos simultaneamente várias crises. A crise do Estado de Previdência, a crise do paradigma actual de desenvolvimento, a crise ambiental, a crise económica... Vivemos na precariedade. Conhecemo-la, mas encarámo-la com repulsa. Tendemos a ver a realidade com tons nebulosos, fatídicos. Cabe aos líderes e motores das organizações influenciar os seus colaboradores numa mudança de esquemas mentais: alimentandas posturas positivas, de método, planeamento e de trabalho de cooperação.

Quem consciencializa a precariedade e assume os seus riscos e desafios está certamente mais preparado para viver no mundo actual. Não terá tantos desgostos, desânimos e crises de crença na acção social. Porque sabe, à partida, que as dificuldades são a norma. Porque tem a sua mente programada para o estímulo do desafio, da resolução de problemas. Sabe que tem de desenvolver a sua capacidade de raciocínio de forma a percorrer o caminho de uma situação A, o estádio inicial do problema, para a situação A', que é o estado final, o pretendido. Sabe que a resolução não passa por se lamentar e culpar os «outros», mas por assumir que a solução passa por si, desenvolvendo mentalmente a representação do problema e a escolha do melhor método para a sua resolução. Sabe que existe um número infinito de caminhos para chegar a A', mas não fica paralisado pelo susto que causa o problema e pela infinidade de soluções possíveis. Assume o desafio e arrisca falhar, ter de mudar de rota e possivelmente de instrumentos de navegação. A

resolução de problemas exige, portanto, o raciocínio. Por sua vez o raciocínio exige treino, dedicação de tempo no encontrar de soluções. Só tendo acesso à informação e debruçando-se sobre ela, podemos visualizar as possíveis soluções a usar e delinear a estratégia. Há ainda que ter método, planejar, trabalhar em equipa e em rede.

O que têm feito muitas das OSFL? Habitaram-se a aceitar a precariedade como a “cruz que se tem de carregar às costas” e a assumir a postura do “em cima do joelho”. Se toda uma sociedade vive numa época de precariedade, o terceiro sector há muito convive com ela. A criatividade é certamente um dos ingredientes mais utilizados pelas OSFL. Conscientes da precariedade, muitas sabem que não vale a pena lamentarem-se dos momentos de crise que vivem. Porque, em grande medida, dependem da sua capacidade de resolução de problemas. A questão a levantar nesta fase da história do sector não lucrativo é se estas organizações detêm os instrumentos adequados para um desempenho eficaz e eficiente. Neste sentido, o maior desafio do momento é assumir que principalmente este sector tem de ser profissional, metódico e credível, em que a tónica de fundo seja a Qualidade. Esse desafio passa por deixar de confiar tão afincadamente na criatividade para a resolução dos problemas, mas trabalhar de forma a, na medida do possível, antecipá-los. O desejável será que as organizações da sociedade civil consigam caminhar neste sentido sem perderem o que as caracteriza: entre outras coisas, o espírito solidário, de serviço, com raízes no humanismo e luta pelos direitos humanos. Eventualmente isso concretizar-se-á se o Estado, com as suas políticas sociais, vir como verdadeiro parceiro o sector não lucrativo; as Empresas assumirem conscienciosamente o seu papel na área da responsabilidade social ou espírito empresarial responsável; as OSFL agirem com Qualidade e assumirem a inegável importância do sector que representam. Há que brindar sustentabilidade aos projectos sociais, desafio que envolve todos. O Estado, as Empresas e a Sociedade Civil são convidados a, em conjunto, unir as mãos e desenvolver planos de actuação sustentáveis.

Há que realçar que as organizações do terceiro sector não estão unicamente influenciadas pelas relações económicas nos seus objectivos e acções, mas agem como mais um agente económico. Entre o Estado e o Mercado, estas organizações integram a chamada Economia Social. Todavia ainda não agem como um todo, fazem-no de uma forma desarticulada. O futuro será o sector agir como tal: como sector. Nessa altura terá um verdadeiro peso na sociedade civil, que de

momento só o tem espelhado nas estatísticas. Agindo articuladamente e em uníssono, justificará o peso que realmente desempenha na Economia Social portuguesa.

Notas finais

Neste ensaio defendo que os «pecados» do terceiro sector alimentam a precariedade. A precariedade não unicamente das instituições que desenvolvem a acção social, mas principalmente da sociedade civil. Se as OSFL existem é porque a sociedade precisa delas. Se não garantem a sua estabilidade organizacional como podem contribuir para uma sociedade mais justa, coesa, saudável? Por isso cabe às instituições numa primeira instância olharem para dentro, tomando consciência dos seus pontos fortes e débeis. Mantendo em altos níveis os pontos fortes e agindo sobre os débeis melhorarão consideravelmente os seus padrões de desempenho.

Tendo em conta os «pecados» apontados, o governo tem a responsabilidade de agir, criando as condições de forma a contrariá-los. Há que consciencializar este sector da necessidade de actuar com Qualidade. Depois de serem criadas as condições para capacitar as instituições e os seus colaboradores, o governo pode começar a intervir como entidade reguladora, privilegiando, por exemplo, financiamentos a instituições que seguem as normas de qualidade. De qualquer forma, não será isso que garantirá um rumo menos precário. Só isso não. É, igualmente, necessário actualizar a legislação existente que já não se adequa à acção social do século XXI e constrange a sua actuação; que os governantes dêem o devido valor ao sector e destaquem a dimensão da economia social portuguesa realçando as boas práticas e proporcionado a sua difusão. O sector lucrativo, que ainda participa com níveis residuais, tenha também a responsabilidade de participar activamente, contribuindo com os seus meios no sector não lucrativo, nomeadamente humanos, financeiros e materiais.

Cabe, como é óbvio, ao próprio sector fomentar a valorização dos resultados alcançados e criar os alicerces para a mudança do seu *modus operandi* que realmente tenha um impacto nas comunidades onde actuam e prestando contas. Começam a existir organizações que já tomaram consciência de que a boa-vontade não chega para agir de uma forma adequada às necessidades dos seus utilizadores. Torna-se claro que um dos maiores desafios das OSFL é agir de uma forma eficiente e eficaz, isto é: o futuro de uma acção social com impacto nas comunidades onde actua é uma acção social com Qualidade.